

MICÊNIO SANTOS

13 DE MAIO, 20 DE NOVEMBRO: Uma descrição da
construção de símbolos raciais e nacionais

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em So-
ciologia no Departamento de Ciên-
cias Sociais do Instituto de Filoso-
fia e Ciências Sociais da Universi-
dade Federal do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO
1991

T
173

AGRADECIMENTOS

Como esta pesquisa foi para mim uma iniciação, dela tomaram parte várias pessoas e, por isso, é justo, no momento da sua apresentação, reconhecer a participação e contribuição delas, deixando registrados os meus agradecimentos.

Ao Ministério da Educação, através da Secretaria Nacional de Ensino Superior e do Departamento de Pessoal, na pessoa do Sr. Dr. Pedro Paulo Wanderley, que concedeu o tempo necessário com ônus para o desenvolvimento deste trabalho, o meu reconhecimento.

À CAPES e ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos que, respectivamente, me concederam bolsa de estudos e recursos provenientes do "III Concurso de Dotação para a Pesquisa sobre o Negro no Brasil", com apoio da Fundação Ford, meu reconhecimento pela viabilização financeira que permitiu o levantamento de dados e a organização de um arquivo.

Ao Jornal do Brasil que, para completar o levantamento das comemorações da Abolição da Escravatura no período de 100 anos, facilitou, através do profissionalismo de Maria Alice, da Divisão de Arquivo, o acesso a dados organizados pelo Centro de Documentação do JB.

À Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal que, com eficiência tecnológica, respondeu consultas sobre o feriado da data da Abolição no parlamento.

À Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis, que atenciosamente me orientou em consultas e atendeu solícitamente.

Aos funcionários anônimos do Setor de Microfilmagem, da Biblioteca Nacional, de quem, durante toda a extensão da pesquisa, obtive atenção e simpatia.

A Yvonne Maggie, professora, orientadora e amiga, que me formou e orientou durante cinco anos, ao longo da minha pós-graduação, minha gratidão, respeito e admiração.

A Patrícia Birman e Regina Novaes, meu obrigado por discutirem comigo as questões necessárias à qualificação do projeto, dando sugestões altamente relevantes.

A Anaíza Vergolino-Henry, amiga que, desde 1986, pacientemente ajudou-me a ordenar dúvidas, meu muito obrigado. A sua ética e método experiente de professora de Antropologia agiram de modo a tornar possível, hoje, apresentar os resultadados de minha pesquisa.

A Sonia Giacomini, que acompanhou de perto todas as etapas da pesquisa, meu agradecimento. Sua amizade, ajuda e estímulo conquistaram meu coração.

Ao Professor Carlos Hasenbalg pelo estímulo acadêmico, tanto no 13 quanto no 20.

Ao Encontro Macumba organizado pelo CEAA e Núcleo da Cor da UFRJ, onde fiz uma discussão final.

Em dois semestres de Antropologia da Religião no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, se discutiram questões relevantes para esta pesquisa.

A Dudu e Clara Sandroni, meu sincero reconhecimento. Alimentaram a minha vida e o meu trabalho com afeto, carinho, amizade, música e paz.

A Solange Rodrigues, Malu Costa, Antônio Emílio, Fernando Tacca, Selma Sena, que acompanharam com amor a minha trajetória e a da minha pesquisa, meu afetuoso reconhecimento.

A Mônica de Rure e Álvaro Nascimento, que passavam enquanto eu trabalhava e, pela janela, acenavam com carinho e amizade, meu aceno afetuoso.

A Maria Lina Leão Teixeira e José Flávio Pessoa de Barros, os primeiros interlocutores no campo afro-brasileiro da Baixada Fluminense, também meu reconhecimento pelo incentivo.

A Nair Monteiro, cuja solidariedade foi importante para melhorar a infra-estrutura necessária após um dia de trabalho, minha consideração.

Ao Núcleo da Cor do Laboratório de Pesquisas do IFCS/UFRJ, cujos alunos de Iniciação Científica e bolsistas de pós-graduação sempre me estimularam, e à FUNREI/MG, cuja chefia do Departamento de Ciências Sociais viabilizou o tempo final para completar esta pesquisa, meus agradecimentos.

Nesta oportunidade, quero agradecer, ainda, ao Grupo União e Consciência Negra de Petrópolis, que promoveu o "XII Encontro Estadual de Grupos de Consciência Negra", permitindo-me observar e participar de interessante painel sobre o "Centenário da Abolição" que congregou lideranças dos movimentos negros, representantes de órgãos federais e um neto da Princesa Isabel; ao Instituto de Pesquisas e Culturas Negras - IPCN, através do seu Programa de Combate ao Racismo - SOS/RACISMO, na coordenação do módulo "Liberdade Religiosa" do "Curso Cidadania e Racismo", ministrado pelos professores

Yvonne Maggie/UFRJ, Pedro Ribeiro/UFRJ e Carlos Veiner/UFRJ. Estas aulas corroboraram para relativizar a idéia central da pesquisa. Ao Movimento Negro Unificado de Goiânia que, com o apoio das Universidades Federal e Católica de Goiás, organizou o curso "Religião e Negritude", no qual mais uma vez tive a oportunidade de discutir com Anaíza Vergolino-Henry questões pertinentes ao meu projeto; e ao Movimento São Joanense de Cultura Afro-Brasileira - MOSCAB por ter realizado um painel sobre o tema "Consciência Negra", em maio de 1988, no qual apresentei os resultados preliminares desta pesquisa.

E na fase final deste trabalho, agradeço a Ana Lígia Pereira pelos acertos com o vernáculo e entendimentos com as normas de editoração, a Antonio Emílio da Costa, pela leitura atenciosa dos originais e lapidação do texto em alguns momentos, e a Yedda Guimarães Ennes, pela datilografia cuidada e eficiente do texto final, sem a qual a apresentação desta pesquisa não seria a mesma.

Muito obrigado.

RESUMO

Esta dissertação pretende ser uma descrição das comemorações da Abolição da Escravatura no Brasil ao longo do seu primeiro centenário. Sua construção se deu a partir de textos produzidos por diferentes grupos e instituições sociais que viveram e/ou pensaram essas comemorações.

Subjacente à pesquisa, está a construção da identidade racial postulada por diferentes segmentos sociais diversificados que construíram o 13 de Maio como dia de "preto-velho", ou "dia de escravo". A esta "festa nacional" tem-se oposto o movimento social organizado, na tentativa de criar outra simbologia com o dia 20 de Novembro, suposto dia da morte do líder Zumbi, do Quilombo dos Palmares.

Í N D I C E

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE - O 13 DE MAIO E A FESTA NACIONAL	14
CAPÍTULO I - DO ALTO CAÍAM BUVENS DE FLO RES: A FESTA DOS ABOLICIO NISTAS E DA IMPRENSA	15
. O Dia da Aolição e a Literatura Espe cializada	18
. As Três Primeiras Comemorações: 1888, 1889 e 1890	38
. A Festa das Crianças ou a Festa do En sino Público na Corte: a Primeira Fes ta Organizada	43
. A Marcha das Escolas	44
. O 1º Aniversário da Abolição	48
. O 13 de Maio de 1891 - O Rubi que se Liquefez	52
. 13 de Maio de 1892	54
. 13 de Maio de 1893	56
. 13 de Maio de 1894 e 1895	58
. 13 de Maio de 1896, 1897 e 1898	60
. 13 de Maio de 1899	61
. A União, a Ordem e a Iguadada na Festa	64

CAPÍTULO II - 13 DE MAIO DE 1900: A FESTA CONSOLIDADA	66
. 13 de Maio de 1901, 1902, 1903 e 1904	67
. 13 de Maio de 1905 e 1906 - Estado de Sítio	70
. 13 de Maio de 1907	71
. 13 de Maio de 1908, 1909 e 1910	72
. 13 de Maio de 1911, 1912 e 1913	76
. 13 de Maio de 1914, 1915 e 1916	77
. 13 de Maio de 1917 e 1918	79
. 13 de Maio de 1919 e 1920	80
. 13 de Maio de 1921, 1922 e 1923	82
. 13 de Maio de 1924, 1925 e 1926	84
. 13 de Maio de 1927, 1928 e 1929	86
. 13 de Maio de 1930, 1931 e 1932	87
. 13 de Maio de 1933, 1934, 1935 e 1936	88
. 13 de Maio de 1937	93
 CAPÍTULO III - OS DONOS DA FESTA: MEIO CEN TENÁRIO DA ABOLIÇÃO	 98
 CAPÍTULO IV - 13 DE MAIO: FERIADO NACIO NAL	 112
. 13 de Maio de 1940, 1941, 1942 e 1943	114
. 13 de Maio de 1944	119
. 13 de Maio de 1945, 1946 e 1947	121
. 13 de Maio de 1948 e 1949 - Progresso Sem Preconceito de Cor	124
. 13 de Maio de 1950 e 1951	125

. 13 de Maio de 1952, 1953 e 1954	126
. 13 de Maio de 1955 - Dia Nacional do Trabalho Livre	129
. 13 de Maio de 1956, 1957 e 1958 - <u>Pri</u> meiro Mapa de um Quilombo	131
. 13 de Maio de 1959 - Feriado no Ex-Fer <i>ri</i> ado, Futebol e Eleiçõ <u>e</u> s	134
. 13 de Maio - Preconceito e Democracia Racial	137
SEGUNDA PARTE - A FESTA DOS PRETOS-VELHOS	140
CAPÍTULO I - OS ANOS 60	142
. Golpe Militar - Zumbi: Último dos <u>Re</u> beldes	145
. Noite de Macumba, Dia de Pretos-Velhos e a Inconstitucionalidade do Ex-Fer <i>ri</i> ado no Rio de Janeiro	146
CAPÍTULO II - OITENTA ANOS DE ABOLIÇÃO - OS HERDEIROS DA PRINCESA	157
. Padres Negros, um Papa Escuro: Se no Céu os Negros Têm o seu Lugar, Por Que Não na Terra?	160
. Preconceito de Cor Racial ou Social nas Forças Armadas	162
. Justiça, Pelé e a Revogação do Feri <u>a</u> do 13 de Maio	164

CAPÍTULO III - OS ANOS 70	166
. Igreja e Irmandade dos Pretos - Disputa pelos Restos Mortais da Princesa: Ou Quem é o Herdeiro?	167
. Transladação da Princesa - Honra de Chefe de Estado	169
. Madureira e a Luta da Raça Negra	173
. Pela Primeira Vez Presidente da República Participa de Evento Organizado por Negros	175
. 13 de Maio não é o Dia da Raça - O Dia do Negro é 20 de Novembro	177
. Escrava Anastácia, Aia da Princesa	178
. Homens de Cor no Palácio da Alvorada	182
. Cântico da Abolição - Hino Nacional	182
CAPÍTULO IV - O POPULAR E O ERUTIDO NO DIA DOS ESCRAVOS: QUEM É O DONO DA FESTA	186
. Cultura Negra no Rio	188
. Noventa Anos de Abolição: A Visão Acadêmica	191
. Nos Anos Oitenta	194
. A Queima Comemorativa dos Documentos	199
. O Preto-Velho na Rua	200
. 1988 - O Centenário da Abolição	202

TERCEIRA PARTE - O ORGULHO DA RAÇA: ZUMBI? QUE ZUMBI?	205
CAPÍTULO I - O DIA NACIONAL DA CONSCIÊN <u>CIA</u> NEGRA	215
. O Grupo Palmares	216
CAPÍTULO II - O PARQUE DE ZUMBI	220
. O Assentamento da Pedra	222
. Zumbi Atrás da Igreja	224
. Xixi nos Pés de Zumbi	226
. Feriado Nacional	227
CONCLUSÃO - NEM 13 NEM 20	228
NOTAS	232
BIBLIOGRAFIA	244
ANEXO I	257

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo primordial a descrição e análise das representações em relação a duas datas que simbolizam o negro no Brasil: o 13 de Maio e o 20 de Novembro.

A primeira é conhecida popularmente como o "dia dos escravos" por ter sido o dia em que, no ano de 1888, foi assinada a lei que aboliu a escravidão no Brasil.

O 20 de Novembro, como data a ser festejada, é mais recente e alude ao dia em que, no Quilombo dos Palmares, em Alagoas, no ano de 1695, foi morto o líder ZUMBI.

Por ser aquele Quilombo a revolta escrava de maior amplitude no Brasil, esta data foi tomada pelos movimentos negros (1) como o "Dia Nacional da Consciência Negra".

Enquanto o 13 de Maio tem uma representação e é ancorado no imaginário popular, o 20 de Novembro é uma data apenas reconhecida pelos "mais cultos", no dizer de Degler (1971), pelo Estado e pelos movimentos negros.

As duas datas foram tomadas como objeto por acreditar-se que representam duas maneiras distintas de se pensar o negro no Brasil.

No dia 13 de Maio, tudo se passa como se Estado, povo, pretos e brancos, católicos e umbandistas, candomblesistas e monarquistas se unissem em torno de um acontecimento. Mesmo indo, ao longo do tempo, se disciplinando, esta festa nunca abandonou a sua origem histórica: o dia em que o povo foi à rua para comemorar o fim da escravidão.

No 20 de Novembro, apesar dos esforços de intelectuais e militantes dos movimentos negros, tudo se passa como

se o povo estivesse ausente da festa. O sigilo, as oposições e os conflitos entre grupos estão presentes e quase ninguém lembra ou reconhece a figura de Zumbi como líder negro. No imaginário popular, a figura de Zumbi que prevalece tem o sentido de alma penada, morto vivo.

Neste trabalho discutirei o desenrolar dessas duas festas, destacando o posicionamento das várias forças raciais nelas envolvidas.

A hipótese do trabalho é a de que o 13 de Maio e o 20 de Novembro não são festas que se opõem pois, na verdade, o que objetivamente se diferencia no sentido de ambas é o símbolo cultuado e os seus significados. A primeira é oficial enquanto a outra é "contestadora". A partir da descrição e análise que se fará, será demonstrado que nem o 13 de Maio é tão oficial e nem o 20 de Novembro é tão contestador.

Este trabalho é o resultado de pesquisas e assessórias feitas no período de 1985 a 22 de agosto de 1989 no Instituto de Estudos da Religião - ISER, com o apoio da Broedirk Delyk, da Bélgica, ICCO, da Holanda, e Christian Aid, da Inglaterra, em que a observação participante foi um instrumento para desenvolvê-las.

Os "movimentos negros" estavam organizados em grupos religiosos ou não e se localizavam, sobretudo, na complexa Baixada Fluminense. Tais grupos se opunham entre si e propunham diversas formas de combater a desigualdade e a discriminação racial.

Os grupos aos quais assessorava repudiavam o 13 de

Maio, recontando a história da escravatura e, principalmente, apontando as conseqüências da Lei Áurea para a população descendente de escravos. Ao mesmo tempo, apresentavam uma outra data-símbolo: "o dia 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi".

No entanto pode-se perceber, como Diana Brown (1985) registrou, "os umbandistas tiveram êxito ao incluir temas da umbanda nas celebrações públicas de um outro importante feriado brasileiro, o Dia da Abolição, em 13 de maio" (1985: 38, grifo nosso). Os umbandistas, através dos fundadores de um Supremo Conselho Sacerdotal e de um Instituto de Estudos Brasileiros, propuseram à última Assembléia Nacional Constituinte a transformação do 13 de Maio no Dia Nacional dos Cultos Afro-Brasileiros. Enquanto isso, podia-se notar que os movimentos negros procuravam ajustar a História do Brasil e opor-se à data nacional do 13 de Maio como data que simboliza o conservadorismo:

"... em geral é uma história conservadora, do branco vencedor em sua democracia racial. Sua evolução é mostrada sem contradições, incruenta, quase sem derramamento de sangue, seja na conquista do território nacional, seja na escravidão, na conquista da independência e posterior organização do país durante o período de regência etc.. A sociedade brasileira aparece como um todo equilibrado, em que o povo surge de forma imprecisa e esporádica." (BORGES, 1988:72)

Os movimentos negros pleitearam o reconhecimento do dia 20 de Novembro como o "Dia Nacional da Consciência Negra",

assim resgatando um personagem historicamente datado — Zumbi —, a fim de recontar a "verdadeira história do negro brasileiro", na suposição de que essa verdade repousa na temporariedade histórica para conquista plena da "libertação" de uma identidade que "faça sentido".

O personagem, apontado como herói e símbolo, possui uma maior projeção no plano mítico no sentido da Antropologia e do folclore, disciplinas que mais contribuíram para a descrição do Quilombo dos Palmares e de seu líder. Zumbi como herói negro possui pouca penetração no imaginário popular a não ser na representação de "alma penada", "morto-vivo".

Assim, Zumbi é para o conjunto das entidades que integram o movimento social, em combate à desigualdade e à discriminação racial, um símbolo que representa a luta e a resistência do "negro brasileiro". Em oposição, o imaginário popular designa Zumbi como um "ser misterioso, algo de feiticeiro, escuro e retraído, só trabalhando e andando a desoras". Daí advém, então, "a sentença popular: você está feito zumbi para crismar aquele que é natural macumbeiro, ou tem o veso de passar noites em claro, ou ainda preferir o trabalho às horas mortas". (NINA RODRIGUES, 1945:51)

Podia-se perceber que os movimentos negros adotaram como estratégia no combate ao racismo uma reiterada posição de defesa da restituição simbólica, tarefa difícil, pois como diz Peter Fry sobre o Brasil e os símbolos negros:

"A conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais não apenas oculta uma situação de dominação racial mas torna muito mais difícil a tarefa de denun

ciã-la. Quando se convertem símbolos de 'fronteiras' étnicas em símbolos que afirmam os limites da nacionalidade, converte-se o que era originalmente perigoso em algo 'limpo', 'seguro' e 'doméstico'." (FRY, 1982:53)

A partir destas constatações decidi-me por descrever e analisar a duplicidade das duas datas que simbolizam ora a luta contra o racismo e o combate a ele na sociedade brasileira, ora a reiteração de símbolos nacionais.

Este trabalho de pesquisa constou de um período de coleta de dados junto à Biblioteca Nacional e à Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis. Em período que cobriu doze meses, foi realizado o levantamento jornalístico e bibliográfico das comemorações das duas datas, compreendendo um período que vai de 1888 a 1988 — cem anos.

Esse levantamento de dados realizou-se em duas etapas: na primeira, foram pesquisados alguns jornais do final do século XIX e início do século XX (2). Nesses jornais foram, efetivamente, encontrados registros das comemorações do dia 13 de Maio, nos quais chama a atenção a participação de inúmeros grupos sociais. A partir desse primeiro material coletado, delineou-se o breve esboço que motivou a sistematização da diversidade de eventos que se destacam pelas dimensões alcançadas, chegando por quatro décadas a parar a nação, já que o 13 de Maio era considerado feriado nacional e mobilizava inúmeros segmentos sociais.

Diante da extensão do período delimitado para a pesquisa, foi necessário procurar na grande imprensa um período

co que se pudesse constituir na principal fonte da pesquisa. Sendo assim, nessa segunda fase, trabalhou-se exclusivamente com o Jornal do Brasil - JB, fundado em 1891, três anos após a Abolição da Escravatura. Segundo Nelson Werneck Sodré (1966), este periódico já nasceu, entre os grandes jornais, trazendo duas inovações: a distribuição feita por carroças e uma maior amplitude do esquema de correspondentes internacionais. Essas duas inovações justificam a escolha do Jornal do Brasil como principal recurso de que a pesquisa se valeu como fonte de busca empírica.

Nessa segunda etapa, junto ao setor de microfilmagem da Biblioteca Nacional e do JB foram levantadas cronologicamente todas as informações possíveis sobre as comemorações do dia 13 de maio durante um século. Tais informações foram obtidas através da leitura da primeira quinzena do mês de maio de cada ano. A seguir, foi feito o registro bibliográfico do material selecionado para posterior solicitação de cópias eletrostáticas. Desta forma, ao final, formou-se um acervo de quatrocentos e oitenta e três estilos de veiculação jornalística entre artigos, notas e charges.

O material foi, então, separado em dez décadas, após o que um estagiário procedeu ao fichamento quantitativo das notícias sobre as comemorações. Esse primeiro fichamento quantitativo facilitou o conhecimento dos agentes que promoviam as comemorações do 13 de Maio, ano após ano. Entre os agentes destacavam-se: as Forças Armadas, chefes de Estado, parlamentares, partidos políticos, universidades e intelectuais, instituições religiosas, cristãs ou não, ensino mili

tar de 1ª e 2ª graus, ensino público e particular, organizações não governamentais, instituições de lazer e organizações de "homens de cor", entre outras. Ao lado desse fichamento, foram agrupadas por ano as expressões mais recorrentes no que se referem à valorização e ao enaltecimento do dia em que foi assinada a Lei Áurea. Exemplos dessas expressões são: "festa nacional", "gloriosa data" e "faustoso acontecimento". A concepção quantitativa do primeiro fichamento não permitiu a leitura das realizações das comemorações. Para tanto, foi necessário voltar às fontes primárias para uma segunda leitura, a fim de explorar o seu conteúdo, assinalando as citações-chaves, destacando por categorias e fazendo as observações preliminares (ECO, 1985).

Depois dessa ordenação, foi possível fazer uma primeira elaboração do material, numa versão que não foi tratada como um fato mas como uma interpretação ou uma ficção; como algo constituído, modelado no dizer de Geertz (1978:26) e no sentido que a Antropologia definiria como interpretação das interpretações (SENA, 1985).

Com referência em Schwarcz (1987), os jornais foram tomados como um produto social, isto é, como o resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido (SCHWARCZ, 1987: 15). A autora apreende o seu objeto enquanto "grupo de variantes", ou seja, como leituras possíveis de restabelecer a diversidade de concepções e interpretações sem que se busque uma versão "definitiva" e, por isso, mais verdadeira (op. cit. 261).

A trajetória dessa pesquisa não seguiu o signific

do do "protesto negro" (FERNANDES, 1989). Procurou-se apreender o que "se falou" das comemorações do dia 13 de maio, evidenciando-se que o mito da igualdade tinha mais visibilidade naquelas comemorações do que as denúncias de desigualdades e discriminação racial. Na verdade, o *continuum* das comemorações do dia da abolição da escravatura mostra a manutenção da ordem civil, enquanto as denúncias de desigualdades e discriminação racial eram clandestinas, uma vez que eram reiteradas em época em que se clamar por justiça e igualdade social era crime político.

A sistematização documental do conjunto das comemorações do 13 de Maio constitui uma fonte de informações sobre os diferentes grupos sociais que participaram das comemorações do "dia da abolição". Essa cronologia apresentada na pesquisa constitui-se, também, em uma fonte de informação sobre os agentes sociais que divulgaram, de diferentes maneiras e em diferentes contextos e situações, o dia em que foi abolido o trabalho escravo no Brasil.

A pesquisa permitiu, ainda, saber que os aumentos de impostos e tarifas, a carestia e o monopólio político afetaram, sensivelmente, as doações de iniciativa particular, bem como a boa vontade do comércio, que voluntariamente auxiliava nas comemorações daquela data. Enfim, atingindo aquilo que, conforme a imprensa da época, "era um gesto patriótico que não onerava os patriotas seguidores da ordem e do progresso" (JB, 13/5/1915:62).

Schwarcz (1987) compara a "eficácia dos jornais" à "eficácia do feiticeiro" tratada por Lévi-Strauss em seus dois

estudos clássicos: O Feiticeiro e a sua Magia e a Eficácia Simbólica. A autora, comparando a "eficácia da prática do curandeirismo" à "eficácia da prática do jornalismo", encontrou "bastante semelhanças" na importância do reconhecimento social em ambos os casos. O jornal é visto por ela como um espaço de criação de verdade e de conceitos universais (1989: 248). Para a antropóloga, o jornal é eficaz:

"... porque trabalha com o consenso e o cria, operando num primeiro momento com dados explícitos que vão-se transformando, cada vez mais, implícitos e se reforçando enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. Dessas verdades ninguém duvida, assim como não se questiona ou se busca a cura feita pelo xamã. Portanto o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicação. São verdades, verdades de um espaço inquestionável. Páginas e páginas escritas como um poder talvez igualável ao de um xamã." (1987:248)

Não se trata aqui de privilegiar apenas uma data como símbolo mais ou menos autêntico ou primitivo, mais verdadeiro ou fiel do cidadão brasileiro. O ponto de partida da descrição é uma data reconhecida oficialmente pela história, apropriada por movimentos sociais, religiosos ou não, incluída em seus calendários. Isto evidencia um aspecto religioso de suas comemorações, as quais podem ocorrer tanto no interior de cultos religiosos com regular efervescência no dia 13 de Maio para homenagear a alma dos escravos, quanto em uma celebração pública coletiva, em uma praça pública no subúrbio do Rio de Janeiro, e, mais recentemente, na diversidade e variedade

de de cultos a uma suposta escrava, tida como santa e conhecida como Escrava Anastácia.

Esta pesquisa mostra a construção da data oficial do dia da abolição da escravatura no Brasil e a construção desta data pelos movimentos sociais que se aproximaram do dia 13 de Maio. Esta data tem por características reunir e ligar grupos comumente opostos: abolicionistas/escravos, imandades/estado, militares/civis, católicos/protestantes/cultos afros, ensino militar/ensino público/ensino particular. A pesquisa revela que nesse dia se fala do lugar social do preto na sociedade brasileira, já que o mesmo é dedicado ao escravo e ao preto velho.

Este trabalho teve início com a formulação das seguintes perguntas: Por que o 13 de Maio foi tão comemorado, chegando a ser, durante quatro décadas, feriado nacional? Por que o dia da abolição foi tão disputado pelos agentes sociais e até mesmo pelas instituições civis, religiosas, políticas, recreativas e filantrópicas? Enfim, por que promoveram e divulgaram o 13 de Maio? Quem era o protagonista do dia 13?

Com efeito, cabe ainda indagar: Quem acabou sendo o dono da festa? Quem era o protagonista do dia 13 de Maio, comemorado em palácios, templos, palanques, quartéis, praças públicas e gabinetes? Quem era o personagem desse dia comemorado por uma grande diversidade de instituições nacionais?

Cabe enfatizar que o material colhido, ao longo da pesquisa, indicou a hipótese de que o 13 de Maio foi tão corrido e comemorado por tantas instituições e segmentos justamente por falar do lugar social do preto. O preto escravo,

o preto-velho, aquele que está no seu lugar. O dia de preto-velho quando se inverte a posição do escravo tornando-o "santo". (MAGGIE, 1977 e 1989)

Ao lado dessas perguntas, também se indaga por que o 20 de Novembro não tem a mesma força do 13 de Maio nem a mesma repercussão? É interessante perceber que o dia 20 remete para o mito da origem. Enquanto o dia 13 aproxima a realidade do preto, o dia 20 distancia, alude a um passado histórico mitológico, ao mito das três raças. O 20 tem uma perspectiva de construir a identidade, através da origem, explicando a diferença pela cultura. O Quilombo dos Palmares era formado por negros Bantus e Zumbi é visto como herói civilizador africano (MAGGIE, 1989:27). O 20 de Novembro coloca a diferença na cultura. Zumbi é um herói porque é africano e essa relação de perspectiva fica clara na ordenação do material coletado ao longo da pesquisa.

Segundo essa hipótese, o objetivo deste trabalho não é aquele de apresentar a interpretação mais verossímil do mito, mas o de resgatar o seu sentido a partir das diferentes versões que o compõem.

No dia 13 de Maio se reivindica e se discute o que era e foi negado ao cidadão preto, ao passo que no 20 de Novembro se denuncia e se reivindica o que foi mudado, o que foi transformado naquilo que é próprio de cada sistema cultural, o "africano" e o "brasileiro".

Roteiro

Depois da Introdução a dissertação será dividida em três partes.

A primeira trará uma etnografia dos festejos do 13 de Maio no decorrer do seu primeiro centenário, a partir das comemorações organizadas por diferentes grupos sociais.

A segunda será descrita em três capítulos, que apresentarão a incorporação da festa do 13 de Maio pela umbanda, os pretos-velhos, o candomblé e os orixás, a cultura negra e os intelectuais.

Na terceira e última parte, tratar-se-á de tentar identificar as idéias que ordenaram o surgimento do projeto de legitimação do dia 20 de Novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra", proposto pelos grupos dos movimentos negros em oposição ao dia da Abolição da Escravatura — 13 de Maio.

Na conclusão da dissertação será feita uma análise comparativa entre o 13 de Maio e o 20 de Novembro, a partir das interpretações de João José Reis sobre o dia da Independência da Bahia, o 2 de julho.

PRIMEIRA PARTE

O 13 DE MAIO E A FESTA NACIONAL

CAPÍTULO I

DO ALTO CAÍAM NUVENS DE FLORES OU A
FESTA DOS ABOLICIONISTAS E DA IMPRENSA

Nesta primeira parte da dissertação serão descritas as comemorações do dia da Abolição da Escravatura ao longo do seu primeiro centenário.

Será, também, apresentada a dualidade entre os conteúdos cívico e histórico da participação governamental na manipulação dos significados desta data desde as primeiras comemorações. A nível governamental, a data foi tratada como histórica, tendo sido enfatizado o seu aspecto cívico, através da promoção de eventos que valorizavam a estrutura política dominante e a reafirmação do seu conteúdo "histórico".

Com a virada do século, já era evidente que o negro brasileiro estava inserido no seio de uma situação socialmente indigna, subjacente a uma política económica que impedia a ascensão social. Mas nem por isso o 13 de Maio deixou de ser comemorado.

Durante os vinte primeiros anos, as comemorações do 13 de Maio, sobretudo aquelas promovidas pelas instituições abolicionistas e por iniciativa do poder público, eram fortemente caracterizadas por muito civismo, o que garantia a devoção ao interesse público e ao patriotismo.

O Exército Brasileiro participou de forma significativa nas comemorações do 13 de Maio de 1910 a 1940. Entretanto, registros de 1888 afirmam que, naquela época, "o Exército, que poderia, talvez temporariamente, deter a corrente abolicionista, como sempre na história, ouvindo o clamor da nacionalidade, embainhou a espada ainda enflorada e deixou como se fora um mar bravio e indomável a onda negra caminhar segura para a liberdade." (JB, 13/5/1933, p. 7. Grifo nosso.)

O civismo, reificado nas comemorações militares, também pode ser notado nas comemorações religiosas, como demonstra bem o exemplo da tradicional missa solene que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito celebra anualmente pela "gloriosa data de 13 de Maio". A missa de 1904 contou com a participação de várias entidades (1).

A organização do material mostra que as proporções das festividades, assim como a projeção social alcançada anualmente pelas comemorações da data de 13 de Maio, são oscilantes, dependendo da inserção e do interesse do poder público na conjuntura política e social vigente. Há anos, por exemplo, em que não ocorreu participação expressiva dos organismos federais, sobretudo na área militar e parlamentar.

Os aumentos de impostos e tarifas, a carestia e o monopólio político afetaram as doações da iniciativa particular e a boa vontade do comércio, que voluntariamente auxiliavam nas comemorações do 13 de Maio. Este auxílio "era um gesto patriótico que não onerava os patriotas seguidores da ordem e do progresso". (JB, 13/5/1915:62)

No que diz respeito aos recursos financeiros destinados às comemorações da Abolição da Escravatura, além dos dados acima apresentados, consta que a "COMEMORATIVA" (2) seria a única que de auxílio oficial, que fosse certo, uma pequena soma que anualmente lhe fosse dada, por exemplo, para fim tão útil, morreu como nesta terra morre tudo quanto é bom." (JB, 13/5/1915:6)

Veremos, então, as primeiras comemorações, tentando descrevê-las tendo como base nossa fonte primária — o Jornal

do Brasil — e os registros por ela feitos.

Os cortes históricos que faremos não seguirão os tradicionais da historiografia, mas se pautarão em aspectos específicos que facilitaram a classificação do material.

Antes de iniciarmos a descrição, é necessário apontar para as principais interpretações do 13 de Maio da literatura especializada.

O DIA DA ABOLIÇÃO E A LITERATURA ESPECIALIZADA

A bibliografia especializada sempre se refere à data de libertação dos escravos, referindo-se ao dia em que foi sancionada a Lei Áurea. Esta revisão aponta para a argumentação em torno do tema mais recorrente na pesquisa: a data 13 de Maio, tomada, por exemplo, na produção acadêmica como "referência para pensar a integração social e política do negro ao esquema-modelo de participação dado pela sociedade dominante" (MACIEL, 1988:82 e FERNANDES, 1978). A seguir serão vistas algumas interpretações sobre o dia 13 de Maio e o Dia da Abolição da Escravatura.

O objeto dessa discussão não é propriamente uma descrição do significado da história da Abolição, mas a compreensão do significado atribuído a esta data que, em geral, e a partir dos anos 70, começou a ser pensada em oposição a outra, o 20 de Novembro, dia da suposta morte de Zumbi dos Palmares.

Na bibliografia especializada, a festa do 13 de Maio é analisada a partir do seu mais evidente significado, que é

marco oficial do Estado, ou seja, o dia em que foi abolida a escravidão. Na produção acadêmica mais recente, comemorações do 13 de Maio apareceram como "uma visão da vida organizativa da população negra através de sua participação e envolvimento nas comemorações da data da abolição da escravidão. Neste caso, então, o Treze de Maio é tomado como referência para se pensar a integração social e política do negro ao esquema-modelo de participação dado pela sociedade dominante" (MACIEL, 1987:8).

Viotti da Costa (1986) mostra que, depois da emancipação dos escravos, as celebrações do dia 13 de Maio fizeram com que as cenas de violência que precederam a Abolição fossem esquecidas. A autora diz que "a 13 de maio, a Abolição aparecia como uma vitória dos abolicionistas, uma dádiva da Princesa Isabel, um ato generoso do Parlamento, uma conquista do povo, mas, acima de tudo, como um 'pleito de homenagem prestado à civilização do século'" (grifado no original). Viotti, inspirada em um jornalista da época, acrescentou que a Lei Áurea foi uma conquista dos negros livres e escravos que não escreveram a sua história, sendo contada por outros que fixaram nos livros didáticos a valorização da ação parlamentar e a legislação abolicionista, recaindo sobre a modernidade, o arbítrio, a ignorância, a violência, a miséria, os preconceitos reiterados pela sociedade escravista (op. cit., 1986:96).

Viotti chama a atenção, observando que "se é justo comemorar o Treze de Maio, é preciso, no entanto, que a comemoração não nos ofusque a ponto de transformarmos a liberdade que simboliza um mito a serviço da opressão e da exploração

do trabalho" (op. cit.).

Edson Carneiro (1964), escrevendo sobre o Treze de Maio, observa as atitudes da Regente Imperial, destacando que ela desagruaria André Rebouças, tirando-o para dançar, em um baile da Corte, e no exílio estimularia as experiências de vôo de Santos Dumont. Segundo Carneiro, a Princesa Isabel partilharia dos ideais abolicionistas, tendo aguardado ansiosamente a aprovação da lei para sancioná-la. O mesmo autor relativizou esta sua observação, ao afirmar que a promulgação da Lei Áurea, independente dos sentimentos generosos da Princesa Regente, era sua manobra tática, visando atrair para o trono as simpatias populares, que se voltariam decididamente para a República (op. cit.). O antropólogo citado se ocupa prioritariamente em observar o Dia da Abolição e não as comemorações desta data. Segundo ele, na época, o "delírio foi geral. O Imperador, no seu quarto de hotel na Europa, escreveu um soneto. José do Patrocínio beijou os pés da Regente. O negro, em todas as cidades, festejou ruidosamente a sua liberdade. Poucos, entre os abolicionistas, poderiam prever que nem toda a encenação do Treze de Maio fosse bastante para impedir o triumfo da República". E, setenta anos após a Abolição, Edson Carneiro registrou que a "Princesa permanece no coração do povo" e que os "enganadores" não conseguiram ludibriar mais do que a si mesmos (1964:95-97).

Artur Ramos (1971) registrou que a causa dos escravos encontrou um eco fortíssimo no coração brasileiro e que "apesar dos maus tratos, já referidos, que sofreu o negro escravo, a sua vida foi, até um certo ponto, amenizada pela ter

nura com que ele foi recebido pelos senhores e sinhãs" (1971: 78).

Este autor descreveu, resumidamente, o movimento abolicionista no Brasil até o dia 13 de Maio, apresentando dados etnográficos conhecidos deste período. Segundo ele, "a multidão, nas ruas, entrega-se ao mais intenso e indescritível entusiasmo". E comparando-a ao drama da Reconstruction nos Estados Unidos, disse que, no Brasil, a extinção da escravidão transcorreu entre "deslumbrantes manifestações de júbilo, que se estenderam da Capital às províncias com aclamação dos líderes da Abolição, parlamentares e jornalistas, destacando-se, ainda, o grande entusiasmo popular".

Artur Ramos entendia que o dia 13 de Maio trouxe a liberdade plena, assegurada de igualdades sociais e direitos garantidos. Para ele, "os negros libertos derramaram-se por todo o território nacional. Passaram a ser homens como os outros, distribuindo e cobrando o seu trabalho, de acordo com suas aptidões. Nas fazendas, empregaram-se no trabalho assalariado. E, nas cidades, eles se misturaram, na vida social e de família, trazendo o seu auxílio vigoroso à obra de formação da sociedade brasileira" (1971:77-88).

Uma visão completamente oposta às idéias de Artur Ramos é a de Robert Conrad (1975), que afirma, no subcapítulo "As celebrações" do dia 13 de Maio, que — "apesar de ter sido uma grande vitória para os brasileiros, apesar de lhes ter dado uma medida de orgulho e um breve sentido de grandeza — a abolição da escravatura não criou um ambiente em que os antigos escravos pudessem erguer-se rapidamente ao nível de pró-

peros participantes na vida nacional. Quase um século mais tarde — mais de cem anos, na realidade, desde a libertação dos recém-nascidos — milhões de seus descendentes ainda vêm negada a igualdade de oportunidades, imaginada, para eles, pelos líderes abolicionistas" (1975:337, grifo nosso).

Conrad observa que "as celebrações já haviam começado, quando o projeto fora introduzido na Câmara em 8 de maio e acompanharam-no a cada passo, a caminho da sua passagem, com procissões, mímica e demonstrações públicas. A aprovação final e a rápida sanção da Princesa Isabel trouxeram "uma explosão de alegria popular", com o povo "decorando a cidade com flores e bandeiras... enchendo as ruas até transbordarem e inundando-as com uma onda de felicitações..." (op. cit.:332).

Segundo Conrad, a imprensa do Rio de Janeiro decidiu patrocinar as festas, que durariam de dezessete a vinte de maio, e estes dias foram repletos de comemorações sem precedentes no Rio de Janeiro e em outros pontos de toda a nação. "Pouco depois das celebrações, o país começou voltando a algo de mais parecido à sua condição normal".

Robert Conrad mostra, através das celebrações do dia 13 de Maio, a realidade social dos libertos. Para ele, "nos últimos anos do século XIX, depois de caos, ditadura e até de uma insensata guerra civil, a sociedade brasileira voltou às normas que haviam sido ameaçadas pela curta experiência abolicionista e milhões de brasileiros, particularmente aqueles cujas peles escuras os marcavam como descendentes de escravos, continuaram vivendo de uma forma semelhante àquela em que viviam sob a escravatura — são legalmente livres, mas

incapazes de competir em liberdade devido a sua classe e cor, com poucas alternativas além de trabalharem as terras de outro homem, na pobreza e no servilismo ou migrando para um ambiente urbano precário, onde as oportunidades se limitavam normalmente ao mais humilde e mais duro dos trabalhos" (CONRAD, 1975:332-337).

Para Clovis Moura (1988) nem um sentido comemorativo se justifica se for feito um balanço objetivo das forças sociais e econômicas que decidiram como a passagem do escravismo para o trabalho chamado livre se processou no Brasil. Este sociólogo se apóia em dois níveis de significados da Abolição. Em um primeiro nível, ele observa as relações de produção e, em segundo, as conseqüências sociais para o liberto. Desta perspectiva, Clovis Moura entende que o 13 de Maio é, "portanto, uma data para ser comemorada pelas classes dominantes e não pelos segmentos negros das favelas, cortiços, alagados, invasões, os que se encontram nas penitenciárias, criminalizados, cumprindo pena por haverem praticado alguma forma de violência para sobreviver. O negro marginalizado, preterido no mercado de trabalho pela sua cor, mantido sob liberdade vigiada por uma sociedade que se diz branca e o considera um ser inferior e sem capacidade para um trabalho permanente, nada tem a ver com esse dia que marcou o início de um processo odioso de segregação disfarçada, colocando-o compulsoriamente nos últimos patamares da sociedade brasileira..." (JB, 1988: 12).

As observações de Clóvis Moura têm uma perspectiva muito próxima das denúncias do movimento social organizado —

identificado como movimentos negros — para combater o racismo e acabar com a discriminação racial.

Florestan Fernandes (1978), discutindo o lugar do "negro na emergência da sociedade de classes", mostra que o conceito de "espoliação secular" surgiu do contexto destas ideias que promovem a afirmação da significação simbólica da data de 13 de Maio como afirmação da liberdade do negro (op. cit.: 90). O mesmo autor (1989) discutiu com muita atualização os significados do 13 de Maio, ao mostrar que a data, além de ser considerada comemoração, "foi, também, processo histórico, de superfície e na profundidade das correntes que transformaram a sociedade brasileira", caracterizando o 13 de Maio, primeiro enquanto evento pela sua própria peculiaridade e, segundo, como processo histórico, que "lançava raízes no passado, refletindo de cabeça para baixo conflitos de uma sociedade escravista, que chegara à extinção e colocava-se no ponto de partida de uma evolução na qual o trabalho livre surgia como sucedâneo e o equivalente do trabalho escravo".

Fernandes reconhece a complexidade da diversidade dos significados desta data, o que torna impraticável, segundo ele, abordar "os vários aspectos do 13 de Maio tomado como totalidade histórica em todas essas ramificações, essenciais para explicar o caráter claudicante de mera modernidade e para expor como os humildes, os ex-escravos, ex-libertos, os homens pobres livres, os imigrantes e os trabalhadores que já se haviam assalariado e o proletariado sob a escravidão constituíram suas histórias e intervieram ativamente na formação de uma nova sociedade".

Para explicar esta complexidade, Florestan elabora uma descrição por ele mesmo classificada de sumária, "de uma realidade perturbadora, que até hoje confunde os melhores cientistas sociais e transforma a história oficial em uma manifestação opaca e hipócrida de uma retórica destituída de verdade e de poesia" (op. cit., 30).

A concepção dual de Florestan Fernandes sobre o 13 de Maio explica que, enquanto "evento", a data tem importância no plano institucional e legal, exemplificando com uma análise das conseqüências decorrentes da sanção do decreto que aboliu a escravatura no Brasil. Segundo ele, "a escravidão se esgotara e o domínio imperial dos Braganças esgotava-se com ela, como descobriram com lucidez os republicanos, muito antes, preferindo omitir-se diante do abolicionismo e ganhar o apoio dos fazendeiros". Este exemplo leva Florestan a observar que "o evento irradiava várias significações, todas ideológicas".

O outro lado da concepção de Fernandes sobre os significados do 13 de Maio diz respeito aos "processos histórico-sociais, de superfície ou em profundidade e de conjuntura ou de longa duração, ...". O autor ressalta alguns dinamismos centrais:

"O 13 de maio delimita historicamente a eclosão da única revolução social que se realizou no Brasil. O enlace da desagregação final do sistema de trabalho escravo com a generalização do sistema de trabalho livre configurava-se como uma revolução do modo de produção, na ordenação da sociedade civil e na consciência social burguesa. A ela se seguiu uma revolução política, com a implantação da Repúbli

ca. As elites no poder da raça dominante exprimiram metaforicamente essa revolução sob a bandeira: 'homem livre na Pátria Livre', que deseja unir o fazendeiro, o burguês e o assalariado, especialmente o de origem estrangeira, na conformação da 'Pátria Livre'. No entanto, sô os de cima fazem parte dessa 'Pátria' oligárquica emergente; os de baixo foram automaticamente excluídos da sociedade civil que se constituía. Os negros não foram somente espectadores passivos dessa revolução social espontânea. Mas dela foram banidos, de imediato e ao longo de mais de três décadas, postos à margem da condição de agentes do processo de redefinição do trabalho livre como categoria histórica." (op. cit.: 32, grifo nosso.)

Florestan Fernandes apresenta como "processos histórico-sociais de longa duração" o primeiro movimento social contestador protagonizado por negros, que segundo ele, questionou os fundamentos democráticos da ordem existente e a propagada ausência do preconceito e da discriminação nas relações raciais. O autor mostra o movimento social de grupos de movimentos negros que foram estabelecidos nas décadas de trinta e quarenta com uma "vitalidade, que forja uma contra-ideologia racial e vincula a supressão do 'emparedamento do negro' à conquista de uma 'segunda abolição'. As debilidades do meio negro, a opressão racial e a intervenção repressiva do Estado Novo dissolveram o movimento social, em suas diversas correntes, e compeliu o negro à competição individualista por emprego, êxito e reconhecimento de valor social. Uma segunda vaga de ebulições conduz o negro ao protesto coletivo, em certos momentos da década de 60 e a partir do fim da década de 70".

Para Florestan Fernandes, o negro ativista adquire "uma consciência de um racismo institucional e, aproveitando estratégias vinculadas à luta de classes, combate as mistificações da 'democracia racial', as sessões da história sobre a fraternidade das raças ou da democracia racial, correntes entre os brancos e mesmo entre grupos negros. Apresenta-se, assim, como pólo radical do que deve ser a democracia e uma sociedade civil aberta no Brasil. Ambas têm de ir além da pobreza, na negação e superação das iniquidades e das desigualdades raciais".

Florestan analisa o Dia da Libertação dos Escravos com a sugestão que "é do elemento negro que provêm os significados novos, adquiridos pelo 13 de Maio" (grifo nosso) e explica esta afirmação com dois argumentos que mostram algumas das graves conseqüências decretadas com a Abolição. Primeiro, "o episódio se desnuda, nas décadas de 30 e 40, como uma falácia social. A Abolição não passara de uma artimanha, pela qual os escravos sofreram a última espoliação. Do próprio negro dependia uma 'Segunda Abolição', que o convertesse em um cidadão investido dos requisitos econômicos, sociais, culturais e morais para assumir os papéis históricos que ainda se reduziam a uma ficção legal". No segundo argumento, "em anos recentes", o episódio se mostra como efeméride das classes privilegiadas da "raça dominante".

Para Florestan Fernandes, o Dia da Libertação dos Escravos "é uma data histórica dos senhores, dos manda-chuvas brancos, de interesse indireto para o negro. Como tal, não deve ser ignorada. O 13 de Maio possuía uma equação negra: sem

a aceleração da acumulação originária de capital, lastreada no trabalho escravo, não haveria a dissolução do modo de produção escravista. Além disso, sem a participação direta dos escravos e de negros livres e libertos rebeldes, as agitações não fluiriam com o mesmo vigor nas senzalas. Os ritmos históricos seriam ainda mais lentos e, provavelmente, a história oficial ainda mais capciosa. Contudo, o significado da data, que brota da consciência negra e da compulsão libertária coletiva dos negros mais livres e decididos nas lutas raciais igualitárias, atravessa e agita Palmares e Zumbi. O 13 de Maio se contrapõe ao 20 de Novembro. A escravidão não impediu que o seu agente de trabalho e a sua vítima construíssem sua própria história, independentemente dos mitos consagrados pela 'história oficial'. A liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista. Essa conquista pressupõe que os negros redefiniam a história, para situá-la em seus marcos concretos e entrosá-la com seus anseios mais profundos de auto-emancipação coletiva e de igualdade racial." (Op. cit., 31-34, grifo nosso.)

Segundo Mário Maestri Filho (1988), a superação do regime negreiro constitui o mais significativo acontecimento da História do Brasil e o aniversário-centenário passou quase despercebido. Para ele, fora algumas atividades acadêmicas de "somenos importância", nada foi programado para "tornar o evento um momento de reflexão nacional sobre a importância e as decorrências de três séculos de passado escravista. Esta verdadeira conspiração de silêncio sobre o transcurso da primeira centúria da Lei Áurea tem contraditoriamente recebido o apoio de parcela do movimento negro brasileiro" (1988:

19, grifo nosso). O historiador gaúcho, com rigor acadêmico, interpreta o significado revolucionário do Dia da Abolição da Escravatura na História do Brasil, afirmando que, a 13 de Maio de 1888, "começávamos a construção de uma sociedade preta, pa terna e desprovida, no geral, de barreiras sociais ou raciais intransponíveis".

Para Maestri Filho, "os discursos laudatórios sobre a Abolição trincam-se contra a realidade social contemporânea. Desnuda-se aos olhos mais míopes um Brasil onde os negros constituem a parcela mais pauperizada e relegada da população. Onde a pele escura dificulta o acesso ao trabalho e facilita o da prisão, no mínimo. A crescente consciência e organização democrática do país e o surgimento de entidades negras combativas questionam a propalada emancipação da comunidade afro-brasileira 1888".

Sobre a produção acadêmica, nos últimos anos, Mário Maestri Filho observa que as descrições paranegúricas sobre o fim de escravismo e a Princesa Isabel "vinham sendo reportadas por cientistas sociais dedicados a uma análise mais objetiva da segunda metade do século XIX. Entretanto, estes autores terminaram, em muitos casos, refutando o próprio significado histórico do 13 de Maio. Parcelas do movimento negro, brazilianistas, historiadores, sociólogos etc. convergem hoje na definição da Abolição como uma farsa".

Maestri observa ainda que os cientistas sociais, que analisaram as conseqüências sociais decorrentes da Abolição, sugeriram a desigualdade social e discriminação racial pós-Abolição. "Para melhor criticar os mitos sobre a emancipação

do negro a 13 de Maio e a magnânima ação da 'Redentora', crescente parcela do movimento negro propõe rejeitar esta data e festejar o dia 20 de Novembro — morte de Zumbi dos Palmares. Apesar de bem intencionados, estes analistas e críticos colaboraram com aqueles que, divulgando uma apresentação caricatural e paternalista do 13 de Maio, tentam escamotear o seu verdadeiro sentido e a essencial intervenção das massas populares escravizadas no processo. Deste pastiche histórico ressalta a própria diluição da importância do escravismo em nosso passado".

Segundo Maestri Filho, festejar a Abolição não é reafirmar os mitos sobre a emancipação dos negros em 1888 ou a demiúrgica figura da "Redentora", mas resgatar a importância da superação da ordem negreira e a participação dos cativos nos acontecimentos. "Realidades que as comunidades negras, em pobrecidas de ontem e hoje intuem, ainda que em forma alienada". Ele afirma que o impacto da Abolição carreou profundo impacto na consciência e vida dos cativos e dos libertos, razão pela qual o "povo negro brasileiro comemora com tanto carinho o 13 de Maio e festeja a obscurantista princesa...".

Para o historiador Mário Maestri Filho (1988) "não tem sentido em antepor Palmares ao 13 de Maio". Os sucessos palmarinos, apesar de saga luminar do passado nacional, são acontecimentos menos significativos do que a Abolição. Palmares, por mais heróico que tenha sido, jamais propôs a destruir a instituição servil como um todo. Lutando e resistindo por quase um século, determinou significativamente a história do Brasil. Mas foi derrotado. A Abolição, ao contrário, constituiu a definitiva superação do escravismo. Foi vitoriosa. Des

conhecer o sentido revolucionário da Abolição é menosprezar a essência escravista de dois terços da nossa história e o caráter singular da própria gênese do Brasil" (grifo nosso).

Assim como Conrad (1975), Viotti da Costa (1982) e Santos (1990), que apresentaram a Abolição como uma "insurreição incruenta", Maestri observa que "se deve à massa escrava — e a ninguém mais — a destruição do regime negreiro em 1888 e não em data posterior. A 13 de Maio, a herdeira do trono imperial nada mais fez do que, sob o beneplácito das classes dominantes, assinar o atestado de óbito de uma instituição em adiantado estado de putrefação".

Para o professor Maestri, "salientar o caráter revolucionário da Abolição — em realidade a única revolução social da história do Brasil — é resolver verdadeiro impasse do debate sobre nossa formação e resgatar momento essencial de suas lutas sociais..." Negar estas realidades, devido às condições econômicas passadas e atuais das massas negras, é enfrentar a história com preconceitos simplistas e moralizadores" (grifo nosso). Maestri mostra que os limites da Abolição levaram alguns críticos do 13 de Maio a afirmarem ser uma proposta demagógica e anacrônica, sem nenhum sentido histórico. Para ele, "com o 13 de Maio as classes trabalhadoras nacionais alcançaram uma unificação econômica-social de máxima importância — a superação da distinção entre trabalhadores livres e trabalhadores escravizados".

Pensando que o axioma da Antropologia é a diferença, o 13 de Maio no campo religioso é igualmente importante para compreender o processo ritual, a ordem de relações e a organi

zação do sistema simbólico, presentes nos modos como até hoje os negros participam de cultos de louvor aos seus padroeiros (BRANDÃO, 1985:9), chegando a "explicação de algumas modalidades e alternativas da presença de negros nos sistemas de crenças e práticas do catolicismo popular" (op. cit.).

Carlos Rodrigues Brandão, em a Festa do Santo Preto, analisa a ideologia da Congada dançada na cidade goiana de Catalão, através de um mito ritual que revela a ideologia da congada que "oscila entre um mito envolvendo fatos supostamente passados entre negros escravos, na África ou no Brasil, e as fórmulas de netos e promessas feitas entre o 'brincador' devoto e Nossa Senhora do Rosário" (1985:83). Das doze versões recolhidas pelo antropólogo, a classificada por ele como de número três é analisada por colocar diante do leitor algumas relações novas e significativas entre os mesmos actantes, reunindo-os e acrescentando um novo personagem — a Princesa Isabel (op. cit.:84). Segundo Brandão, é esta versão que, sobre as outras, produz resultados sobre a eficácia do ritual dos negros, levando a Princesa Isabel a libertá-los. Nesta versão, na análise do autor, há um "confronto que opera modificações significativas sobre os sujeitos do ritual. Nossa Senhora faz uma promessa; os dançadores cumprem sua parte (fracassando na primeira tentativa, obtendo êxito na segunda); e a Princesa Isabel liberta os negros escravos 'por causa do milagre'. Por sua vez, há a indicação de que a Festa deriva da alegria conseqüente da libertação dos negros".

Carlos Brandão observa que "uma tal referência a graus diversos de recursos para a prática dos rituais diante

de Nossa Senhora do Rosário pode levar também à análise do mito e a um confronto, agora mais direto, entre os brancos opressores e os negros oprimidos: os primeiros, dominantes na sociedade e dominados no mito; os últimos, dominados na sociedade e dominantes no mito". A análise interpreta o personagem Princesa Isabel, que não participa da situação ritual, mas que decide o destino dos negros em função de seu resultado e está, por isso mesmo, mais próximo deles. Na versão classificada de número doze, a Princesa Isabel morre pelo que faz pelos negros (op. cit., 1985:87).

Brandão conclui que, para os alegres e devotos congos de Catalão, que têm o dia 13 de outubro consagrado a Nossa Senhora do Rosário, "nada há em seu modo de louvar a santa que se aproxime dos rituais de afeição, comuns nas moradias das zonas rurais, no catolicismo brasileiro, comuns em rituais da umbanda ou do pentecostalismo urbanos" (FRY, 1975:75 e BRANDÃO, 1985:96). Este exemplo é uma representação do imaginário popular brasileiro sobre o 13 de Maio na diversidade religiosa.

Diana Brown (1985), estudando "uma história da Umbanda no Rio" e interessada em conhecer a sua legitimidade social, observa que "os umbandistas também tiveram êxito em incluir temas da Umbanda em celebrações públicas de um outro importante feriado brasileiro, o Dia da Abolição, em 13 de Maio". Segundo ela, esta data passou a ser dedicada aos pretos-velhos, espíritos de escravos africanos, com tradição iniciada nos primeiros anos da década de sessenta com a inauguração de uma estátua em honra a um ex-escravo octogenário, em Inhoaíba,

Campo Grande. Esta estátua tornou-se o ponto central de uma celebração pública do Dia da Abolição, para a qual deputados, autoridades e mesmo governadores davam apoio político e financeiro, lá comparecendo para fazer discursos (BROWN, 1985:38).

Pedro Ribeiro de Oliveira (1977), estudando a "coexistência das religiões no Brasil", apresenta dois exemplos do que lhe parece ser um processo de sincretização atualmente em curso. Este autor observou uma celebração do dia 13 de Maio em uma cidade paulista e, segundo ele, os membros do Saravá, como regionalmente lá é denominada a Umbanda, queriam fazer uma celebração pela passagem da festa da libertação dos escravos, e chamaram um padre católico (que a título de visitante às vezes ia ao terreiro) para celebrar a libertação dos escravos.

Para Ribeiro de Oliveira, "nem a Umbanda nem o catolicismo têm um ritual para a celebração do 13 de Maio" (1977: 37), mas, então, como entender a diversidade de celebrações que inflacionam anualmente essa data, seja nos terreiros, nas irmandades de Irmãos Pretos, no culto à Escrava Anastácia e ainda em outras situações, que não nos foi possível observar diretamente? Como efeito, a afirmação de Ribeiro de Oliveira é aceita se pensarmos o 13 de Maio unicamente do ponto de vista da Abolição. Nota-se, contudo, que, nas diferentes celebrações a que assistimos, fica evidente uma combinação, diversa em cada caso, de duas dimensões: a da fé e a da libertação (SANTOS, 1988:72-78).

Núbia P.M. Gomes e Edmilson A. Pereira (1988) observam que a festa de 13 de Maio, "quando os pretos comemoram a

Lei Áurea", é de introdução recente na história da religiosidade popular dos negros descendentes dos Arturos em Minas Gerais (3). Os autores consideram que a dinâmica social está criando uma nova modalidade de cerimônia religiosa (1988:191, grifo nosso). Segundo eles, o desfile das guardas pelas ruas da cidade é seguido de um cortejo de escravos, da leitura da Lei Áurea, do lamento africano na porta da igreja e da Missa Conga.

Um pequeno grupo de umbandistas, com intenções federativas, fez circular um documento, encaminhado à Assembléia Nacional Constituinte de 1988, propondo o reconhecimento do 13 de Maio como o "Dia Nacional dos Cultos Afro-Brasileiros, para que as gerações do presente e do porvir possam refletir, meditar, de forma mística, lembrando os (mestres do cachimbo', os 'pais de terreiro' de que nos fala Manoel Quirino". Na justificativa de tal documento, afirma-se que em 13 de Maio serão reverenciados "todos os Quilombos, místicos e políticos, onde, realmente, se desenvolveu toda a resistência do negro na preservação de suas convicções políticas, de seus ideais de liberdade, suas crenças, sua fé nos orixás, nos Inkas, nos Voduns, nos Eguns, em nossa divina Mãe-Yemanjá". A justificativa lembra, ainda, entre outros: Maria Nanô, Zumbi e Tia Ciata.

Além de o documento, aqui referido, ter-se revestido do discurso típico do militante dos movimentos negros, a campanha não deslanchou, o que, em parte, pode ser explicado pelo fato de o umbandista responsável ser, à época, conselheiro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro, su

bordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

O documento conclui evocando a proteção de Yemanjá, Oludumarê e Zambi Aponguê para ajudá-los a ter "O Dia Nacional dos Cultos Afro-Brasileiros — 13 de Maio, a fim de que as gerações de hoje e de amanhã, rezando ou refletindo, meditando, reverenciem todos, todos os que sustentaram, resistiram na luta pela preservação de nossas crenças nos Orixás, nos Inkas, Voduns, nos Guias Espirituais, Pretos Velhos ou Caboclos, em nossos Eguns, os ancestrais; nossa fé no Brasil e seu povo... e sua luta, no sofrimento de 100 anos: 1888 a 1988 — 13 de Maio".

Juana Elbein dos Santos (1979) apresenta "alguns subsídios para uma crítica da memória nacional", chamando a atenção que no universo simbólico "de algumas das mais representativas comunidades — terreiros ... a abolição não é absolutamente relembrada. Não há nenhum festejo especial. A data não é objeto de comemoração". A autora está-se referindo aos lugares de culto, onde a exaltação da pureza africana servia como justificativa para as diferenças regionais mas que, por outro lado, poderá ser vista como uma estratégia na dominação do negro (GÓIS DANTAS, 1988:161).

Para Elbein, "o negro sempre saiu de seus pólos institucionais recriando suas estruturas próprias, cooptando um espaço público oficial e reinterpretando esses eventos civis ou religiosos segundo suas necessidades e enfoque particulares" (1979:9). A autora de "Os Nagôs e a Morte" (1977) registra que "a data da Abolição é ritualizada em muitos terreiros

de umbanda. Nesse dia, são invocados os 'pretos-velhos' e realizados cultos aos antepassados e crioulos — nexu com o passado, ponte para a continuidade histórica. Nesse dia, são homenageados não só os patronos da Abolição, mas também os fundadores e transmissores da negritude, das 'linhas' congo, bantu e nagô. É invocada a presença dos 'pretos-velhos', dos 'pais', 'tios' e 'tias', que no dizer de um 'ponto' cantado 'trabalhou sete noite e sete dia'..." (1979:9).

Elbein dos Santos (1979) e Brown (1985) identificaram a inauguração da "Praça dos Pretos-Velhos em Inhoaíba, Campo Grande, como o marco do estabelecimento da data de 13 de Maio como o Dia dos Pretos-Velhos".

Na estrutura ritual do candomblé, como já afirmou Joana Elbein, não há representação do Dia da Abolição da Escravatura. Mas no plano da cidadania ou no plano das relações raciais, os tradicionais redutos da "pureza nagô" identificam e relacionam o dia 13 de Maio a suas respectivas genealogias. Elbein diz que "o dia da Abolição é vivido por vasta camada da população de cor como afirmação de ancestralidade e de sua decisão de participar no contexto nacional a partir de sua identidade, o que nos foi também indicado pela atitude de alguns expressivos membros de um dos mais tradicionais terreiros nagôs na Bahia". A autora conta que, por ocasião de uma comemoração da data da Abolição, adeptos de um tradicional terreiro pediram cinco minutos de silêncio em honra de seus mortos ilustres, entoaram cânticos relembrando seus antepassados e em homenagem às inesquecíveis IYÁ, mães ancestrais, fundadoras e zeladoras dos terreiros nagôs da Bahia.

AS TRÊS PRIMEIRAS COMEMORAÇÕES: 1888, 1889 e 1890

Foi publicado no Jornal do Commercio que, desde as primeiras horas de 13 de maio de 1889, era grande o entusiasmo da população, ansiosa pela última palavra do Senado sobre a lei que declarava extinta a escravidão no Brasil.

As sedes da Imprensa diária e periódica, dos edifícios públicos e de muitos particulares estavam garbosamente enfeitadas como nos dias de grande regozijo. Logo pela manhã, precedidas de duas bandas de música, saíram da Rua do Ouvidor todas as sociedades abolicionistas com seus estandartes e, acompanhadas de extensas colunas de povo, dirigiram-se para o Paço do Senado. Durante o trajeto, e de momento em momento, levatavam-se vivas, correspondidos com entusiasmo.

O Senado estava repleto. Segundo cálculos do mesmo jornal, isso não representava nem a centésima parte da população que então se espraiou em torno do antigo palácio do Conde dos Arcos, sendo o fato, pela fonte primária desta pesquisa, comparado à ocupação popular que lhes parecia ter transformado a área em quase uma ilha.

Segundo o Jornal do Commercio, o que se passou, quando o presidente do Senado anunciou a aprovação definitiva do projeto, é indescritível: "o povo, tomado de delírio, invadiu o recinto, levantando vivas aos senadores e ao ministério. Do alto caíam nuvens de flores, retumbavam as aclamações dos maiores lutadores do abolicionismo, os risos e as lágrimas de alegria, tudo se confundia, apenas traduziam o entusiasmo de quantos ali estavam jubilosos por ser a pátria inteiramente livre" (JC, 14/5/1888:1).

Do Senado, regressou o pr \acute{e} st \acute{e} ito abolicionista pelo Parque da Aclamação, Rua e Praça da Constituição, Rua do Teatro e Largo de São Francisco, penetrando com dificuldade na Rua do Ouvidor, em meio a aclamações que foram consideradas in \underline{t} ermináveis. Dali, seguiu o pr \acute{e} st \acute{e} ito para o Paço da Cidade, a esperar a chegada da Princesa Imperial Regente.

Os órgãos da imprensa diária fluminense foram visitados com saudações e ao som dos Hinos Nacional e da Independência, cantados por milhares de cidadãos. Pelas diversas redações e por muitos cidadãos foram pronunciados eloqüentes discursos.

Durante o resto da tarde e à noite, continuaram as manifestações de entusiasmo popular, distribuição de poesias, banquetes, desfiles, sessão solene na Câmara Municipal e uma profusão de telegramas e mensagens de felicitações ao governo brasileiro, vindos de várias instituições estrangeiras e nacionais. A Corte parou.

O Congresso Acadêmico, composto de todas as escolas superiores da Corte, realizou passeata, tendo as de maior prestígio acadêmico e político realizado visitas de saudações.

Os empregados municipais incorporados e precedidos de duas bandas de música saíram do Paço Municipal para saudar a imprensa. Saíram às ruas, também, os alunos da Escola Militar, do Instituto dos Meninos Cegos e os alunos do Mosteiro de São Bento.

Ao anoitecer, o Clube Abolicionista Abrahão Lincoln, precedido de uma banda, passou pelas ruas levando grande número de sócios com lanternas venezianas de diversas cores e formas.

Houve muita concentração e movimentação popular nas ruas da cidade, principalmente à noite, continuando as manifestações de regozijo popular pela promulgação da lei que extinguiu a escravidão no Império.

A Comissão Central da Imprensa Fluminense adaptou a festa da posse da nova diretoria eleita para os festejos que comemoraram a lei que extinguiu o elemento servil. Esta Comissão organizou eventos que se estenderam de 17 a 20 de maio.

Estes festejos tiveram início com uma missa campal, celebrada na Praça D. Pedro I e assistida pelas Altezas Imperiais, instituições religiosas e civis e por grande público. Tãmanha era a participação popular que a segurança desta missa foi feita pelas forças de terra e de mar, no total de 1.260 homens, sendo 860 da tropa de linha, constituindo uma brigada sob o comando de um 1º tenete e formando um contingente de 400 praças, uma guarnição do Corpo de Bombeiros. Famílias em carros e grande concorrência de pessoas a pé compuseram um admirável conjunto, demonstrando o "legítimo entusiasmo de um povo que vê a pátria inteiramente livre." (Jornal do Comercio, 18/5/1888:1).

Uma grande cruz de madeira era avistada à distância no altar. Junto deste, durante toda a missa, estiveram um general do exército e seu estado maior e as bandeiras de todos os corpos de mar e terra que ali estavam formados.

À tropa, formada na Praça D. Pedro I, foi lida a seguinte ordem do dia:

"Repartição de Ajudante General - Rio de Janeiro, 17 de maio de 1888.

Ordem do Dia nº 2.180.

Ao Exército - No meio do regozijo de uma nação inteira, acha-se aqui formada uma importante parte

do exército nacional, com o fim de solenizar a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, tornando igual todos os brasileiros. Nunca em um país, por mais adiantado que fosse, operou-se evolução tão pacífica e espontânea como a que traduzida pela Lei nº 3.353, sancionada ao dia 13 de maio de 1888.

O exército nacional, que tantos louros colheu na guerra contra o despotismo exercido no Paraguai, defendendo aquele magnaníssimo povo, que viva sob a pressão da escravidão, e cujos elos foram um a um fundidos pelo fogo das nossas metralhas e valor dos nossos bravos camaradas — somente agora vê terminada a sua nobre missão, por esta também abolida a escravidão no Brasil.

Livre hoje a nossa pátria, entramos com justo direito ao convívio e comunhão dos países mais cultos do mundo, ocupando lugar saliente pelo modo brilhante e digno de aplausos por que efetuou-se a grande aspiração nacional.

Uma grande parcela dessa imorredoura glória pertence ao exército, porque sempre bateu-se pela liberdade, como nunca deixará de defender as instituições e felicidades do Brasil.

As épocas, embora distantes, reúnem-se neste momento.

Em 21 de abril de 1500 nossos antepassados, ao pisarem o solo americano e hasteando o estandarte da civilização nos vastos desertos do nosso continente dirigiram ao Deus dos Exércitos uma missão simbolizando a igualdade e fraternidade entre os homens: hoje o Brasil livre, não mais nos áridos desertos, mas em meio da civilização e perante a humanidade, faz celebrar o mesmo sacrifício, firmando a liberdade e igualdade entre os brasileiros.

E é por isto que o exército, baluarte da liberdade e integridade do Brasil, com entusiasmo, brada: Viva S.M. o Imperador e sua augusta consorte! Viva

S.A. Imperial Regente, a Redentora, e seu augusto consorte e filhos! Viva o Parlamento! Viva o ministério 10 de Março! Viva a armada e o exército! Viva o Brasil livre! — Marechal do Exército Visconde da Gávea, ajudante-general do exército." (JC, 18/5/1888:1)

Ao término da missa, as Altezas se dirigiram ao internato do Colégio Pedro II, situado naquela praça, e dali viram desfilar a tropa, passando em revista em seguida. No saguão do Colégio, a banda dos meninos desvalidos recepcionou as autoridades.

Cerca de quatro mil crianças, de mais de quarenta estabelecimentos, saíram da Rua do Hospício em direção ao Paço Imperial, acompanhadas por várias bandas de música. No trajeto, a este cortejo foram acrescentadas instituições de beneficência e caridade municipal, entre outras.

Os funcionários da Estrada de Ferro D. Pedro II também se manifestaram, desfilando ao som de uma banda de música. Numa alusão ao espírito reinante, este desfile apresentava duas figuras alegóricas: uma criança preta sentada em um palanquinho, ao lado de uma alusão ao "anjo da liberdade", que brando os ferros da escravidão, e, encerrando, uma "formosa criança branca" empunhava uma bandeira onde se lia a palavra "Igualdade".

Houve naquele dia muitos eventos esportivos, teatro e baile franqueados à população, que só se dispersava com a parada da música. O transporte também não era cobrado.

As comemorações foram encerradas com uma carreata

da imprensa e classe tipográfica, Câmara Municipal, oficiais de mar e terra, sociedades, clubes e "distintas famílias da Corte". Ao final, fogos de artifício foram queimados em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro, como Praça da Harmonia, Canal do Mangue, Campo de São Cristóvão, Derby Club, Boulevard Vila-Isabel e Baía de Botafogo.

Para controle da ordem pública, a justiça imperial determinou que fosse comunicado qualquer movimento desordeiro e, ainda que nada ocorresse, deveria ser telegrafada, diariamente, a palavra: "NADA".

A FESTA DAS CRIANÇAS OU A FESTA DO ENSINO
PÚBLICO NA CORTE: A PRIMEIRA FESTA ORGANIZADA

"Esta comemoração, singela e meiga solenidade, infantil e modesta, não é feita por nós todos, que sois o público e que a aplaudis no receio íntimo e mysterioso de nossas consciencias; não é feita pelo governo que preside aos destinos do país e que a ela concorre com a sua presença significando assim que compreendem o elevadíssimo alcance, é feita pelo futuro, representado nestes milhares de crianças." (Professorado Público da Corte, 1888)

Também o professorado público, através de uma programação organizada por sua comissão executiva permanente, prestou sua homenagem à assinatura da Lei Áurea. Mesmo realizadas quase um mês após o dia 13 de Maio, estas festividades mostraram-se marcantes e significativas, contando, inclusive, com a presença da Princesa Isabel (IMPrensa NACIONAL, 1888:15).

Este adiamento foi justificado na Exposição da Festa, publicado pela Imprensa Nacional (1888), devido às condições dos telegramas transmitidos da Europa sobre o estado de saúde de D. Pedro II.

A Festa das Crianças, que comemorou a passagem no Parlamento e respectiva Sanção Imperial da Lei de 13 de Maio, contou com uma passeata cívica e matinée, seguidos de discursos no Imperial Teatro D. Pedro II. Além das escolas da rede imperial de ensino público, participaram destas comemorações o ministro do Império; o ministro da Justiça foi representado pelo oficial de gabinete; o ministro plenipotenciário da República Argentina; a imprensa; corporações científicas e literárias; senadores e deputados, assim como damas e cavalheiros da "escolhida sociedade fluminense". A formalidade protocolar exigia apresentação dos convites enviados e a honra do Décimo Batalhão de Infantaria.

A MARCHA DAS ESCOLAS

O Préstito das Escolas, com cerca de trinta estabelecimentos de ensino, reuniu aproximadamente mais de duas mil crianças na Praça da Constituição, em frente à Secretaria do Império, e seguiu pelo Clube Naval, pelas Ruas do Teatro, Ovidor, Quitanda, Sete de Setembro, Ourives, São José, Guarda Velha até o Imperial Teatro D. Pedro II. Os alunos, devidamente uniformizados, portavam fitas verdes e amarelas, distintivos das escolas, bandeiras de diversas nacionalidades e estandartes e uma banda de música animava o cortejo.

A segunda parte da festa, assistida pelas autoridades da Corte, contou de apresentações. Os alunos fizeram exercícios de manobras, de passo de formatura, ginástica rítmica e de bastão, além de recitarem poesias, entoarem canções e hinos. O orador oficial, Sr. Afonso Celso Jr., não compareceu por motivo justificado, sendo substituído por José do Patrocínio, que discursou de improviso.

O abolicionista José do Patrocínio mostrou-se como vido com a comemoração e declarou que naquele 13 de Maio desapareceram a "mancha negra e o véu negro" que nodoavam o Brasil. Vendo a Princesa Isabel ao lado daquelas crianças, comparou-a à figura central do quadro de Murillo — a Virgem cercada de anjos — afirmando-lhe que "em cada coração brasileiro erguestes um altar; em cada personalidade criastes um admirador de vossas virtudes" (IMPrensa NACIONAL, 1888:1-1956, grifo nosso).

A Comissão Executiva Permanente do Professorado Público Primário da Corte, em assembléia geral para tratar dos interesses da classe e representá-la sempre que fosse mister, apresentou, em uma segunda reunião, o seu programa de ações, discutido e aprovado. Constava desse programa que a Comissão, sempre que fosse possível, solenizasse as datas da Pátria. Assim, o magistério público primário demonstrou o entusiasmo com que foi recebida a Lei de 13 de Maio que extinguiu a escravidão, completando a independência do Brasil, marcando uma "Data de Paz".

Tão importante foi a festa organizada pelo professorado que a mesma chegou a influenciar as futuras comemorações

do 13 de Maio, com os aspectos das festas infantis, tão generalizadas na Europa do século XIX. Não se tratava apenas de uma exibição escolástica, nem de um ato revelando à Corte crianças que, por impedimentos sociais, não tinham acesso às escolas públicas.

A participação do Império na Festa das Crianças, atendendo a pedido do corpo docente do ensino público, oficializou a primeira comemoração da sanção da lei que aboliu a escravidão. Esta pesquisa mostra que a iniciativa partiu do corpo docente, interessado na demonstração de júbilo pela data, cuja comemoração seria utilizada como um meio pedagógico importante, no vasto campo da educação. Buscavam, desta forma, gravar na memória de seus alunos ainda na infância, "para não mais se extinguirem, os fatos comemorativos da Áurea Lei, que presenciassem e cuja reminiscência lhes fosse agradavelmente desperta, narrando a futuras gerações as suas alegres e edificantes de que foram principais atores" (IMPRENSA NACIONAL, 1888:12). O DESIDERATUM, conseguido pela comissão executiva eleita pelo professorado público primário da Corte, teve como objetivo, também, tratar dos interesses da classe magistral perante os poderes superiores do Império (CIDADE DO RIO, 1888).

Sendo esse o fato, por que a Coroa Imperial não assumiu a exclusividade de organizar uma homenagem à Abolição, permitindo que seus agentes a preparassem? Teria a Corte considerado o ritual da Assinatura da Lei Áurea já a sua comemoração oficial? Ou, ainda, a Monarquia, com os seus dias contados, não viu possibilidades nem oportunidades de capitalizar para si o fim do regime da escravidão? Na Festa das Crianças,

em comemoração ao Dia 13 de Maio, o Império foi honrado para depois lhe serem apresentadas e cobradas as reivindicações do corpo docente? Ou o investimento majoritário, de cada professor, foi espontâneo e cívico, num gesto nobre em associar a infância às grandes festas nacionais, com o intuito de fazer as crianças compreenderem que aos cidadãos não pode ser indiferente qualquer fato nacional, senão os seus preceptores não os chamariam a tomar parte na alegria geral que foi a Festa (Diário de Notícias, 1888).

A Festa das Crianças foi, na verdade, um grande festival infantil organizado, planejado e bem sucedido, sob o patrocínio dos pais, da imprensa e das autoridades do ensino público da Corte. O brilhantismo da Festa tem dois aspectos que concorrem para a compreensão não só da sua realização um mês depois do dia 13 de Maio, como também para entender o seu significado no conjunto das comemorações onde a Educação contribuiu muito para a formação cívica voltada para os "princípios da humanidade", sem serem vistas as desigualdades sociais.

A Corte Imperial marcou a data para esta Festa, na qual participariam as principais autoridades da Monarquia, mas não destinou recursos para a sua realização. As despesas foram feitas pelos exíguos vencimentos daqueles professores (3) (IMPrensa NACIONAL, 1888:144).

O 1º ANIVERSÁRIO DA ABOLIÇÃO

O primeiro aniversário da Abolição foi celebrado entre a queda da Monarquia e ascensão da República — que veio no histórico 15 de novembro de 1889 — e foi comemorado na Corte e nas principais províncias com missa de ação de graças, com a participação de corporações religiosas, ordens terceiras e clero. Havia uma recomendação para que fosse cantado, nas respectivas matrizes com a solenidade e cerimonial prescrito e à hora conveniente, um Te-Deum.

Mesmo ocorrendo em um período de fortes mudanças no cenário político brasileiro, o 13 de Maio foi comemorado con dignamente em um clima de completa tranqüilidade, como registrou o Jornal do Commercio em 14/5/1889. Para este jornal, foi uma "união de todas as classes... Se excetuarmos a parada dos militares, pode-se dizer que a ação oficial não influenciou nas demonstrações de regozijo popular".

O repicar dos sinos das igrejas, a execução solene dos Hinos Nacional e Militar no Paço Imperial e nos quartéis, a formação da bateria militar no Paço Municipal e também a salva das fortalezas dos navios, formalizaram as comemorações do dia da Abolição.

Reiterando a atenção dedicada pelos militares a esta data, houve vários desfiles, a 1ª Brigada do exército, o Corpo de Imperiais Marinheiros, o 10º e o 20º Batalhões de Infantaria e o 2º Regimento de Artilharia marcharam pelo centro da cidade, acompanhados de muitas crianças. O exército, em homenagem ao primeiro aniversário da Abolição, publicou e di

vulgou a seguinte ordem do dia:

"O exército brasileiro, representado nesta Capital pela sua briosa e patriótica guarnição, com partilha hoje com todo entusiasmo das alegrias do primeiro aniversário da Lei Áurea que tornou completamente livre nossa adorada pátria.

O 13 de Maio é data cujo enunciado faz recordar ao exército não o rumor das batalhas, mas os hinos do triunfo da civilização, os cânticos altivos da alegria, saudados pelos valores da liberdade!

Ao 7 de Setembro era preciso o 13 de Maio, a liberdade do solo completada pela liberdade do homem.

A missão do exército brasileiro tem sido sempre nobre e, havendo aplaudido o grande acontecimento que a nação soleniza, continuará a trilhar o caminho da glória, defendendo o símbolo sagrado da pátria.

Como nossa camada dirijo-me a vós, sempre leais, sempre valorosos e intrépidos defensores da integridade do Império e de suas benéficas instituições bradando: Viva Sua Majestade o Imperador! Viva a Família Imperial! Viva o Império do Brasil! Viva a Armada do Exército! — Marechal de campo Visconde de Maracaju, Ajudante General." (JC, 14/5/1889:1)

Naquele mesmo 13 de Maio, este ajudante signatário pôs em liberdade todos os praças presos por correção e os praças arranchados tiveram o rancho melhorado.

O Arsenal de Guerra liderou passeata cívica com a participação de empregados, militares, operários civis, mestranças, menores e marujos, ao som de banda de música, de cornetas e tambores.

Além da data, também a signatária da Lei Áurea foi homenageada em 1889. A Princesa Isabel, após ter recebido as honras militares, recebeu dos "meninos desvalidos" um buquê de flores. Presente nas comemorações, ela prestigiou a missa solene da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, organizada pela "Associação Comemorativa da Libertação". Em seguida, com toda sua comitiva, se deslocou para a Igreja de São Francisco de Paula, onde foi cantado um Te-Deum, bastante concorrido, com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas. A Princesa Isabel participou também do "Festival da Confederação Abolicionista", que constou de discursos e concerto.

O Imperador D. Pedro II perdoou, neste primeiro aniversário da Abolição da Escravatura, muitos réus condenados à pena de galés perpétua, ou seja, muitos criminosos foram poupados do trabalho forçado, executado com correntes aos pés. Quem eram esses tantos condenados que foram libertados no dia em que se comemorou o primeiro aniversário da libertação dos escravos?

O Instituto Histórico cunhou medalhas comemorativas em ouro, prata e bronze para condecorar personalidades e o professorado público apoiou marcha cívica. Pela primeira vez na Corte, viu-se o uso de lanternas especiais de várias cores e feitios, gênero inteiramente novo.

No ano seguinte, o segundo aniversário da Abolição transcorreu entre as expectativas da eleição para Assembléia Constituinte. Nesse ano, uma comissão representando a classe operária foi recebida pelo chefe do governo provisório e lhe

entregou a seguinte mensagem:

"A classe operária vem congratular-se convosco pelo aniversário da lei que extinguiu para sempre no Brasil a desigualdade entre o homem e o homem. Nós outros, homens do povo, muitos de nós, filhos de gerações espoliadas durante três séculos, sentimos bem em vossa presença; primeiro porque vós sois o chefe do exército, e o exército sabe do vosso seio e o exército recusou-se por isso a perseguir os nos sos irmãos, e, depois, porque vós havíeis completa do, a 15 de novembro, a obra iniciada a 13 de maio.

É a partir de 15 de novembro que o operário se sente cidadão, como a partir de 13 de maio o es cravo começou a ser homem. Até então os homens de política ou nos levaram às urnas como coisa sua, de que eles dispunham, ou nos repeliam delas, como se compreendêssemos menos do que eles os deveres cí vicos; só a República nos abriu os braços, só um mi nistro da República cogitou de incorporar à socieda de brasileira o proletariado, que era até aí pouco mais que servo.

Não nos saem do coração, não diremos estes fa vores, porque não é favor o reconhecimento de direi to postergado, mas estas provas de fraternidade dis pensadas pelos fortes, que tudo podem, aos fracos, que apenas têm para dar à pátria, na paz, o esforço de seu braço, que moraliza, pelo trabalho na guerra, o tributo de seu sangue; e por isso vimos hoje à vossa presença, Sr. General, à presença do nosso pri meiro concidadão, congratular-nos convosco na data gloriosa da declaração dos direitos dos nossos ir mãos." (JC, 14/5/1890:1)

Em 1890, foi grande a concentração popular reunida, para participar do préstito formado por um esquadrão de cara

bineiros, dois de lanceiros, pelo 1º Regimento de Cavalaria, por uma ala do 23º Batalhão de Infantaria, um esquadrão do Corpo de Cavalaria do regimento policial da capital federal e pelo 3º Corpo de Infantaria do mesmo regimento.

Antes da tropa, seguiam a Confederação Abolicionista e representantes da imprensa, a cavalo e um carro alegórico, representando a liberdade abraçada à imprensa, abrindo caminhos para a República. O governador do Rio de Janeiro e o Diretor da Fazenda, a cavalo, marcharam acompanhados por um piquete de cavalaria e por autoridades militares e civis. Também participaram da marcha um esquadrão de cavalaria do corpo policial do Estado, escolas públicas, particulares e militares, instituições acadêmicas, científicas e a banda de música militar, que executou, durante o desfile, a "Marselha dos Escravos".

Em todos os teatros houve espetáculos de gala e, durante todo o dia e à noite, foi grande a presença popular.

13 DE MAIO DE 1891 - O RUBI QUE SE LIQUEFEZ

Em 1891, a comemoração do 13 de Maio foi considerada pela seção FOLHETIM do Jornal do Brasil como "O Rubi que se liquefez", devido a uma intermitente chuva que castigou a cidade com pequenos intervalos durante o dia e à noite. Mas o espírito público foi tão teimoso como o tempo. Imensos guarda-chuvas, imitando ampla vegetação de cogumelos, moviam-se sob o céu pardo, que parecia por sua vez um guarda-chuva enorme de velha cobertura desbotada, remendado com pedaços negros

de museus (JB, 17/5/1891). Este mesmo FOLHETIM ao se referir aos arquivos da escravidão que desapareceram no forno da al fândega, pergunta qual a vantagem da destruição dos vestígios do cativo e diz que "com o produto da queima não conseguimos cinzar o futuro: ele enxergará através da fumaceira do auto-de-fé toda a hediondez desse passado de ontem". E pergunta ainda se "não seria conveniente queimar também os anais do parlamento, as coleções de jornais, os discursos e livros da propaganda e também esses estandartes beneméritos que vão ser guardados no salão da intendência municipal". Para o Jornal do Brasil não bastariam apenas as providências da queima dos arquivos do governo. O governo deveria ter riscado do número dos dias feriados o 13 de Maio e proibido que a memória da pátria recordasse esta grande data. Assim, teríamos andado com a prudência de um sujeito que, para perder a noção do tempo, quebrasse o relógio (op. cit., 17/5/1891).

Neste período, a banda de música do 7º Batalhão da Infantaria se apresentava em coreto nas ruas do Ouvidor e Quitanda, pontos centrais da capital federal. Nos quartéis dos batalhões, organizavam-se as respectivas bandas de música nos saguões. Em praças públicas apresentavam-se bandas militares. No âmbito da religião, em 1891, eram organizadas visitas às sepulturas dos abolicionistas e celebradas missas de ação de graças, pela Princesa Isabel e pela intenção da alma dos cativos.

13 DE MAIO DE 1892

"O Brasil celebra hoje o quarto (1892) aniversário da lei de 13 de Maio, que extinguiu a escravidão. São justas todas as festas, todos os júbilos nacionais. Essa data não é somente da nossa história, mas da humanidade inteira. Escrevemo-la com flores, quando em toda parte ella foi escripta com sangue".

"Há um personagem de Walter Scott que tinha por missão reviver as inscrições apagadas dos túmulos dos nomes escoceses. Na gloriosa história da emancipação dos escravos entre nós não há necessidade de reabrir nomes. Todos eles, dos que abrigaram no túmulo e dos que ainda combatem o duro combate da vida, estão gravados na consciência nacional" (JB, 13/5/1892:1).

Em 1892, as comemorações se iniciam com uma concorrida reunião na redação do Diário de Notícias, onde foi discutido o "melhor meio de levar a efeito a comemoração condigna com que se pretende celebrar a data representativa da libertação dos cativos" (JB, 2/5/1892), para a qual foi convidada a imprensa estrangeira com sucursal na capital federal (4). Desta reunião, saíram resoluções em duas direções. Foi aprovada, para homenagear a "gloriosa data libertadora", naquele ano, a publicação, no dia 13 de maio, de um suplemento literário comum a todos os jornais e a imprensa decidiu também pela cotização, entre todos os jornalistas, para a compra do túmulo em que seriam depositados os restos mortais do abolicionista Ferreira de Menezes e pela realização de uma romaria ao túmulo

desse pranteado brasileiro (JB, 2/5/1892:1).

Nesta mesma reunião, foram nomeadas duas comissões: uma para obter dos proprietários dos jornais diários folga no dia 13 de maio e a outra para tratar da coleta dos originais para o suplemento literário. Esta segunda comissão desistiu da incumbência de organizar o referido suplemento, deixando livre a publicação de artigos com relação àquela "data memorável" (JB, 10/5/1892:1).

Foram imponentes as solenidades realizadas no transcurso do quarto ano da assinatura da Lei Áurea. Um grande desfile militar (5) passou em revista a uma enorme concentração popular. Na Praça 11 e na Praça da República, tocavam bandas de música com aglomeração de populares. Houve ainda exposição agrícola na intendência municipal, festas nas sociedades carnavalescas e sessões comemorativas em várias sociedades particulares.

As comemorações do 13 de Maio em 1892 transcorreram ainda com as comemorações oficiais costumeiras, tais como o Grande Prêmio Turf-Club, os cumprimentos ao Presidente da República, conferências de intelectuais, parlamentares e gerais, entre os quais Olavo Bilac, Nilo Peçanha, Honorato Caldas e José do Patrocínio.

O ponto mais alto destas comemorações aconteceu no edifício da alfândega, quando o então ministro da Fazenda assistiu ao ato da queima da última remessa dos documentos da escravidão, enviados pelos estados.

Nesse período, eram veiculadas no Jornal do Brasil opiniões afirmando que o 13 de Maio, mesmo sem ser um feriado

da República, seria uma data nacional. Criticavam a participação oficial nas comemorações da data da Abolição da Escravatura, defendendo o 13 de Maio como uma "Data do Povo, porque foi feita por ele e com ele. O tesouro com que se resgatou a massa oprimida, pode-se dizer, produziu uma vasta subscrição nacional, que confundiu todas as moedas no mesmo cofre, sem que o ouro mostrasse arrogância e o cobre humilhação. O abolicionismo foi a melhor escola de educação cívica que o país já conheceu. O seu nome, hoje, parece apenas uma lembrança do passado, e esta data lembra vagamente as inscrições das lápides funerárias" (JB, 13/5/1892:1).

13 DE MAIO DE 1893

Em 1893, foi constituída uma "comissão popular" com a única atribuição de promover a festa do dia 13 de Maio. Para atingir seu objetivo, esta comissão enviou carta ao Vice-Presidente Floriano Peixoto, solicitando apoio e pedindo uma audiência. Com relação ao primeiro pedido, não se sabe qual foi a resposta obtida, mas com relação à audiência, a "comissão" foi informada que a mesma não seria possível em função do estado de saúde do vice-presidente. Tudo indica que, apesar dos esforços, as comemorações do aniversário da Lei Áurea no ano de 1893 não se revestiram de grande brilhantismo. A extensa programação não chegou a ser cumprida, nem mesmo o lançamento de um jornal comemorativo, que se chamaria Página Abolicionista.

O ministro do Interior permitiu que as reuniões da

comissão popular (⁶), responsável pelas solenidades comemorativas do quinto aniversário da Lei Áurea, se efetuassem em uma das salas do antigo edifício do Museu Nacional. Esta comissão deliberou enviar, por uma comissão especial, mensagem ao vice-presidente da República, submetendo à sua apreciação uma programação que privilegiava a participação das corporações militares, obtendo dele o apoio aos seus intentos.

Além da participação militar, foi destaque também o lançamento do livro "FESTAS NACIONAIS", de autoria do Dr. Rodrigo Otávio, e a distribuição massiva do capítulo referente à "gloriosa data" (JB, 1º a 6º, 1893:1).

A Comissão Popular criou também comissões especiais de paróquias (⁷), com o encargo de obter cooperação dos concidadãos de cada uma delas para as festas locais do 13 de Maio.

O ministro da Viação e Indústria autorizou a diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil a conceder passagem gratuita a todas as bandas de música de sociedades do subûrbio com destino à cidade e regresso. E naquele 13 de Maio, diversas instituições públicas e privadas não funcionaram. "Honrando a áurea data da libertação dos escravos, estarão fechadas hoje as nossas oficinas pelo que não será publicado amanhã o JORNAL DO BRASIL" (JB, 13/5/1893:1).

Apesar de as comemorações em 1893 contarem com o apoio do vice-presidente da República, um registro jornalístico dá conta de que "passou com a maior indiferença da população desta capital a data mais gloriosa da nossa história e mesmo da Comissão Popular, que tantos anúncios de reunião fez e que até publicou um programa de festejos, sabemos apenas que

foram dela alguns membros visitar o vice-presidente da República, que por doente não os pode receber, e deixaram-lhe um ramo de flores" (JB, 15/5/1893:1).

A notícia da doença do vice-presidente no dia 13 de maio esfriou muito a comemoração da data, mas mesmo assim o correram as costumeiras solenidades, entre as quais merece destaque a solene missa comemorativa do 13 de Maio. Terminada a celebração, José do Patrocínio foi cumprimentado pelos representantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e dela recebeu um ramo de flores. No altar-mor, viam-se os estandartes de todas as sociedades abolicionistas, entre estes o do Rio Grande do Sul, coberto de crepe.

Os edifícios públicos e muitos prédios particulares foram embandeirados, estando bem enfeitadas as estações do Meyer e Estrada de Ferro Central do Brasil e o quartel do Corpo de Bombeiros. À noite, houve iluminação pública e, nas horas de costumes, tiros de canhão salvaram e as fortalezas e navios de guerra. A "Comissão Popular", responsável pela execução dos festejos e por uma série de homenagens a parlamentares, conseguiu fazer circular apenas uma página abolicionista, com um artigo referente ao 13 de Maio, recortado do livro "FESTAS NACIONAIS".

13 DE MAIO DE 1894 E 1895

Em 1894, as comemorações resumiram-se a salvas de tiros dadas por fortalezas e fortes às 6 h; 12 h e 18 h e

pela celebração de várias missas.

Em 1895, coube à Irmandade de Nossa Senhora e de São Benedito dos Homens Pretos a organização das comemorações do 7º aniversário da Abolição da Escravatura. Pela manhã, foi celebrada uma missa solene acompanhada de orquestra, e, no início da tarde, houve uma reunião no consistório da Irmandade, prestigiada por um seleto grupo de autoridades. Destacaram-se na oratória José do Patrocínio, Coronel Pederneiras, Sr. Carlos de Lacerda e o Monsenhor Felipe Nery.

Às dezessete horas, encerrando as festividades, saiu uma procissão em que ao centro iam os andores de São Pedro Chaves, protetor dos escravos, e Nossa Senhora do Rosário. Era grande o acompanhamento de irmãos, irmãs e devotos, entoando cânticos sacros durante o percurso, à moda da Igreja. Nesta procissão, assim como na capela-mor e no consistório da irmandade, viam-se os antigos estandartes das sociedades abolicionistas (JB, 14/5/1895:1).

O sistema municipal de ensino, composto pelas escolas municipais, marchou ao ritmo da banda do 24º Batalhão de Infantaria. Houve uma parada em frente ao Palácio Itamaraty, quando uma comissão de professores subiu ao palácio e foi recebida pelo capitão-de-mar-e-guerra, pelo subchefe do Estado Maior da Presidência da República e pelo ajudante de ordens do Presidente da República. Levavam saudações pelas comemorações do dia 13 de Maio, ao Presidente da República, Prudente de Moraes, que não se encontrava presente (op. cit.).

Como se vê, as comemorações de 1895 tiveram maior destaque. 1895 teve sua comemoração ocorrida no campo religio

so. Foi menos propagandista no campo político, mas enfatizou o civismo.

13 DE MAIO DE 1896, 1897, 1898

Em 1896, o 13 de Maio foi comemorado oficialmente e por ser dia de festa nacional todos os navios de guerra no porto se embandeiraram dando as salvas de estilo, acompanhados das fortalezas da barra. Estabelecimentos públicos e particulares e as sedes dos jornais hastearam o pavilhão nacional em regozijo ao dia; o serviço da guarnição da cidade foi feito em primeiro uniforme e, na Igreja do Rosário, o abolicionista José do Patrocínio mandou celebrar missa solene em ação de graças à Santíssima Virgem (JB, 14/5/1896:1, grifo nosso).

Em 1897, ocorreram os mesmos atos cívicos e religiosos, destacando aqui a presença do andor de São Benedito no lugar do de São Pedro Chaves, protetor dos escravos, que saiu na procissão de 13 de maio de 1895. Segundo o Jornal do Brasil, a Igreja da Irmandade esteve repleta de pessoas de diferentes classes sociais. No consistório da Irmandade houve vários discursos de oficiais militares, parlamentares, intelectuais, abolicionistas, ministros, entre estes Walter Martinez do Chile (JB, 14/5/1897:1).

Em 13 de Maio de 1898, não houve expediente nas repartições públicas, que à noite iluminaram as suas fachadas (JB, 14/5/1898:1).

Neste ano, a festa da Abolição teve no seu centro a passeata da brigada militar comandada pelos coronéis e tenen

te-coronéis do Regimento de Cavalaria e do 1º e 2º Batalhões de Infantaria. Os clarins soaram em continência ao Palácio Presidencial e as bandas de música militares executaram o Hino Nacional. O Presidente Prudente de Moraes, acompanhado do chefe da casa civil militar, participou, assistindo o desfile de uma janela do palácio. Logo em seguida, no salão LIBERDADE do palácio presidencial, o Presidente da República, acompanhado do ministro da Justiça e de alguns senadores e deputados, recebeu os oficiais que comandavam a paradeata cívica e militar. Depois disso, os oficiais reuniram os seus prestos e, ao som de dobrados, puseram-se novamente em marcha pelas ruas do Catete, Glória, Lapa, Passeio, Senador Dantas, São José, Primeiro de Março, Ouvidor, Largo de São Francisco, Theatro, Praça Tiradentes, Lavradio, Riachuelo e Evaristo da Veiga, recolhendo-se ao quartel ao final. Foi magnífica a impressão que deixou a paradeata da brigada policial pela correção e garbo com que se portou (JB, 14/5/1898:1, grifo nosso).

Nas comemorações desse ano, os religiosos beneditinos publicaram uma nota relatando que desde 1827 a ordem beneditina possuía preocupações abolicionistas, mencionando a sua participação no movimento de emancipação do escravo e lembrando que em 1871 concederam a liberdade a todos os escravos da Ordem Beneditina (JB, 13/5/1898:1).

13 DE MAIO DE 1899

"Passam os tempos, sucedem-se os anos e cada vez brilha mais festiva a data do 13 de Maio, em que no ano de 1888, conseguiu a nossa terra a extinção

total da escravidão que a manchava sinistramente desde os tempos coloniais e os da Independência." (JB, 13/5/1899:1)

Para comemorar o 13 de Maio de 1899, surgiu a "Sociedade Comemorativa das Datas Nacionais" (8) que, para 1899, lançou um extenso "Programa Geral dos Festejos", com atividades para os dias 12, 13 e 14.

Às quatro horas da madrugada chegou ao Largo de São Francisco de Paula a banda de música do Corpo de Infantaria da Marinha, que, junto com a banda do 2º Batalhão de Polícia, executou a alvorada e o Hino Nacional. Ao amanhecer, o capitão-de-mar-e-guerra fez um superlativo discurso, que dava "Glória, pois, a essa mulher excelsa, glória a esses beneméritos compatriotas, souberam sentir pela nação inteira e dar um renome grandioso para o Brasil inscrever-se na história contemporânea dos povos civilizados" (JB, 14/5/1899:5). As bandas do Exército, da Marinha e comitiva militar, após as cinco horas da madrugada, dirigiram-se para as residências do contra-almirante, do ajudante geral da armada, do conselheiro João Alfredo e do ministro do Interior Epitácio Pessoa e, por último, à residência do General Mallet, ministro da Guerra. Na frente de cada palacete visitado executavam hinos e marchas oficiais e as autoridades que apareciam nos jardins e ou nas janelas eram aclamadas por ovação.

A banda de música do 7º Batalhão de Infantaria do Exército tocou na missa solene celebrada na Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Em lugar de honra, viam-se os estandartes de várias sociedades abolicio

nistas, entre elas uma do nordeste (Sergipe) e outra do sul (Rio Grande do Sul). No Consistório da Irmandade, realizou-se sessão magna comemorativa, muito concorrida de autoridades, que na oportunidade proferiram discursos apologéticos. Esta sessão era composta pelos mais diferentes segmentos sociais e, por aclamação, foram considerados sócios beneméritos da Confederação Abolicionista o Exército, a Imprensa e o Congresso Nacional. Nessa oportunidade, a Princesa Isabel foi considerada membro perpétuo da Confederação.

A Guarda Nacional, depois de passar pela revista do Presidente da República, desfilou pela cidade e, em diferentes partes do trajeto, calorosos vivas foram erguidos, palmas soaram e muitas flores e confetes foram jogados das sacadas (JB, 14/5/1899:5), em homenagem ao 13 de Maio de 1899. Era a última comemoração do século à Abolição da Escravatura.

Outro momento de grande mobilização popular foi o desfile do préstito cívico, também organizado pela Sociedade Comemorativa das Datas Nacionais. O préstito desfilou pela Avenida Rio Branco e por várias ruas ornamentadas e iluminadas (9).

No 13 de Maio de 1899, o Presidente da República concedeu alguns indultos e, contrariamente aos domingos normais em que a vida se dispersa para os arredores, as centrais ferroviárias conservaram a animação consoante a um dia festivo, coalhadas de povo que ia e vinha constantemente, prazenteiro e expansivo" (JB, 15/5/1899:1).

Não era só a Igreja Católica, através da organização dos fiéis, que comemorava o 13 de Maio. A União Espírita

do Brasil, neste ano, demonstrou, em sessão magna, a "intervenção das Sociedades Espíritas do Brasil na abolição dos cativos, mencionando todas as cartas de liberdade que foram distribuídas nas festas espíritas desde 1881 a 1888". No ano de 1899 a sessão de nº 2.042 foi dedicada aos espíritos dos abolicionistas falecidos.

Um animado baile no jardim do Teatro Recreio encerrou os três dias de festas do 13 de Maio de 1899.

A UNIÃO, A ORDEM E A IGUALDADE NA FESTA

Neste capítulo, podemos verificar, pela descrição, os inúmeros segmentos sociais que participaram das solenidades. Igreja e Estado; Exército e Polícia; escola, espíritas e intelectuais; associações científicas e povo; operários e patrões; pretos e brancos.

As fontes não descrevem a cor dos participantes mas sobretudo nas alegrias das passeatas pode-se notar uma descrição da Abolição como concessão da liberdade para os pretos e a igualdade existente entre pretos e brancos. O carro alegórico com as duas crianças, uma "preta" e uma "formosa branca" revela a igualdade possível.

Nessas comemorações as Irmandades de Homens Pretos são prestigiadas com a presença de autoridades. O Exército, os professores, os padres beneditinos, os espíritas, o Corpo de Bombeiros, os abolicionistas e o governo imperial, assim como os primeiros governos da República, lutam pela hegemonia da festa, como se cada um quisesse ser o dono da Abolição.

No entanto, a comemoração se torna uma festa de todos, onde o que se celebra é a união, a ordem e a igualdade. As diferenças e desigualdades aparecem como discursos periféricos na fala de abolicionistas emocionados com a vitória. Aparece ainda na fala de operários que dizem agora se sentir iguais.

O estado que participa com menor recorrência nos festejos do Rio nessa época é o Rio Grande do Sul, o estado que iniciará, nos anos 70, forte oposição a esta data, através do movimento "Grupo Palmares". Discutiremos isso na terceira parte da dissertação.

Cem anos depois as escolas também desfilam como descrito na nota nº 4.

A diferença das comemorações do centenário, no entanto, é a participação de "movimentos negros" inexistentes cem anos antes. Será? Os abolicionistas não seriam seus ancestrais? A participação dos abolicionistas nas comemorações desses dez primeiros anos parece se aproximar do movimento contra a discriminação dos anos 70 e 80 deste século.

O povo (descrito sem referência a cor) participa ativamente no "dia da Abolição" (CARVALHO, 1987). Sua presença vai sendo desmistificada como veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

13 DE MAIO DE 1900:

A FESTA CONSOLIDADA

Neste capítulo pretende-se descrever as comemorações do dia 13 de Maio de 1900 a 1936. Neste período consolida-se um modelo de festa comemorativa. Tanto é assim que no final dessa época aparece pela primeira vez um esboço de oposição à Festa.

Na virada do século, em regozijo pela data da Lei Áurea, os moradores do Largo da Batalha e Beco do Moura enfeitaram estes lugares com bandeiras, galhardetes, folhagens e cobriram o chão com areia limpa e à noite iluminaram suas janelas com balões venezianos (JB, 14/5/1900:1).

O 13 DE MAIO DE 1901, 1902, 1903 E 1904

Para comemorar o 13º aniversário da lei que aboliu a escravidão, a comissão da imprensa fluminense convidou associações, agremiações, corporações religiosas, escolas superiores e as escolas da cidade do Rio de Janeiro, nacionais e estrangeiras, sociedades de música particulares e a população da capital a colaborarem "na modesta mas entusiástica comemoração que procura dar à gloriosa e inolvidável data 13 de Maio (JB, 10/5/1901:1).

Neste ano, as comemorações foram iniciadas com a celebração de uma missa campal, que contou com a presença do Presidente da República, dos mais graduados oficiais militares, das irmandades, das corporações religiosas, militares e civis e das tradicionais famílias da burguesia existente que rezaram ao som das seis bandas de música militares e civis. O local estava "repleto de povo", aproximadamente duas mil pes

soas (JB, 13/5/1901:1). Além dessa missa, com imponência oficial, foram celebradas também as costumeiras missas de ação de graça, seguidas de procissão em torno da Igreja do Rosário e São Benedito. E, em "honra da gloriosa data", um desfile militar encerrou a homenagem com o Presidente da República passando em revista às tropas (op. cit.).

V. de Algerena, em nota no periódico de 14 de maio, observou que "o povo em massa correu prestimoso a todos os lugares; não houve solenidade que se não fizesse, por entre aplausos e palmas, era de apreciar verdadeiramente a alegria que transparecia em todos os semblantes".

1902 — além das tradicionais missas e do embandeiramento dos navios de guerra e fortalezas, foram veiculadas notícias do dia 13 de Maio nas capitais de Pernambuco e São Paulo. Nesta última, as repartições do Estado estiveram fechadas por ser dia feriado (JB, 15/5/1902:2, grifo nosso).

No ano de 1903, não aparecem notícias da participação militar nas comemorações do dia em que foi sancionada a lei que aboliu a escravidão no Brasil. Neste ano, o que mereceu destaque foi o ato cívico realizado pelo corpo discente do tradicional Colégio Abílio. E, como de costume nos dias de festa nacional, constou da programação cívica a leitura de artigo assinado pelo Dr. Hyppolito José da Costa Furtado de Mendonça. Ele foi o primeiro que, pela imprensa, advogou a causa da extinção da escravidão em seu célebre Correio Brasileiro, impresso em Londres no período que compreendeu 1808 a 1822. Após discursos, recitais de poesias e hinos de louvor à pátria e à humanidade, foi prestada uma homenagem à mu

lher brasileira representada pela Princesa Isabel, a Redentora (JB, 14/5/1903:2).

A alvorada tocada pelas bandas de música militares em frente ao palácio presidencial (10º Batalhão), em frente à residência do marechal ministro da guerra (9º Batalhão de Cavalaria), e em frente à residência do chefe do Estado Maior do Exército (22º Batalhão), declarava o início de um dia de festa nacional, o 13 de Maio de 1903. Neste dia, o poder público não funcionou e as fachadas de seus edifícios à noite foram iluminadas. Os navios de guerra estiveram com embandeiramento nos topos e as fortalezas da barra deram, ao meio-dia, as salvas de estilo "em comemoração ao aniversário da Lei Áurea, que ontem se festejou em todo o Brasil" (JB, 14/5/1904:1). Assim, são os militares que mais uma vez comemoram o dia da abolição, reafirmando neste dia sua ideologia cívica e patriôtica.

Há na comemoração do 13 de Maio de 1904 um momento que, segundo a imprensa, foi bastante concorrido. Isto foi quando, ao meio-dia, no pátio da Secretaria Geral do Estado, realizou-se a incineração dos documentos relativos ao elemento servil, e que se achavam arquivados (JB, 14/5/1904:1). Dentre os documentos incinerados, destaca-se o interrogatório feito em 1848 a dois pretos membros de uma associação que tinha como fim insurgir-se contra os brancos em Vassouras (op. cit.).

No Clube da Guarda Nacional, realizou-se sessão solene em comemoração à Lei Áurea e estiveram presentes o Presidente do Estado, comando superior, autoridades do Estado, oficiais do Exército, Guarda Nacional, Polícia Militar e repre

sentantes da elite fluminense. Esta mesma comitiva militar participou da recepção oficial no Palácio do Presidente da República, sob os acordes da banda do Corpo Militar de Polícia, que se apresentou no jardim do Palácio. O Presidente do Estado do Rio de Janeiro concedeu nesse dia alguns indultos.

Em 1904, um préstito mobilizou a população, que aplaudiu os fuzis, as baionetas e os caminhões-tanque que desfilaram em homenagem à Abolição da Escravatura no Brasil.

No jardim do Theatro Maison Moderne, a banda de música do corpo de Infantaria da Marinha alegrou a festa à tarde e se apresentou no baile à noite. Estas duas festas foram "destinadas exclusivamente a solenizar a liberdade dos escravos, um dos fatos mais brilhantes da nossa história..." (JB, 13/5/1904:1).

O 13 DE MAIO DE 1905 E 1906 - ESTADO DE SÍTIO

1905 — Neste ano, o 13 de Maio foi às vésperas do fim do estado de sítio, decretado pelo governo por causa dos conflitos no Rio de Janeiro relacionados à vacinação obrigatória. Por isso, as comemorações foram proporcionalmente modestas em relação às do ano anterior, tanto na área militar quanto no campo religioso.

1906 — Salva de vinte e um tiros de canhão das fortalezas anunciaram mais um 13 de Maio na Capital da República. As repartições públicas hastearam o Pavilhão Nacional e a banda de música da Brigada Policial executou, pela primeira vez no Parque do Campo de Santa Anna do Rio de Janeiro, a Sympho

nia Tosga.

A União Cívica Brasileira realizou sessão solene no Gabinete Português de Leitura e houve, ainda, sessão pública no Centro Republicano Conservador, tendo José do Patrocínio recebido homenagem da Princesa Isabel, que se encontrava na Europa.

Na Igreja da Candelária foi celebrada solene missa em sufrágio da alma de José do Patrocínio, com execução da banda de música do Corpo de Bombeiros, e foram depositadas flores nos jazigos de vários abolicionistas (JB, 15/5/1906:2).

O 13 DE MAIO DE 1907

1907 — O toque da alvorada anunciou que era 13 de Maio de 1907 no Palácio do Governo e nas residências das autoridades militares (JB, 13/5/1907:2).

Um comitê encarregado de erigir o busto de José do Patrocínio, em homenagem à data da Abolição, realizou uma romaria cívica de bondes ao túmulo daquele abolicionista partindo do Largo de São Francisco de Paula em direção ao Cemitério de São Francisco Xavier onde foi celebrada uma missa campal (1). Esta romaria teve acompanhamento de banda de música. No cemitério, foi declarada aberta a sessão solene comemorativa ao 13 de Maio, sendo apresentado um retrospecto histórico da vida de José do Patrocínio como jornalista e abolicionista. Na porta do cemitério estava postada a banda de música do Corpo de Infantaria da Marinha que, com a chegada do préstito, executou, além de hinos oficiais, Chopin e Sant-Saens (JB,

14/5/1907:3).

A Liga Patriótica Brasileira realizou sessão solene no Lyceu de Artes e Ofício, assim como o apostolado positivista. Em ambas as instituições a solenidade teve características cívicas.

Ainda em comemoração "à gloriosa data" de 13 de Maio, o Presidente da República concedeu por decreto indulto a alguns militares condenados por deserção e homicídio (13/5/1907:2).

O 13 DE MAIO DE 1908, 1909 E 1910

1908 — Como de costume, os navios de guerra e fortalezas embandeiraram-se nos topos e salvas de tiros anunciaram mais uma comemoração do festejado 13 de Maio.

O Jornal do Brasil, referindo-se no dia 13 de Maio de 1908, ao bairro do Meyer, publicou: "não passa felizmente despercebida neste belo e populoso subúrbio o 20º aniversário da Lei Áurea (JB, 13/5/1908:4). Depois da iniciativa de festejar a data da Abolição da Escravatura na zona norte carioca, surgiu a "Liga de Educação Cívica" (2) que ocupou o Parque da Boca do Mato com discursos, entrega de prêmio do concurso de carnaval, monólogos, canções, recitais de poesias, números de acrobacia, *pout-pourri* de trovas, concertos, comédias ("Conseqüências de um Engano" e "O Corpo da Nonô") e com a venda de várias prendas em benefício das irmandades de Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora Aparecida e da Associação Charitas. Foi, então, reiterado que "sendo a festa de carac

ter popular" a entrada foi franca, não havendo "convites especiais" (JB, 9/5/1908:11).

Em 1908, a comemoração de maior vulto ocorreu no subúrbio, hoje zona norte. O "Clube dos Fenianos do Meyer" associou-se às comemorações do 13 de Maio e promoveu um concurso de beleza (3) entre as "senhoritas residentes no bairro".

1909 — A comemoração da Lei Áurea no dia 13 de Maio, por iniciativa da comissão presidida pelo Deputado Federal Monteiro Lopes, foi dedicada à memória de José do Patrocínio e o apoio de organismos parlamentares garantiu uma estrutura logística bem montada.

O toque da alvorada na porta do ex-presidente do Conselho que promulgou a Lei Áurea ressoou em diversos quartéis da guarnição da cidade e em navios de guerra. Comandantes leram, perante suas tropas, "patrióticas" ordens do dia, comemorando a lei que aboliu a escravidão e igualou todos os brasileiros" (JB, 13/5/1909:6, grifo nosso).

Pelo transcurso da data, foram enviados telegramas ao Presidente da República, Presidente das Duas Casas do Congresso Nacional e todos os Presidentes dos Estados. Compartilhando com as comemorações, a Companhia Light and Power cedeu oito bondes para o transporte gratuito do operariado, colégios e outras corporações (JB, 13/5/1909:6).

Neste ano, a "Liga de Educação Cívica do Meyer", comemorando seu primeiro ano de fundação, preparou um "grande festival artístico em homenagem à gloriosa data da libertação dos escravos e a favor das vítimas sobreviventes ao terremoto em Portugal". Entretanto, chuvas impediram o cumprimento

total da programação oficial divulgada para o Parque da Boca do Mato, onde a festa acabou à noite ao som de uma banda de música do Exército brasileiro (JB, 14/5/1909:5).

Nesta data, partiu da Praça Tiradentes uma romaria composta de oito bondes especiais levando as bandas de música da Infantaria do Exército e do Corpo de Bombeiros, grande número de operários e pessoas de diferentes classes sociais (JB, 14/5/1909:5). Após discursos de exaltação à "redenção da raça negra", a romaria regressou e se dispersou na Praça Tiradentes.

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Santa Efigênia e Santo Elesbão celebraram missa solene em conjunto e houve missa de ação de graça nas principais igrejas matrizes do Rio de Janeiro. Nesse ano, foi solicitado aos operários mineiros que, em romaria, fossem até o túmulo do abolicionista João Pinheiro, em Caeté, Minas Gerais, depositar flores.

As chuvas impediram a realização das "Festas Escolares" na Praça da República, onde seria profusamente distribuída, por ordem do General Prefeito, uma longa saudação, que se iniciava dizendo: "Crianças! - dever mais alto das gerações que surgem é celebrar os grandes fatos da nossa história e renovar a memória daqueles que, antes de nós, souberam honrar a pátria" (JB, 13/5/1909:6, grifo nosso).

1910 — Salvas nas fortalezas da barra, às seis horas da manhã, ao meio-dia e ao por do sol e nos navios de guerra no porto oficializaram a comemoração do dia 13 de Maio neste ano, que transcorreu com várias festas particu

lares e populares (JB, 14/5/1910:5).

Em 1910, em comemoração ao dia 13 de Maio, não houve expediente nas repartições públicas, que tiveram hasteada a bandeira da República em suas fachadas, iluminadas à noite. Bandas de música militares tocaram alvorada pela manhã e fizeram retreta, à noite, em vários pontos da cidade.

O Presidente da República concedeu perdão a alguns presos condenados por crimes de rebelião e deserção e houve melhoria do rancho dos soldados em todos os quartéis (JB, 14/5/1910:5). No subúrbio do Meyer, a banda do Exército participou das festividades locais e as alunas das Escolas Rodrigues Alves e Tiradentes, por iniciativa da Prefeitura, prestaram homenagem à estátua do Visconde do Rio Branco.

Divulgou o Jornal do Brasil, na edição de 13 de Maio de 1910, que o cristianismo consagra o mês de maio à virgem judaica que foi a sacrossanta do sublime apóstolo do bem, comparando que "em nossa pátria uma mulher assinou o decreto da libertação dos escravizados" (JB; 13/5/1910:5).

É com a preocupação centrada na atribuída identificação de heroína da Princesa Isabel que os membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito realizaram suas homenagens, fazendo chegar até ela a seguinte mensagem escrita: "Homens descendentes da raça escravizada enviam felicitações respeitadas pela gloriosa data de 13 de Maio" (JB, 14/5/1910:5).

O falecimento do Rei Eduardo VII fez o general chefe da Força Policial transferir a festa de formatura para estréia do novo uniforme e o jantar no pátio do quartel para mil

crianças, filhas de soldados, a ser servido por famílias dos oficiais em homenagem ao dia 13 de Maio (JB, 13/5/1910:5).

Foi comunicado no Jornal do Brasil de 13 de maio de 1910 que, "por falta de tempo", não pôde a antiga Sociedade Comemorativa das Datas Nacionais, que passou a ser chamada "Conferação Sul-Americana", completar os trabalhos de sua reorganização. Deixou por isso de cumprir as comemorações previstas no seu estatuto.

O 13 DE MAIO DE 1911, 1912 E 1913

1911 — Não há notícias de maiores comemorações militares realizadas neste ano, a não ser uma referente à banda de música da Força Militar, que tocou em uma sessão solene do Lyceu de Artes e Ofícios para comemorar a data de 13 de Maio. Entretanto, a celebração de missas, visitas aos túmulos de abolicionistas, conferências e sessões solenes foram realizadas em centros cívicos (JB, 14/5/1911:4).

1912 — Neste ano, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro inaugurou um retrato da Princesa Isabel ao lado de outros imortais. Este foi um ano que, segundo pesquisa feita no Jornal do Brasil, não houve comemorações em logradouros públicos, resumindo as comemorações às missas e sessões solenes de pequenos centros cívicos.

1913 — Os vinte e cinco anos da Abolição foram comemorados sem efervescência. Pela imprensa não há notícia de manifestação pública oficial tendo sido noticiadas apenas as costumeiras solenidades em alguns centros cívicos. A pouco

menos de dois meses para a comemoração do 13 de Maio daquele ano, mais de dez mil pessoas participaram de um comício contra a carestia, no Largo de São Francisco, no centro do Rio de Janeiro.

Entretanto, apesar da pouca repercussão, a imprensa divulgou que "nem por se haver revestido de máxima simplicidade deixou de ser condigna a comemoração da data da extinção do elemento servil no Brasil" (JB, 14/5/1913:5).

No âmbito eclesiástico, a Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito "fiel depositária das tradições abolicionistas" celebrou missa pela alma do jornalista José do Patrocínio.

O 13 DE MAIO DE 1914, 1915, 1916

1914 — A expectativa da Primeira Guerra Mundial, que se iniciaria dois meses mais tarde, era ameaçadora. Por isso, o Dia da Abolição da Escravatura, neste ano de guerra, teve as comemorações religiosas como majoritárias, em oposição às civis, que ficaram resumidas a solenidades realizadas em instituições cívicas particulares.

1915 — O 19 de maio deste ano foi marcado por manifestações operárias, em protesto contra a I Guerra Mundial, no Largo de São Francisco, centro do Rio de Janeiro, e na Praça da Sé, em São Paulo. Duas semanas depois, as repartições públicas não funcionaram, sendo à noite iluminadas as suas fachadas em comemoração à data da Lei Áurea (JB; 13/5/1915:7).

Em 1915, a cidade do Rio de Janeiro parou e feste

jou tranqüilamente o 13 de Maio, ocorrendo apenas atos cívico-religiosos no Templo Positivista e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, com a presença de estandartes das sociedades e da imprensa abolicionista.

Alvarenga Fonseca do Jornal do Brasil, escrevendo sobre a "Grande Data", revelou sua convicção que o "Treze de Maio, a nossa grande revolução social, que soubemos fazer, por entre palmas e flores, parecia por completo desapercibido. Nem ao menos a clássica recepção no palácio, nem sequer a parada militar, até há pouco, indescritível nos grandes dias! (JB, 13/5/1915:6). E se considera franco em dizer que "o povo que deixa passar os seus grandes aniversários é um povo que se suicida" (op. cit.).

1916 — Este ano começou com o Código Civil Brasileiro sendo sancionado pelo Presidente da República. Colaborando na formação da opinião pública, o Jornal do Brasil propôs "recordar à mocidade o poema sugestivo do abolicionismo, campanha cheia de espírito de humanidade, movimento essencialmente cristão, ao qual se associaram para a liberdade, o coração da mulher brasileira, a poesia, a arte, a religião, a eloquência, todas as grandes forças do pensamento e da generosidade nacional" (op. cit., 13/5/1916:6).

Em 1916, as solenidades foram marcadas de patriotismo e não faltou a participação de várias agremiações cívicas, merecendo destaque a sessão solene do Centro Cívico 7 de Setembro, presidida pelo Senador Lauro Sodré, que, na ocasião, assegurou o "cunho inteiramente popular, sendo facultado a qualquer cidadão o uso da palavra" (op. cit.).

Os ferroviários, reunidos no seu Centro União dos Empregados da Estrada de Ferro Central do Brasil, também comemoraram o dia e o Partido Socialista Brasileiro - PSB organizou sessão comemorativa, onde vários militantes socialistas discursaram sobre a data e o socialismo.

Duzentos alunos do Lyceu Francês, dirigidos por um 1º tenente, celebraram a Abolição da Escravatura e as relações diplomáticas existentes entre Brasil e França e o Grêmio Filomático, de Bangu, organizou uma "*marche-aux-flambeaux*", na qual se destacou, como orador, o pastor Miguel Pedro. Em 13 de Maio de 1916, a exemplo dos anos anteriores, as igrejas batistas da Capital Federal comemoraram a data da abolição do elemento servil (JB, 13/5/1916:6).

O 13 DE MAIO DE 1917 E 1918

1917 — O ano de 1917 não foi muito diferente do anterior. Ocorreram atos cívicos organizados pela Sociedade Mútua Beneficente Progresso do Engenho de Dentro e pela Associação Cristã de Moços, entre outras.

Destacou-se, neste ano, o fato de as "Igrejas batistas de todo o Brasil" terem realizado solenidades alusivas à data da abolição e ter sido considerado concernente pela imprensa o "Dia de Ação de Graças" celebrado pelos protestantes de denominação Batista. O ex-senador federal e leigo desta denominação religiosa, Dr. Nogueira Batista, foi o orador titular deste culto, que orou em torno do lema "Igualdade e Fraternidade", e terminou afirmando que esse dia ficou marcado

pela realização de um ideal cristão (JB, 14/5/1917:14).

1918 — A comemoração dos trinta anos da promulgação da lei que extinguiu a escravidão no Brasil foi sublinhada pelo apelo de anistia à Princesa Isabel. No conjunto das comemorações previstas para 1918, João Marques, escrevendo sobre "o dia da Redentora" no Jornal do Brasil, diz que as portas do Brasil não devem continuar implacavelmente fechadas para a antiga Família Imperial". O autor era monarquista e questionava o regime Republicano por "apoiar-se somente nos canhões e nas baionetas" (JB, 13/5/1918:4).

Em 1918, manifestações de rua marcaram as comemorações. A Associação Cristã de Moços comemorou a data com um piquenique na Ilha do Engenho, onde foram organizadas, entre outras provas, as de: atletismo, briga-de-galo, luta de *dog*, morte do macaco e puxar corda para cavalheiros; corrida com ovo na colher, natações, *voley-ball* para as moças. O piquenique terminou a tempo de os participantes comparecerem à "grande festa da Quinta da Boa Vista".

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito prestou sua homenagem ao 13 de Maio como previa seu estatuto que determinava a preservação de suas tradições. Terminada a última missa, houve discurso no consistório da Igreja (JB, 13/5/1918:5).

O 13 DE MAIO DE 1919, 1920

1919 — Uma banda de música militar tocou durante a coleta em favor do Retiro dos Jornalistas na Liga de Educação

Cívica.

Um mês antes das eleições presidenciais de 1919, as comemorações do 13 de Maio, por iniciativa governamental, limitaram-se ao feriado nacional e à tradicional iluminação dos edifícios públicos.

Nesse ano, o Partido Comunista do Brasil - PC do B comemorou o 13 de Maio, comparando a libertação dos escravos à "libertação dos operários" (JB, 13/5/1919:9) e, como nos anos anteriores, ocorreram comemorações isoladas, organizadas por agentes promotores do civismo.

1920 — A patriótica Ação Social Nacionalista - ASN foi titular nas comemorações de 13 de Maio de 1920. Esta instituição patriótica realizou, na Biblioteca Nacional, a comemoração de maior prestígio político daquele ano, da qual participaram, além de vários senadores e deputados, os ministros da Justiça, Marinha, Guerra, Agricultura e Viação; o Chefe de Polícia e o arcebispo de Olinda como convidados especiais. Participaram, ainda, quarenta e quatro instituições federais, entre elas o Partido Republicano Nacional - PRN, o Jornal do Brasil, a Assistência Jurídica Militar, a União Católica Nacionalista, o Partido Trabalhista e o Partido dos Homens de Cor.

A iniciativa da Ação Social Nacionalista provocou um aumento de comemorações nas instituições cívicas e nas sociedades recreativas, entre as quais destaca-se o Bloco do Progresso de Nilópolis. A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Nilópolis realizou festival beneficente para as obras da sua Igreja e a de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

dos Homens Pretos celebrou as suas tradicionais três missas matinais, seguidas de romarias a túmulos de abolicionistas. A Igreja Positivista comemorou "a Liberdade, a escravidão, a Raça Negra e o maior dos seus pretos: General Tonrrant Lanventure no seu Templo da Humanidade". Os altos poderes da República, as Forças Armadas, o clero, a "mocidade" acadêmica, o funcionalismo público, as classes conservadoras e outros segmentos sociais também celebraram o 13 de Maio.

O Conde Afonso Celso — que propôs ao Parlamento o decreto de inclusão da data de 13 de Maio entre as de festa nacional — proclamou que "se gerações e gerações de negros padeceram, durante três séculos, vexações e iniquidades, alcançaram, graças ao sacrifício, uma recompensa e uma compensação" (JB, 14/5/1920:4).

A que "recompensa" e "compensação" estaria o Conde, diplomado pela Confederação Abolicionista e um dos membros da Comissão Parlamentar incumbida de dar parecer sobre o projeto da abolição, se referindo? Estaria ele falando das circunstâncias que determinaram as diferentes conseqüências sociais da abolição para o contingente de negros e mulatos? (4)

O 13 de Maio de 1920 caiu numa sexta-feira e foi feriado nas repartições federais, estaduais e municipais.

13 DE MAIO DE 1921, 1922 E 1923

1921 — "TÃO BOM COMO TÃO BOM" foi a epígrafe utilizada para divulgar as relações raciais em 13 de Maio de 1921 (5). Trinta anos depois de abolido o regime de escravidão,

uma charge na primeira página do Jornal do Brasil descreve as relações pessoais inter-raciais, dando ênfase ao casamento entre negros e brancos, mostrando-as como uma relação socialmente permitida, sem nenhum conflito aparente.

1921 foi bastante concorrido em comemorações cívicas, bailes, festivais, concertos sinfônicos, inauguração de bustos, missas, romarias a cemitérios e larga participação da rede municipal de ensino.

Dois Tiros saíram pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro no dia 13 de Maio de 1921. O primeiro foi o "Tiro de Guerra 525" (de Imprensa) que, em passeata militar, homenageou três datas em um dia: Dia da Imprensa, Aniversário de sua Bandeira e Assinatura da Lei Áurea. O segundo foi o "Tiro da Associação dos Empregados no Comércio", instruído por um 1º Tenente, que fez uma passeata percorrendo as principais ruas do centro da cidade até o Catete. A formação desse Tiro de Guerra foi a "Prova do espírito cívico dos rapazes do Comércio" (JB, 14/5/1921:5).

Também na vizinha cidade de Niterói as comemorações do 13 de Maio tiveram vulto. O Tiro de Guerra nº 15 realizou passeata pelas principais ruas da cidade e o Grupo Escolar 13 de Maio realizou grande passeata no Saco de São Francisco.

O Abrigo do Marinheiro, constituído de oficiais e marinheiros da Marinha, promoveu apreciada conferência sobre a Lei Áurea.

Nilópolis, município que hoje integra a complexa Baixada Fluminense e é sede da conhecida Escola de Samba Beija-Flor, associou-se às grandes festas realizadas em 1921 para

comemorar a grande data que relembra "o gesto nobre o bondoso da Princesa Isabel" (JB, 13/5/1921:7). Ali, houve grande participação de entidades políticas, cívicas, recreativas, escolas públicas e outras. Nilópolis amanheceu naquele 13 de Maio com as ruas decoradas e os principais edifícios engalanados para saudar a grande data com acentuada movimentação de rua.

Dois meses depois, deu entrada na Câmara dos Deputados o projeto de lei que propunha regulamentar a imigração no Brasil. Este projeto pretendia proibir a entrada de indivíduos humanos das raças de cor preta! (apud VAINER, 1990:107).

1922 — O movimento modernista de conteúdo fortemente nacionalista, que teve início no ano de 1922, influenciou os círculos intelectuais, artísticos e políticos. Neste ano todas as comemorações cívicas foram realizadas no interior de auditório, sem manifestações de rua.

1923 — As comemorações do 13 de Maio neste ano em tudo se igualaram àquelas realizadas em 1922.

13 DE MAIO DE 1924, 1925 E 1926

1924 — Foi veiculado que o Dia da Libertação dos Escravos seria comemorado com uma parada militar durante a formatura e juramento à bandeira dos novos conscriptos de toda a região militar da Capital Federal (JB, 1924:9).

Entre as comemorações realizadas naquele ano, um breve histórico sobre a tramitação burocrática da legislação que findou na Lei Áurea, ilustrada com a reprodução de uma alegoria intitulada "Amazônia Livre", chamou a atenção particular

mente. A ilustração apresentava um índio no mato portando u ma bandeira brasileira (JB, 1924:5).

No Distrito Federal diversas instituições oficiais e cívico-patrióticas promoveram solenidades comemorativas à passagem do 13 de Maio entre elas o Centro de Cultura Brasileira que, com apoio do Clube Militar, realizou sessão solene.

1925 — A intensidade das comemorações não foi alterada em comparação aos últimos três anos. Neste ano, comemorando o fato histórico que a data de 13 de Maio representa, instituições científicas e agremiações literárias realizaram em suas sedes sessões solenes.

O Centro da Federação dos Homens de Cor comemorou o dia 13 de Maio com missa na Matriz de Sant'Anna, romaria ao túmulo dos abolicionistas e vários discursos em sua sede à noite. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos realizou concorrida solenidade com participação de autoridades políticas e abolicionistas (JB, 1925:9).

1926 — As comemorações deste ano foram classificadas pela principal fonte desta pesquisa como de grande brilho. Participaram vários colégios, com a presença de patentes das Forças Armadas (JB, 1926:6).

Neste ano o Tiro 7 desfilou pelas ruas centrais da Capital Federal com garbo, comandado por um primeiro tenente, "para não deixar passar despercebido o dia da sua fundação". No Clube dos Oficiais da Polícia Militar, comemorou-se a "grande data" e também o aniversário de fundação da corporação com discurso e música (JB, 1926:6).

A Associação Brasileira de Educação comemorou no Jockey-Club o dia 13 de Maio com concorrido jantar e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos celebrou tradicional missa. A estátua do Visconde de Rio Branco foi ornamentada pela Prefeitura Municipal para a retreta que a banda de música do Batalhão Naval fez, à noite, no coreto ali existente. O Partido da Mocidade comemorou, no Salão da União dos Empregados do Comércio, o dia 13 de Maio com conferência sobre a Abolição

13 DE MAIO DE 1927, 1928 E 1929

1927 — Em abril de 1927, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Confederação Geral do Trabalho - CGT, pelo Congresso Operário Sindical.

Neste ano, o fim do trabalho escravo foi comemorado pela Sociedade dos Homens de Cor, que promoveu uma romaria ao túmulo do Visconde de Rio Branco (1927:8) e o Grêmio Literário Brasil-Portugal homenageou o dia com orações patrióticas, desfile de contingente militar de alunos e espetáculo de dança moderna das duas nações.

1928 — O Dia da Abolição, naquele ano, foi manchete de capa do Jornal do Brasil, que afirmou ser o 13 de Maio, para o Brasil, a representação da mais vitoriosa campanha social que ele se empenhara (JB, 1928:6). A Academia Brasileira de Letras comemorou a data apresentando, em sessão solene, estudos realizados por acadêmicos sobre os abolicionistas Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. O Centro de Federação dos

Homens de Cor "que há muito vem trabalhando pela grandeza moral e intelectual da raça negra no Brasil" (JB, 1928:8) comemorou a Abolição da Escravatura, contando com a participação do Corpo de Bombeiros, através de sua banda de música.

1929 — Em 1929, o Dia da Abolição foi mais uma vez manchete de capa no Jornal do Brasil, que circulou "celebrando a irmanação das raças, cultuando a memória da grande brasileira que libertou o Brasil da mais negra das instituições" (JB, 1929:capa). Naquela edição, Coelho Netto escreveu sobre a escravidão, Hermeto Lima sobre a abolição e Barbosa Lima Sobrinho sobre Joaquim Nabuco.

Nos quartéis e nos navios da esquadra repetiram-se as cerimônias habituais, enquanto que os estabelecimentos de ensino e agremiações mantiveram o enfoque cívico nas suas comemorações. Em 1929 foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, visando estudar as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana.

13 DE MAIO DE 1930, 1931 E 1932

O ano de 1930 ficou marcado pela crise econômica mundial que, no Brasil, provocou queda vertiginosa nos preços do café. Neste ano de instabilidade financeira foi feita uma evocação da campanha abolicionista e dos acontecimentos de 13 de Maio de 1888, tendo sido promovidos eventos por instituições sem fins lucrativos.

1931 — Não há registro de alteração nas comemorações realizadas no dia 13 de Maio, tendo as mesmas se mantido

próximas das comemorações do ano anterior. Próximo ao dia da Abolição da Escravatura foi decretada a Lei de Sindicalização, que proibiu a divulgação de idéias sectárias nos sindicatos e determinou a presença de delegados do antigo Ministério do Trabalho nas assembléias gerais.

1932 — O dia da Abolição da Escravatura foi comemorado neste ano em meio a fatos políticos que envolveram a nação, entre eles a greve dos ferroviários da São Paulo Railway, que se alastrou e chegou a envolver duzentos mil operários. Por decreto ficou, então, estabelecida a jornada de oito horas de trabalho na indústria, criando-se comissão para elaborar um anteprojeto constitucional. Estabeleceu-se o princípio de "salário igual a trabalho igual", regulamentou-se o trabalho feminino e proibiu-se o trabalho de mulher gestante um mês antes e outro depois do parto. Esses direitos civis instituídos por decretos foram assinados entre os dias 1º e 13 de maio de 1930.

Neste ano, instituiu-se que o Dia da Abolição deixaria de ser feriado, mas que "será sempre uma grande data nacional", havendo, entretanto, declarações de comerciantes considerando o dia 13 de Maio feriado em seus estabelecimentos (JB, 1932:6).

13 DE MAIO DE 1933, 1934, 1935 E 1936

1933 — Segundo o Jornal do Brasil, o exército que poderia, talvez temporariamente, deter a corrente abolicionista, como sempre na história pátria ouvindo o clamor da nação

nalidade, embainhou a espada ainda enflorada pelos triunfos colhidos no Paraguai e deixou como se fora um mar bravio e indomável a onda negra caminhar segura para a liberdade (JB, 13/5/1933:7).

Quarenta e cinco anos depois que foi abolida a escravatura, as comemorações cívicas continuavam associadas às celebrações religiosas mas, a data de 13 de Maio não era mais um feriado nacional. A intenção de restabelecer o dia da Abolição da Escravatura no Brasil como um feriado nacional partiu em 1933 do Centro Cívico Benjamin Constant e foi dirigida ao chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, através do seguinte telegrama:

"Cidadão Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório - Petrópolis.

"Aproximando-se o dia treze de maio, consagrado pelo nosso calendário cívico à comemoração da fraternidade brasileira, fundamento necessário de um verdadeiro republicano em nossa Pátria, julgamos corresponder aos votos dos nossos concidadãos pedindo ao Governo Provisório o restabelecimento oficial desse feriado nacional a exemplo de sua reparadora iniciativa a propósito da efemeridade de vinte e um de abril. Saudade e Fraternidade." (JB, 13/5/1933:7)

Assinaram esse telegrama o Centro Cívico Benjamin Constant e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro.

Este apelo, feito a Getúlio Vargas, é uma reiteração que vem desde o século XIX. Foi protocolado a 10 de maio

de 1888 na Assembléia Geral Legislativa Imperialista como pro je to de lei para ser apreciado no dia em que fosse sancionada a lei extinguindo a escravidão no Brasil. Tal assunto só vo l to a ser submetido para apreciação e trâmites de legislação no ano de 1948.

1934 — As comemorações cívicas promovidas por ini ci ati vas de agentes patriotas e cristãos naquele ano não apre sent ara m qualquer novidade. Oradores, contextualizando os seus discursos, pediam para que fosse garantida a "liberdade de consciência na futura Constituição Brasileira" (JB, 14/5/1933:26).

Domiciano Cardoso, escrevendo para o Jornal do Bra sil, observou em 13 de Maio de 1934 que "quarenta e seis anos separam-nos da grande data e ainda se não apagou da memória pública, nesta cidade, o entusiasmo que a sacudiu abalando as classes conservadoras entre flores, hinos e explosões de júbi lo, em regozijo ao ideal sonhado e cumprido" (op. cit., 13/5/1934:6).

A comemoração do 13 de Maio de 1934 ficou marcada por ter tornado pública a identidade da Guarda Nacional (6), que surgiu logo após a abolição da escravatura com a finalidade de conter a propaganda republicana que ameaçava o Império. "Políticos em evidência lembram-se, então, dos que deviam a sua liberdade à Princesa Imperial. Eles não podiam deixar de ser reconhecidos à Redentora. Foram considerados os negros de maior prestígio no Rio de Janeiro e formou-se então a Guar da Negra, para garantir o trono" (JB, 13/5/1934:6, grifo nos so).

Segundo o articulista Hérmeto Lima, as primórdias reuniões foram feitas à Rua da Carioca 77 antigo, na Sociedade de Dançante "Habitantes da Lua". Em poucos meses a Guarda Negra já contava com um efetivo de aproximadamente quatrocentos homens negros na categoria de associados. Lima informa, ainda, que as reuniões eram sempre secretas e seu estatuto previa pena de morte para quem denunciasse à polícia as deliberações tomadas pela Guarda Negra. A admissão de um novo sócio constava de um juramento solene, feito de joelhos e com as mãos sobre os evangelhos, quando eram ditas as seguintes palavras:

"Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade dos meus filhos, pela honra de minha mãe e a pureza de minhas irmãs e, sobretudo, por este Cristo, que tem séculos, juro defender o trono de Isabel, a Redentora. Em qualquer parte que seus irmãos me encontrarem, digam apenas — Isabel, a Redentora — porque estas palavras obrigar-me-ão a esquecer a família e tudo que me é caro." (JB, 13/5/1934:6)

Hérmeto Lima afirma, ainda, que a Guarda Negra foi dirigida por um negro, de elevada categoria profissional do ministério da Fazenda. Pertenciam aos seus quadros "as principais capoeiras da cidade e os desordeiros que não trepidavam em empurrar a faca no abdômem" (op. cit., 13/5/1934:6).

Transferindo sua sede para um sobrado na Rua Larga de São Joaquim, a Guarda Negra tomou parte reprimindo a conferência republicana, realizada por Silva Jardim, interrompendo-a e invadindo a sede da conferência a tiros (op. cit., 13/

5/1934:6). Afirma o articulista citado que a "Guarda Negra não produziu o efeito desejado diante da palavra dos propagandistas da República, das lições de Benjamin Constant e da ação enérgica dos seus discípulos" (op. cit.).

Proclamada a República desapareceu a Guarda Negra e os seus prosélitos tornaram-se republicanos.

1935 — Os "patrionovitas" comemoraram o 13 de Maio em quase todo o Brasil com profundo significado cívico de identidade nacionalista. No Distrito Federal, ocorreram várias soledidades, mas a sessão magna dos "patrionovitas" foi a conferência, no Jornal do Commercio, sobre "as histórias públicas e secretas do abolicionismo em nosso país, suas origens e seus objetivos além de vários discursos alusivos à grande data" (JB, 11/5/1935:12).

O dia da Abolição da Escravatura em 1935 foi homenageado pelos "patrionovitas" em rede nacional, com o entusiasmo e significação partidária de ideologia neo-monarquista. A Sociedade dos Homens de Cor associou-se às comemorações organizadas pelos "patrionovitas", apoiadas pelos oficiais das Forças Armadas da República e por representantes de diferentes segmentos sociais. Aderiu, também, a estas comemorações um ministro representante do Haiti. Em homenagem ao 13 de Maio, os jornais dários não circularam.

Decorridos quarenta e oito anos (1936) de comemorações da abolição da escravatura, aparece, pela primeira vez na principal fonte desta pesquisa, um questionamento sobre a legislação brasileira que regulamenta sobre os feriados nacionais.

1936 — Nas comemorações do 13 de Maio deste ano não se verificou concentração popular para assistir ao desfile que destacava a potencialidade e o contingente das Forças Armadas no Brasil, não havendo, assim, manifestações de repercussão social abrangente. "A Revolução excluiu o Dia da Abolição entre os feriados nacionais" (JB, 13/5/1936:6), já que a oposição, surgida na década de 30, tinha como justificativa que "seria absurdo alguém comemorar, anualmente, a data em que houvesse conseguido se libertar de um vício abominável ou de moléstia repugnante" (JB, 13/5/1936:6).

O significado desta oposição ao 13 de Maio não é o mesmo daquele declarado em relação ao 20 de Novembro de 1978 pelo Movimento Negro Unificado - MNU, qual seja o de ter a "tendência a elevar o nível da radicalização ideológica e ao mesmo tempo politizar o protesto de modo a ter o máximo de ataque explícito à ordem existente" (FERNANDES, 1989:72). Na data escolhida pelos militantes para ser o "Dia Nacional da Consciência Negra", a primeira oposição propunha o esquecimento total de uma história de torturas que envolveu gerações de indivíduos de uma civilização desrespeitada pelo desenvolvimento capitalista, enquanto a mais recente oposição reitera uma substituição simbólica por não identificar o dia da Abolição da Escravatura como um dia que sirva para simbolizar uma identidade racial positiva da população descendente de africanos — os afro-brasileiros.

13 DE MAIO DE 1937

1937 - Os altos índices de analfabetismo, controla

dos pelo pensamento liberal da década de 30 através da Cruza da Nacional de Educação, entraram na pauta das comemorações do dia 13 de Maio de 1937 que reconheceu a "abolição de uma raça" e a "abolição da escravatura da ignorância". A Cruzada Nacional de Educação - CNE, com o patrocínio da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, criou a campanha do maior número possível de escolas em "todo" o país (?).

Os dados desta pesquisa sugerem uma preocupação quantitativa dessa campanha, cujo resultado total "só poderia ser completamente conhecido alguns dias depois da passagem da magna data" (JB 5/5/1937:7). Apesar de se propalar a distribuição de "milhares de escolas por centenas de municípios do Brasil" a serem entregues à população no dia da Abolição da Escravatura, nenhuma referência é feita à priorização dessas escolas para negros ou pobres (8).

Quanto às comemorações em si, foram veiculadas as demarches para a realização de grande solenidade no Teatro Municipal, com a presença do Presidente da República, das autoridades federais e municipais e da Comissão Executiva dos Prefeitos. Na ocasião, apresentou-se o coro orfeônico, formado por alunos da rede municipal de ensino, sob a regência de Villa-Lobos.

O combate ao analfabetismo na sociedade brasileira ganhou força nas comemorações do 13 de Maio de 1937 e, para isso, promoveram-se campanhas patrióticas de valorização do sistema educacional vigente. O aniversário da Lei Áurea foi amplamente divulgado no ano de 1937 em todo o território nacional, com base na representação do imaginário coletivo so

cial brasileiro, até aqui destacado pela sua visibilidade cívica, patriótica e nacionalista. Abolição e Educação estiveram juntas pelo oportunismo do significado das representações sociais no que diz respeito ao passado da escravidão e não pela evidente relação das graves conseqüências sociais advindas da Abolição (9).

A Casa de Castro Alves, para homenagear a data e o "Poeta dos Escravos", comemorou este 13 de Maio "fazendo irradiar nas estações emissoras da Capital da República e dos Estados, o Navio Negreiro que, assim, pôde ser ouvido pelo máximo de brasileiros" (JB, 13/5/1937:11). Depois de difíceis entendimentos, a diretoria da casa conseguiu organizar o programa geral, contando com a "solidariedade irrestrita" das emissoras radiofônicas locais, que lhe puseram o microfone à disposição para levar a termo o seu patriótico objetivo. No Distrito Federal, entre outras emissoras, transmitiram "O Navio Negreiro", a Hora do Brasil e a Jornal do Brasil.

A Escola Geral de Polícia, responsável, nessa época, pela Polícia Municipal, homenageou a data, recomendando sua comemoração para garantir o "benefício geral em outras dependências da administração pública" (JB, 14/5/1937:16).

A propósito, vale lembrar que na Constituição, elaborada em 37, nenhuma alteração foi introduzida no que diz respeito à questão racial.

Esse relato exaustivo é necessário para se desvendar um modelo que se consolidou e que se iniciou no dia 13 de Maio de 1888.

Na primeira década, depois de abolida a escravidão,

as descrições nos jornais e documentos são fêricas. Mostram um povo e muitas instituições participando de cortejos, missas, cerimônias oficiais etc., como ficou demonstrado no capítulo I.

Da virada do século até 1936, a festa da "fraternidade", como aparece em alguns documentos, se consolida.

Novos personagens aparecem em cena, como o Real Gabinete Português de Leitura, o Centro Republicano Conservador, parlamentares, a Companhia Light and Power, outras irmandades religiosas, a Federação de Homens de Cor, o Templo Positivista, o Partido Socialista, a Sociedade Mútua Beneficente Progresso do Engenho de Dentro, a Associação Cristã de Moços, o Partido dos Homens de Cor, fundado pelo Movimento da Frente Negra e que participou ativamente das festas oficiais.

Apesar desses novos atores e da festa ter perdido seu ímpeto e diminuído em intensidade, inclusive transferindo-se algumas cerimônias para bairros mais distantes do Centro, como o Méier, o Engenho de Dentro e Nilópolis, a noção de que o 13 de Maio é dia de "união", de "regozijo" e de "fraternidade", permaneceu.

O apelo à Princesa Isabel como Redentora, a complementaridade de festas religiosas e cívicas e o modo pelo qual o 13 religa diversos segmentos se consolida.

Entretanto, ao final do período descrito, começou a se esboçar um protesto contra a festa.

CAPÍTULO III

OS DONOS DA FESTA:

MEIO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

Neste capítulo descreveremos o cinquentenário da A bolição e analisaremos como o modelo de festa acabou por trans ferir, ao Estado, a condição de dono e senhor desse dia. Se gundo Reis (1987) referindo-se ao 2 de julho na Bahia, as festas cívicas são palco de luta; são festas que se iniciavam com o povo na rua e acabavam domesticadas pelo Estado.

1938 — Decorrido meio século da extinção da es cr avidão, o governo da República comemorou a passagem do meio cen tenário da abolição abrindo a programação oficial no dia 8 de maio, com concerto sinfônico radiofônico, precedido de pales tra do Dr. Roberto Lira. No dia 13, um concerto de músicas brasileiras e africanas foi ao ar pela rede radiofônica da Rá dio do Ministério da Educação.

As comemorações do cinquentenário da abolição foram idealizadas e administradas pelo poder público, ficando o cen tro da execução a cargo da administração federal direta, no Ministério da Educação e Saúde. Nestas comemorações não ha via quaisquer alusões ou críticas à real condição social da população negra. As mesmas aconteceram em um período em que artistas negros apareceram vinculados aos movimentos sociais espontâneos, que eclodiram, com destaque, em São Paulo, desde a década de vinte até meados de 1940, como observa Florestan Fernandes quando interpreta o significado do protesto negro (op. cit., 1988:35).

O ativismo racial, iniciado nos anos vinte, nos mol des de um movimento social, enfrenta, em 1938, a ordem legal vigente e o levante integralista, que ocorreu durante a sema na comemorativa do meio centenário da abolição.

Em 1938, o programa a "Hora do Brasil" passou a ser transmitido em rede nacional e a doutrina nacionalista foi implementada através de projetos públicos. Na comemoração do meio centenário da abolição, inauguram-se escolas em "todos" os estados e em "quase todos" os municípios, atendendo apelo da Cruzada Nacional de Educação - CNE. Em Brás de Pina, foi inaugurada a escola Darci Vargas, equipada com a mais moderna tecnologia educacional em termos de imagem e som. Nesse ano, o Departamento de Educação da Prefeitura baixou determinação para que toda a rede municipal de ensino comemorasse os cinquenta anos da Lei Áurea, durante três dias, com aulas sobre vultos históricos ligados à abolição e com incentivo à redação, aos álbuns e outros exercícios didáticos que promovessem a data.

Cinquenta anos depois da Abolição da Escravatura, o Estado Novo identificava como subversão denúncias de violação dos direitos civis. Na festa do meio século, "não eram vistas com bons olhos as agitações em torno do problema do negro, que eclodiram esparsa e desordenadamente aqui e ali, como se elas ocultassem os germes de uma inquietação social suscetível de converter-se, com o tempo, em conflito racial" (FERNANDES, 1978:252).

O cinquentenário oficial da abolição assim como o seu centenário ficaram sob a responsabilidade do poder público. Os cinquenta anos, sob a responsabilidade do então Ministério da Educação e Saúde e os cem anos, sob a responsabilidade do Ministério da Cultura.

A principal fonte desta pesquisa revela a ausência

nas programações oficiais, de referência àqueles que foram abolicionistas antes mesmo do movimento da abolição. Subjacente a esta reclamação editorial, está a lembrança dos escravos anônimos, que se insurgiram contra a escravidão e protestaram contra ela. Por isso, o Jornal do Brasil sugeriu que, nas comemorações do ano seguinte, intelectuais como Darwin e Henri Korter fossem lembrados, uma vez que "procuram orientar o Brasil adolescente no rumo daquelas fecundas, esplêndidas idéias, que só viriam a se tornar realidade na alvorada maravilhosa de 13 de Maio de 1888" (JB, 1/5/1938:5).

O 50º aniversário da Lei Áurea foi marcado por um conjunto de comemorações que torna visível o interesse governamental pelo campo das relações raciais no sentido de não reconhecer as desigualdades, mas de convencer a sociedade brasileira que a "questão racial se dissolve na de classe, e nesta negação da especificidade da questão étnica conjugam-se às vezes os defensores da democracia racial com os da democracia *tout court*, expulsando, por exemplo, os negros como uma falsa categoria" (CARNEIRO DA CUNHA, 1987:103). A festa constrói o mito da democracia racial.

As classes trabalhistas e patronais ⁽¹⁾ prestaram homenagem ao Presidente da República, comemorando o meio centenário da abolição. Participaram deste duplo evento os operários de terra e mar, além das classes patronais, numa estimativa aproximada de mais de trinta mil trabalhadores. Entretanto, o articulista Benjamin Costallart denunciou as "sutilezas humilhantes" e afirmou que, em "certos colégios" que valorizam a estética humana, era negada matrícula a alunos "pre

tos" e "mulatos" e que no "próprio meio operário, havia preferências e distinção no salário e nas atribuições entre pretos e brancos..." (2).

O Presidente Getúlio Vargas oficializou a comemoração do meio centenário da abolição, decretando que o dia 13 de Maio fosse comemorado em todo o território nacional, sobretudo nas escolas primárias, secundárias, normais e profissionais, onde seria enfatizado o significado político e moral da abolição da escravatura (art. 3º). Em sinal de reconhecimento da nação para com a Princesa Isabel, signatária da Lei Áurea, decretou também a transferência de seus restos mortais, assim como de seu consorte, da Europa para o Brasil. Tais dispositivos só foram cumpridos trinta e três anos depois, em 1971, como será visto mais adiante.

Entre comemorações cívicas e discursos patrióticos que consagraram o meio século de abolição da escravatura, merece destaque o lanche oferecido no parque da sede oficial da Presidência da República — Palácio do Catete — para um grupo de aproximadamente cem velhos ex-escravos asilados. O lanche foi oferecido pela Cruzada Nacional de Educação, representada por uma comissão constituída de senhoras da elite carioca (3) que dirigiram a distribuição das guloseimas e refrigerantes aos "velhinhos assistindo-os carinhosamente" (JB, 14/5/1938:6).

Carolina Nabuco, refletindo sobre "Os Donos da Festa", classificou o lanche de tocante e lógico, "porque este aniversário, que para os demais brasileiros é apenas uma data da Pátria, simbolizando a liberdade ao fim de uma nobre cruza

da, é para eles, que foram cativos, um aniversário pessoal, o dia de quantos viveram, que mais influiu em seu destino" e a autora fundamenta seu raciocínio citando Machado de Assis: "não há nenhuma alegria pública que valha uma alegria particular", e conclui a filha do teórico e tribuno do movimento abolicionista afirmando que "só eles, os libertos de 13 de Maio, são senhores completos da data que se hoje festeja" (JB, 13/5/1938:5).

O recrutamento festivo desse grupo de senhores na faixa etária acima de sessenta e sete anos, que Nabuco (1938) chamou de ruínas humanas, a fez recordar do grito que ficou sendo símbolo do ataque a Verdun, na primeira grande guerra: DEBOUT LES MORTS! Esta lembrança comparada a faz exaltar: "A postos escravos! Velhos servis, inutilizados... mas a postos para receberem uma homenagem, para despedirem-se da vida com um momento de doçura" (op. cit.). Na visão da autora, este lanche geriátrico, carregado de melancolia, tirou por poucos instantes senhores de idade avançada da "condição humilhante de mendigos, seres pesados aos parentes, ou sujeitos à disciplina de algum asilo".

"Pois viverão por algumas horas, sob o bafejo de uma atmosfera quente, misto de bondade, curiosidade e de um vago remorso impessoal, servidos com sorrisos, apoiados em braços solícitos de brancos caridosos, encontrando ouvidos atentos para as reminiscências que os companheiros quotidianos não têm mais paciência de ouvir. Felizes fugazmente a pesar de verem espalhados, no aspecto dos outros comensais, sua pobreza de inválidos, sua mazela de ve

lhos, sua humildade de pretos." (op. cit.).

O meio centenário da abolição foi comemorado seis meses após a instauração do Estado Novo e dentro da semana comemorativa que transcorreu de 9 a 14 de maio, ocorreram fatos políticos que parecem ter influenciado na preparação de uma programação com predominante ufanismo, atendendo os interesses da ditadura vigente. Nessa semana, precisamente dois dias antes do dia 13, houve o Levante Integralista e outros fatos, como estes, foram suficientes para imprimir ao lanche dos ex-escravos, senis e sobreviventes um visível paternalismo, clientelismo e conformismo, trilogia que estrutura e insufla o protesto racial da década de trinta (FERNANDES, 1989).

O artigo que Carolina Nabuco escreveu sobre o lanche dos ex-escravos não se propõe só a traçar a curva do discurso social fixado numa forma inspecionável, como demonstra um tipo de interpretação antropológica (GEERTZ, 1978:29), mas sim, a fazer um registro de impressões e observações que protegessem o nome de Joaquim Nabuco, seu pai, da acusação feita em entrevista de uma comensal, que declarou ter sido escrava do abolicionista. Nesse artigo, a autora atribuiu a declaração à imaginação, a uma lenda criada pela sensibilidade analfabeta da ex-escrava, esclarecendo que seu pai só construiu família após a Lei Áurea e afirmando que o casal nunca havia querido se utilizar do serviço escravo (JB, 13/5/1938:5).

Em entrevista ao periódico que constitui a principal fonte desta pesquisa, o gaúcho Vitorino Marques, afirmando ter, na ocasião, cento e vinte e cinco anos de idade, ten

O articulista conclamou, sem ressonância, o que ele julgava ser preciso comemorar: a abolição do preconceito racial.

As comemorações de 1938 foram classificadas pela imprensa oficial como de "caráter eminentemente popular", com um amplo programa de abrangência nacional. Seis meses após a instauração do Estado Novo, que fechou congresso, modificou a Constituição e dissolveu partidos políticos, o cinquentenário da abolição configurou, no sentido durkheimiano, um fato social que teve suas representações capitalizadas pelo novo regime político, que optava por seu fortalecimento e não por seu declínio.

O Jubileu da Abolição, transcorrido em 1938, não foi preterido nem obrigado como em outras ocasiões. Segundo o Conde Afonso Celso, artigos reclamavam da falta de zelo pela memória cultural da abolição da escravatura. Foi registrada, então, a falta de uma placa celebradora que figurasse no frontispício do Paço da Cidade, onde se sancionou a Lei da Abolição; acusou-se o desaparecimento dos vestígios da estátua da Princesa Isabel, cuja pedra fundamental foi lançada com o apoio da Prefeitura, na primavera de 1922, na praça em frente às barcas da Praça XV, e se deu por falta de uma placa de bronze, fundida com metal de um canhão da independência Argentina, oferecida em 13 de Maio à mulher brasileira, personificada na Princesa Imperial Regente, pelo Conselho Nacional da Mulher Argentina, aqui representado pelo decano da Faculdade de Direito de Buenos Aires.

No cinquentenário da Abolição, o acadêmico Afonso Celso, que esteve ao lado da Princesa Isabel no momento da as

sinatura com a pena de ouro "dada pelo povo", da Lei Áurea, reclamou das "poucas homenagens", feitas "ã mais preclara das brasileiras, quiçã da América, vulto insígne da Humanidade" (JB, 14/5/1938). Afinal como única homenagem, cinquenta anos depois, o nome dela foi dado a uma rua no subúrbio de Realengo, em oposição a nomes, que mesmo anônimos, ostentavam e os tentam os logradouros públicos no centro e na zona sul do Rio de Janeiro.

Foi também reclamado o retardamento da revogação do regime escravocrata, em comparação aos Estados Unidos (5). Se gundo a imprensa, a abolição na América do Norte não foi ape nas "a satisfação de um dever moral, mas, também, uma imposi ção da situação econômica resultante do aparecimento de gran des jazidas de ferro e de carvão de pedra" (JB, 13/5/1938:11). O mesmo artigo apresentou como principal fator da abolição no Brasil a "exigência da consciência revoltada de todos os bra sileiros"(op. cit.).

Segundo Yvonne Maggie (1989), "evento" faz parte da classificação que informantes "nativos" fizeram dos aconte cimentos produzidos e é uma categoria que significa também a contecimento dentro de situações cívicas. Nossos dados reve lam que os eventos comemorativos do meio centenário da aboli ção foram realizados por uma rede de agentes governamentais que não priorizavam criticamente as relações sociais entre brancos e não brancos, mas a reificação de autoridades monár quicas e republicanas que divulgaram as mudanças sociais como uma prestação de serviços públicos carregada de gratidão para com uma população descendente das vítimas da escravidão.

A diversidade dos tipos de evento que marcaram o meio centenário não difere dos trinta tipos classificados no Catálogo do Centenário da Abolição (6). A esse respeito, é ilustrativa a conferência realizada na Tenda Jorge, sob o título "Mãe Preta e Mãe Branca" em maio de 1938 — ano do meio centenário da abolição e ano da instalação no Rio de Janeiro da Casa Mater de Umbanda, fundada em Niterói em meados da década de vinte (BROWN, 1985).

Eventos foram sediados e organizados nas instituições que mais se destacavam no campo político, religioso, acadêmico, cultural (7). Militares católicos, reunidos na Igreja da Santa Cruz dos Militares, organizaram, através da Irmandade, concorrida missa solene, seguida da distribuição de soneto que trazia, na face, retrato da Princesa Isabel, homenageando o dia 13 de Maio e o transcurso do meio centenário da abolição a nível religioso; esta missa encerrou a semana comemorativa com júbilo nacional.

As primeiras damas, dos estados e do Distrito Federal, acompanhadas do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança e demais autoridades, homenagearam a Princesa Isabel com grande festa pública na Praça XV, repleta de aplaudidos discursos historiando a data.

Na noite de 13 de Maio de 1938, o Teatro Municipal do Rio de Janeiro abriu suas portas para o encerramento oficial das comemorações dos cinquenta anos da abolição. O Ministro Gustavo Capanema presidiu a solenidade, que foi prestigiada por destacados políticos, artistas e intelectuais.

O meio centenário da abolição transcorreu com uma

programação que contou com significativa participação popular, facilitada pela conjuntura do Estado Novo. José Murilo de Carvalho explica que o peso das tradições escravistas e coloniais obstruía o desenvolvimento das liberdades civis, ao mesmo tempo que viciava as relações dos cidadãos com o governo. Mas o fato é que, dos eventos do cinquentenário da abolição, não constaram reivindicações que postulassem a igualdade social nem denúncias de discriminação racial. No temário destes eventos não havia sugestões explícitas do relacionamento racial; categorias como, por exemplo, cor e racismo não foram contempladas nem conceituadas ao longo dos discursos, o que nos sugere "a idéia de verificar onde, com quem, como e para quem se pensou e se falou sobre o drama das relações raciais" (MAGGIE, 1989:8).

Os eventos festivos e cívicos são decorrentes do sistema político vigente. Carvalho (1987), analisando "Os Bestializados" diante do fim da monarquia, mostra-nos Raul Pompéia reclamando da apatia cívica do povo do Rio de Janeiro e conclui que foi preciso a República introduzir as paradas de tropas para salvar o decoro cívico nas festas nacionais. Este autor explica o comportamento político da população do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, por dois lados:

"De um lado, a indiferença pela participação, a ausência de visão do governo como responsabilidade coletiva, de visão da política como espera pública de ação, como campo em que os cidadãos se podem reconhecer como coletividade, sem excluir a aceitação do papel do Estado e certa noção dos limites deste papel e de alguns direitos do cidadão. De outro, o

contraste de um comportamento participativo em outras esferas de ação, como a realização, a assistência mútua e as grandes festas em que a população parecia reconhecer-se como comunidade." (op. cit., 1987:147)

O meio centenário foi uma dessas grandes festas promovidas pelo poder público, que reunia aqueles que não têm voz nem vez na sociedade. Segundo Marlyse Mayer e Maria Lúcia Montes, indivíduos isolados e sem valor readquirem — ao participar de uma celebração que os identifica como membros de um grupo mais restrito, compartilhando com eles as mesmas crenças e os mesmos valores — uma nova dignidade, que os transforma em "pessoas", gente com identidade própria, conhecida de todos e tendo por todos reconhecido seu papel e sua importância (MAYER & MONTES; 1985:9-10).

O protagonista, na comemoração do meio centenário da abolição, não foi o "negro", o "preto" nem o "mulato", que protestavam contra a violência nacional ou de cidadãos que, na década de trinta, tinham iniciativas de impedir a ascensão igualitária do "negro" e do "mulato". Aliás, lutar por essa ascensão esbarrava, segundo Florestan Fernandes, em dissensões e oposições arraigadas com focos de tensões e de conflitos no seio das próprias camadas dominantes, sem que isso proporcionasse vantagens efetivas a qualquer dos subgrupos em que elas se dividiam (op. cit., 1978:257-8). O real protagonista da festa daqueles que não tiveram e não têm direitos iguais foi, de fato, o Estado que reprimiu a reivindicada "Segunda Abolição", embora esta estivesse revestida das concepções liberais

de defesa da ordem vigente (FERNANDES, 1989).

O cinqüentenário da abolição é o fecho da construção social da festa. O ideário da democracia racial é entronado e as vozes que aparecem denunciando as desigualdades e o pre conceito acabam abafados pelo ufanismo da festa do Estado.

Muitos segmentos sociais participaram da festa e es se número aumentou à medida que o tempo passou. Ver, em ane xo, a listagem das associações que participaram da festa por a no.

CAPÍTULO IV

13 DE MAIO: FERIADO NACIONAL

Neste capítulo serão discutidos a luta e os entraves para transformar o dia 13 de Maio em feriado nacional legalizado.

1939 — O início da segunda guerra mundial trouxe reflexos ao 13 de Maio de 1939, comemorado modestamente nos Estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia, neste último com o apoio da Liga Bahiana Contra o Analfabetismo. No Rio de Janeiro se teve notícias de dois eventos cívicos: um, no Instituto Brasileiro de Cultura, e outro, no Ginásio Rio Branco.

Uma semana antes da comemoração da data, um humorado do diálogo anônimo falou do feriado:

"- Há muita gente que não tem memória porque come muito queijo...

- Você acredita que o queijo tenha essa propriedade?...

- Sei lá! Nunca fiz observações a esse respeito.

- Mas vamos ao caso.

- É que com antecedência de oito dias todo mundo já está a indagar se no próximo sábado, 13 de maio, há expediente nas repartições públicas e nos bancos.

- Pode afirmar com segurança que esse feriado nacional já desapareceu do calendário do Brasil nos dias presentes." (JB, 6/5/1939:6, grifo nosso.)

Consta dos anais da Câmara dos Deputados a entrada para trâmites de um projeto de lei de autoria do Conde Afonso Celso Júnior. Este projeto não era acompanhado de parecer técnico e propunha que fosse "considerado de festa nacional o dia

em que foi sancionada a Lei que declara extinta a escravidão no Brasil" (art. 1º). Mas o projeto não era acompanhado de parecer técnico. A proposta era de que o seu teor e a sua própria fundamentação fossem considerados suficientes para eliminar a preocupação de entraves burocráticos na Tribuna.

Inegavelmente, desde o final do século XIX, tramita no Congresso Nacional legislação que visa regulamentar a data de 13 de Maio como feriado nacional, sem nunca ser aprovado. A Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, sancionada pelo Presidente da República, declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro. Em 1946, o Deputado Osório Tuiuti, do Rio Grande do Sul, apresentou um projeto de lei, que estabelecia nova lista de feriados nacionais (1), entre eles o 13 de Maio. O projeto tramitou cerca de quatro anos e não conseguiu aprovação. O parecer do relator não foi favorável ao restabelecimento do 13 de Maio, embora propusesse um artigo obrigando as escolas do país ao culto dos seus grandes homens e comemoração das datas históricas nacionais, em observância ao calendário que o Ministério da Educação e Saúde organizasse a respeito (Projeto CD nº 321-A/1947-48). Em outro parecer, cita-se o sociólogo argentino Carlos Octavio Bunge como referencial para o tratamento desse feriado, valendo-se das seguintes palavras: "obviar, de qualquer modo, as oportunidades que possam reduzir, ainda mais, o trabalho" (VERGARA, 1946)

A intenção de decretar o 13 de Maio feriado nacional gerou duas opiniões antagônicas: uma, favorável, que nos pareceres não apresentava argumentos consistentes nem se referia

ao drama das relações raciais como justificativa; outra, contrária, que defendia o veto no âmbito da economia, do direito, da cultura e do civismo. Entre os argumentos dos que não aceitavam o dia da abolição do trabalho escravo como feriado nacional estão: "suspensão de trabalho"; "encurtamento de horas normais dedicadas ao ensino"; "danos irreparáveis para a economia nacional"; "preguiça", "repouso semanal remunerado"; "abuso dos dias de inatividade, tão perturbadores do ritmo da vida econômica e administrativa do país" etc.. Em 6 de abril de 1949, a Lei nº 662 declarou os feriados nacionais sem o artigo da obrigatoriedade do culto aos grandes homens e à comemoração das datas históricas. Entre os feriados nacionais consta o 1º de maio, dedicado à exaltação do dever e dignificação do trabalho.

Mas o trabalho do escravo e a mão-de-obra do cidadão não branco está contemplado neste dia? Por que a questão racial não tem um seu dia nacional? Estas são indagações ainda vivas, cujas respostas devem-se perseguir. Apesar de não ter sido definida como feriado, a data continua a ser comemorada.

13 DE MAIO DE 1940, 1941, 1942 E 1943

1940 — A 1º de maio, Getúlio Vargas anunciou a instituição do salário-mínimo. Nesse ano, aproveitou-se a comemoração do 13 de Maio para que o analfabetismo mais uma vez fosse mostrado como cativo da servidão. Para a imprensa oficial, a comemoração mais adequada seria a inauguração de

novas escolas. Segundo o JB, o governo fluminense compreendeu esta necessidade e anunciou, para o dia 13 de Maio, a solenidade do início dos trabalhos em novas escolas, sediadas nos municípios de Cachoeiras, Entre Rios, Nova Iguaçu, Itaboraí, Paraíba do Sul, Pirai, Santa Teresa, Valença e Vassouras (JB, 11/5/1940:5). No dia 13 de Maio, o Jornal do Brasil não circulou.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura organizou, para as comemorações desse ano, um festival cívico no Teatro João Caetano, com a participação do maestro Villa-Lobos, que arranhou "Xangô-Canto Fetichista".

Veicularam-se informações sobre as comemorações do 13 de Maio em São Paulo e Pernambuco. Na capital paulista, a União Negro Brasileira reuniu civis e militares para a solenidade cívica, enquanto em Recife, em comemoração à passagem de mais um ano da abolição da escravatura, foi inaugurada, sob os auspícios do Interventor do Estado e da Liga Social contra o Mocambo, a "Vila dos Ferroviários", nos subúrbios de Areias. Fez, também, parte do programa de comemorações do 13 de Maio em Recife a inauguração do Museu do Estado. A Igreja Positivista do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, organizou outra "Festa de Toussaint-Louverture" em comemoração à abolição da escravatura.

Mais uma vez, os negros norte-americanos são tomados pela imprensa oficial como exemplo de organização. O Jornal do Brasil, escrevendo sobre "A Arte e os Negros", a partir da exposição "Arte Negra", realizada no Museu de Baltimore, nomeou o movimento racial norte-americano de movimento ne

grista, ao pensar como Carl Degler que, no início dos anos 70, observou que nos Estados Unidos, ao contrário do que ocorre aqui, há uma sociedade negra completa, com grupos ricos e poderosos, que podem financiar periódicos, vídeos, filmes etc. exclusivamente para a sua raça e ter, assim, à sua disposição, uma máquina atuante que fornece, a cada dia, mais razões de protestos aos cidadãos de cor. Isso, sem contar com o fato de que o próprio governo investe na alfabetização (DEGLER, 1971:286).

1941 — Em maio desse ano foi instituída a justiça do trabalho, com críticas do empresariado e da imprensa. Pela passagem da data da abolição, o padre J. Cabral comentou, do seu ponto de vista, sobre os serviços prestados pela Igreja à causa da liberdade humana. Este sacerdote, em estilo moderado, falou do impedimento que a Igreja fez aos escravos de conquistarem a liberdade por meio da revolta. Segundo ele, a Igreja condenava a violência, embora não mencionasse os meios utilizados por ela para a garantia do domínio dos escravos. Este comentário foi concluído com uma citação de Montesquieu: "Coisa admirável a religião cristã, que parecia não alvejar o outro fim do que ao da nossa felicidade na outra vida, assegura-a também nesta" (JB, 13/5/1941:6).

1942 — Os eventos cívicos prosseguiram marcando as comemorações do 13 de Maio. Nesse ano, o Centro de Estudos Universitários promoveu debates, que questionavam o significado de um novo 13 de Maio e indagavam sobre a representação desta data na História do Brasil. O Ministro da Justiça presidiu, naquele ano, as solenidades cívicas promovidas pelo Instituto

Profissional Quinze de Novembro.

A comemoração do 13 de Maio de 1942 terá sofrido influências conjunturais do rompimento das relações entre Alemanha e Itália? Nossos dados sugerem que sim, pelo próprio temário dos eventos do ano, apresentados acima. Os debates organizados pelos universitários têm uma modesta conotação crítica e sugerem mudanças sociais não encontradas nas comemorações anteriores.

1943 — No mês de maio o governo anunciou a criação da consolidação das Leis do Trabalho. Uma semana depois a comemoração de 13 de Maio foi iniciada pela Direção Nacional da Juventude Brasileira, que recomendou à direção das unidades escolares um programa comemorativo. Aos professores de História foi recomendado estudarem em uma aula o movimento abolicionista, evocando, entre outros, o exemplo de Redenção, cidade no Ceará onde ocorreu pela primeira vez no Brasil a abolição da escravatura. Foi a 19 de janeiro de 1883. Os docentes de Desenho apresentaram aos alunos, como tema, o obelisco assentado na referida cidade. Os administradores escolares, a seu turno, promoveram para o dia 13 de Maio exposição de desenho sobre temas relacionados com a data. Os dois melhores trabalhos de cada classe foram remetidos à Direção Nacional da Juventude Brasileira.

O Coronel, Secretário de Educação e Cultura da Capital Federal, baixou resolução, autorizado que foi pelo prefeito do Distrito Federal, aprovando o programa de comemoração da data da Abolição da Escravatura, com a justificativa que "a infância e a juventude brasileiras devem nas escolas cul

tuar os grandes vultos da nacionalidade e comemorar as datas festivas da nossa História". Para a rede de ensino subordinada a esta Secretaria foi determinada comemoração solene através dos respectivos centros cívicos. O corpo docente foi orientado para realizar palestras dentro dos seus respectivos níveis de ensino sobre a origem e a evolução da escravidão no Brasil, focalizando o seu aspecto moral e social, bem como a figura da signatária da Lei Áurea e demais abolicionistas (JB, 11/5/1943:6). A Rádio Difusora da Prefeitura do Distrito Federal — PRD-5 levou ao ar programa especial dedicado à Princesa e às figuras abolicionistas.

Outro evento que merece atenção nas comemorações do 13 de Maio de 1943 é a sessão cívica realizada no Automóvel Clube do Brasil. Nessa solenidade, foi homenageado o Presidente da República, a Princesa Isabel e um general como resgate de uma dívida de honra para com os "homens de cor". Os protagonistas deste evento foram os homens de cor, de representação social, advogados, médicos, jornalistas, altos funcionários, comerciantes, operários, industriais e lavradores (JB, 13/5/1943:6, grifo nosso).

Os "homens de cor" que participaram do evento no Automóvel Clube do Brasil são racialmente classificados (2) de maneira diferente dos profissionais liberais, operários e outras categorias profissionais. É interessante, agora, assinalar que os "homens de cor" nunca foram homenageados nas comemorações de 13 de Maio e, muito menos, a cor daqueles anônimos descendentes de escravos.

13 DE MAIO DE 1944

1944 — A comissão dos "homens de cor" telegrafou ao Prefeito de Petrópolis, solicitando que, no dia 13 de Maio, a campa da Princesa Isabel fosse ornamentada com cinco mil saudades.

Três dias após ter sido constituído o Primeiro Escalão da Força Expedicionária Brasileira - FEB para combater na Segunda Guerra, junto com aliados, foi comemorado o 13 de Maio de 1944, quando, então, se enfatizou que no Brasil, em nenhum período da sua História, foi e nem será favorável à pregação de doutrinas racistas difundidas pelo nazismo (JB, 13/5/1944: 5).

Uma visão do drama das relações raciais no Distrito Federal foi veiculada na principal fonte empírica desta pesquisa em estrito editorial com o título "Fundamentos da Democracia". Dados veiculados revelam que um historiador de "visão penetrante" e um sociólogo de "argúcia psicológica", na análise imparcial do racismo, observarão a "forte e indisfarçável tendência do povo para a prática mais real e pura da verdadeira democracia que se expressa mais nitidamente neste ambiente de completa extinção de preconceitos de cor em que temos vivido e continuamos a prosperar..." (JB, 13/5/1944:5, grifo nosso). Os dados mostram, também, viajantes ilustres, procedentes de vários países, proclamando e exaltando a democracia étnica brasileira, comparando-a com sociedades mais desenvolvidas que ainda não conseguiram conquistar a exemplo da realidade brasileira.

A Liga da Defesa Nacional comemorou o dia da Abolição da Escravatura em sua sede com vários discursos; a Comissão dos Homens de Cor (3) comemorou homenageando a Força Expedicionária Brasileira - FEB, tendo convidado o Presidente da República, ministros de Estado, corpo diplomático, imprensa e demais autoridades. Nessa solenidade, o general Manuel Rabelo foi homenageado como "um constante defensor da raça negra".

O Centro de Cultura Afro-Brasileira (4), com a participação da Sociedade de Homens de Cor (5) e da Sociedade Brasileira Fraternal, organizou evento que contou, entre outras solenidades, com a instalação da Campanha de Alfabetização e da Semana dos Palmares (6), cuja encenação homenageou Castro Alves no Passeio Público. Aqui se justifica uma menção: é a primeira vez que, no campo demarcado da pesquisa, aparece instituição denominada de afro-brasileira, realizando evento que evoca o nome da República de Palmares.

Eventos cívicos variados foram realizados. Entre eles, o do conhecido Instituto de Educação do Rio de Janeiro, sob os auspícios do Centro Cívico Benjamin Constant, para tanto contando com delegações vindas das Escolas de Aeronáutica, Naval e Militar, para tomarem parte no evento cívico-artístico. No campo religioso ocorreram as tradicionais manifestações cristãs e a celebração anual da "Fraternidade dos Brasileiros" da Igreja Positivista do Brasil.

Em 1944, foi fundado, por iniciativa de Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro - TEN.

contecimentos, supõe-se, tinham sua prioridade na conjuntura política e social, levando o 13 de Maio a ser comemorado nos talgicamente com "lembranças e esquecimento".

Para o articulista João Felício dos Santos, a contemporaneidade decretou que o dia 13 de Maio seria considerado de festa nacional, numa contradição que se justificava pelo desejo nacional de lembrar a data áurea, porém esquecendo os vestígios do opóbrío da escravidão, ao mesmo tempo em que se referia à incineração documental da escravatura. O autor declara que o 13 de Maio foi comemorado como dia de festa na cional aproximadamente quarenta anos e lamenta que a Revolução de 30 e Constituição de 34 aboliram-na, sendo esquecida pelo Estado Novo. Vale ressaltar que o sentimento do autor refere-se à não oficialização do 13 de Maio enquanto data nacional e não ao seu desaparecimento do imaginário popular. Tam**ã** bém não consta do seu ressentimento patriótico a manipulação governamental da data enquanto um fato histórico, utilizado

como exemplo de civismo, gratidão, humanismo, ufanismo e outras categorias largamente exploradas neste período.

Em 1945, o ativista Abdias do Nascimento e um "grupo de pioneiros" conclamaram a nação brasileira, sobretudo os "patrícios negros", para apoiarem a primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro em São Paulo. Esta convenção reivindicava, entre outras coisas, que se tornasse matéria de lei, na forma de crime de lesa-pátria, o preconceito de cor e de raça.

1946 — Foi instalada no Rio de Janeiro a quarta Assembleia Nacional Constituinte. Na semana comemorativa do 13 de Maio se realizou, na capital da República, a 2ª Convenção Nacional do Negro Brasileiro, presidida pelo ex-deputado federal Abdias do Nascimento. Segundo a imprensa oficial, foram tratados "diversos assuntos referentes ao negro", dentre os quais foi sublinhado como de relevante importância a manutenção do caráter apolítico da Convenção, já instituída na Convenção anterior realizada em São Paulo.

A 2ª Convenção Nacional do Negro Brasileiro ratificou o programa comemorativo da Abolição da Escravatura, que previa para o dia 11 sessão inaugural, com participação do sociólogo Gilberto Freire, apresentação de vários trabalhos, seguida de debates, com a participação inicial do antropólogo Thales de Azevedo. Para o dia 12, estava prevista romaria ao túmulo de José do Patrocínio no Cemitério do Catumbi, seguida de conferência sobre "Arte Negra"; e para o dia 13, visita à escola José do Patrocínio, no Caju, para inauguração de novas instalações. Abdias do Nascimento, na qualidade de presiden

te da Convenção, discursou na sessão de encerramento.

Paralelamente à Convenção Nacional do Negro Brasileiro, o 13 de Maio de 1946 foi comemorado pelos estabelecimentos de ensino dos subúrbios da Leopoldina com festividade cívica na Praça Tiradentes, ocasião em que foi apresentado um plano de alfabetização. O Serviço de Educação Física e de Intercâmbio Escolar recomendou ao corpo docente das demais escolas que promovesse palestras alusivas à data, assim como atividades didáticas, enfatizando o fato histórico. A Rádio Roquete Pinto, da Prefeitura do Distrito Federal, transmitiu programa de Educação Cívica enaltecendo o dia.

1947 — Em maio desse ano foi cassado o registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro - PCB. O Ministério do Trabalho interveio em quatorze sindicatos e fechou a Central Geral dos Trabalhadores. Nesse ano, mais uma vez foram lamentadas, na imprensa oficial, as proporções das comemorações do dia 13 de maio, que já tinha tido força de feriado nacional em 1946 e que "passou em brancas nuvens oficialmente". Pederneiras (1947) considera que a data mereceria alcandorada referência e a consagração do calendário das grandes festas nacionais. Para ele, a Abolição da Escravatura neste arbitrário ano foi comemorada quase despercebidamente, apenas com anêmicas notícias sumárias, entre estas, a da exposição bibliográfica e iconográfica sobre a Princesa Isabel, Castro Alves, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio organizada pelos alunos da cadeira de Bibliografia e Referência do curso de graduação em Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.

13 DE MAIO DE 1948 E 1949: PROGRESSO

SEM PRECONCEITO DE COR

1948 — O 13 de Maio nesse ano foi comemorado com a divulgação, na imprensa, de que o Brasil, a partir do dia da Abolição da Escravatura, caminhava para o progresso sem preconceito de cor (JB; 13/5/1948:6).

O Quartel Central do Corpo de Bombeiros abriu seus portões para homenagear a data com concerto público executado por sua banda de música. Nos sessenta anos de extinção da escravidão no Brasil, a Escola Técnica Visconde de Cairu discordou por não ser considerado feriado nacional o 13 de Maio (JB, 14/5/1948:6). Na Câmara do Distrito Federal, longos discursos evocaram, entre outros, a Princesa Isabel e José do Patrocínio e foi requerido voto de congratulações na ata do dia.

1949 — Em 13 de Maio, Guerreiro Ramos, Edson Carneiro e Abdias do Nascimento, participantes da Conferência Nacional do Negro, assinaram convocação para o I Congresso do Negro Brasileiro, que seria realizado no ano seguinte, por iniciativa do Teatro Experimental do Negro (?). A repercussão dessa conferência, anunciando o primeiro futuro "Congresso do Negro Brasileiro", fez surgir manifestações racistas, que confrontaram "brancos" e "negros" politicamente, na tentativa de impedir a realização do referido Congresso.

Para o periódico, fonte desta pesquisa, a "civilização brasileira" apresentava e apresenta uma compreensão superior da questão racial, que neste período se encontrava ameaçada. O diário falou de movimento iniciado por "brancos in

cultos", com a adesão de "negros mais ou menos instruídos", alertando para a seriedade do fato e pedindo a atenção da elite brasileira, sobretudo dos militares graduados e legisladores, temendo que esse confronto pudesse afetar a unidade social e política do Brasil. O JB enfatizou, ainda, a necessidade de uma lei que punisse qualquer prática racista e garantisse o respeito à doutrina constitucional, perguntando como os "nossos racistas" responderiam se, após o Teatro do Negro, as associações do negro, o congresso do negro, viesse o partido político do negro para congregar essa força eleitoral na República? (JB, 13/5/1949:5).

13 DE MAIO DE 1950 E 1951

1950 — Getúlio Vargas foi novamente eleito e o Brasil perdeu para o Uruguai a Copa Mundial de Futebol. Dois meses após, o 13 de Maio foi nostalgicamente comemorado, através da Associação Cultural Castro Alves com um recital de poesias do autor do Navio Negreiro.

Mesmo sem integrar as comemorações do 62º aniversário da Abolição da Escravatura, merece registro o I Congresso do Negro Brasileiro, promovido pelo Teatro Experimental do Negro realizado no período de 26 de agosto a 04 de setembro. Este congresso contou com a participação de importantes estudiosos de seu tema, como Edson Carneiro, Thales de Azevedo, Roger Bastide, Darci Ribeiro, Oraci Nogueira e Guerreiro Ramos, entre outros.

1951 — Getúlio Vargas foi empossado na Presidência

da República. A transição da promessa de um governo democrático, e sobretudo nacionalista, e o tempo político necessário para "arrumar a casa" fizeram com que o 13 de Maio do século XIX fosse lembrado e reafirmado nesse ano, como considerada prova do espírito democrático da Princesa Isabel que, sancionando a Lei Áurea, "nivelou todas as pessoas humanas, dando-lhes o direito de viver livres na mesma sociedade, situando-as na verdadeira condição de gente — brancos e pretos..." (JB, 15/5/1951:5).

13 DE MAIO DE 1952, 1953 E 1954

1952 — Este ano se iniciou com a decretação do retorno do capital estrangeiro. Nas comemorações do 13 de Maio, o Comitê de Estudos do Problema Monárquico (8) publicou manifesto pelo transcurso da Lei Áurea, reafirmando que a Abolição fora efeito do trabalho da monarquia, e conclamando aqueles que cultuavam os "sadios princípios de tradição brasileira" a participarem da comemoração em homenagem à Princesa Isabel. Os monarquistas brasileiros realizaram missa na Igreja da Cruz dos Militares.

1953 — Em 13 de Maio, os ex-escravos homenageados com lanche no Palácio do Catete por ocasião da comemoração do meio centenário (1938) voltaram à cena, desta vez trazidos pelo Jornal do Brasil, com o objetivo de saber dos ex-escravos ainda vivos suas impressões sobre aqueles "segregados tempos", em que se não falava de reivindicações sociais, e que, para aquela classe desprotegida, a lei só previa trabalho de graça

e sofrimento. Para o periódico, com o qual trabalhamos, interessava fixar o número de ex-escravos que sobreviveram na Capital Federal da República. Com esse propósito, a equipe de reportagem dirigiu-se para o ex-asilo da Velhice Desamparada, denominado juridicamente de Fundação Visconde Ferreira de Almeida e popularmente conhecido como Casa de São Luiz, em São Cristóvão, Rio de Janeiro.

O Jornal do Brasil encontrou quatro ex-escravos na faixa etária aproximada de cem anos. Falou primeiramente com Maria Joaquina Pereira, que se apresentou com cento e sete anos de idade. A fisionomia da ex-escrava levou o repórter a classificá-la como tendo sido uma "mulata muito bonita de olhos azulados" (JB, 13/5/1953:1).

O depoimento da centenária senhora ex-escrava é enternecido e conformado em comparação ao seu atual estilo de vida. Referindo-se à escravidão, disse ela:

"Sinhozinho — aquilo é que era tempo bom. Todos tínhamos casa, comida e, está claro, a gente tinha de trabalhar. Pois então o 'Senhor' haveria de querer que a gente só comesse e dormisse?"

Indagada sobre a tortura, respondeu: "tudo depende do modo da gente encarar as coisas. Nunca achei ninguém ruim pra mim" (op. cit.). A reportagem concluía com trechos da entrevista de um outro senhor de cento e quatro anos, falecido três dias antes do 13 de Maio daquele ano. Esse ex-escravo falou com certo bucolismo da difícil vida da escravidão; relatou uma violenta surra que levou por ter-se interessado por

uma "mulatinha cria da fazenda". Sorrindo, referiu-se a um enorme medo que sentiu quando, já livre, um menino branco lhe disse que, por determinação governamental, a escravidão iria voltar. "Que menino levado aquele!"

Em homenagem ao 13 de Maio, o Departamento de História e Documentação da Secretaria de Educação da Prefeitura organizou exposição comemorativa, exibindo documentos oficiais, fotografias, livros e instrumentos de torturas. Nesse ano, o Teatro Experimental do Negro convidou negros e brancos, autoridades públicas, associações cívicas, entidades culturais e recreativas para estarem presentes junto ao monumento a José do Patrocínio, localizado nos fundos da Biblioteca Nacional. Ali, o Teatro Nacional do Negro, ao lado da União dos Homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil (9), Orquestra Afro-Brasileira (10), Sindicato dos Assistentes Sociais promoveu uma significativa comemoração, quando a atriz Léa Garcia interpretou um poema enaltecendo a "Mãe Preta". Realmente, o Teatro Experimental do Negro não poupou esforços para comemorar con dignamente o dia 13 de Maio (13/5/1954:6).

Em maio de 1954, Getúlio Vargas anunciou o aumento de cem por cento do salário mínimo. Segundo a imprensa oficial, apesar de ter sido abolido o feriado do dia da Abolição, brasileiros de todas as cores, festejam dentro de suas possibilidades, a data de 13 de Maio (JB, 13/5/1954:6, grifo nosso).

As bandas de música militares da Marinha e dos Fuzileiros Navais abrilhantaram a homenagem à Princesa Isabel, organizada pela União dos Homens de Cor. O encerramento das comemorações do dia 13 de Maio em 1954 ficou sob a responsabili

dade do Teatro Experimental do Negro que promoveu o "Baile da Abolição" nos salões do Club de Regatas do Flamengo, sendo a apresentação *show* com participação de artistas negros do teatro, rádio e cinema.

13 DE MAIO DE 1955: DIA NACIONAL DO
TRABALHO LIVRE

1955 — A indagação pela não proclamação do 13 de Maio como feriado nacional foi mais uma vez colocada a público nas comemorações da Abolição da Escravatura no Brasil. José Nabuco lamentou que o parlamento brasileiro tenha suprimido o feriado nacional referente ao dia da Abolição da Escravatura, que, segundo ele, era uma das maiores tradições em termos de datas cívicas no Brasil.

O filho do abolicionista Joaquim Nabuco entendia que, em um país com um considerável número de feriados, o 13 de Maio, que relembra uma das páginas da nossa História, não deveria, de maneira alguma, ser riscado do calendário oficial, sob pena de se cometer, contra a memória daqueles que defendiam a Libertação, uma grave injustiça. José Nabuco, com o firme propósito de ver o dia 13 de Maio reafirmado como feriado nacional, procurou articular uma tentativa de reparar "esse erro que é também uma dolorosa injustiça", propondo que o dia da Abolição, por "imposição espiritual e conservadora", passasse a ser o Dia Nacional do Trabalho Livre, justificando que o Dia do Trabalho no Brasil, ã "imitação" da Rússia, se festeja a 1º de maio, "copiando" a pátria de Stálin. Segundo

ele, outros países comemoram a data em outros dias e cita como exemplo os Estados Unidos, que o fazem na primeira segunda feira de setembro.

A proposta de José Nabuco não era apenas de ver o dia da libertação dos escravos reconhecido pelo poder público enquanto feriado nacional; a proposta revestia-se também de uma preocupação ideológica que promoveria a independência ante o calendário nacional soviético (JB, 13/5/1955:5).

Em 1955, a Abolição foi homenageada no seu dia, sendo comparada pela imprensa com o fim da escravidão negra nos Estados Unidos. Lá, a abolição foi resultado de uma guerra civil, enquanto no Brasil a "libertação foi realizada com disursos e flores". Cardoso (1955) conta que, no recinto da Câmara, quando foi assinada a lei, o embaixador americano mostrou desejo de obter algumas flores daquelas que estavam sendo jogadas no plenário, a fim de enviá-las para o seu país, alegando que os seus patrícios haviam feito a abolição dos escravos, mas com sangue.

Sessenta e sete anos após a Abolição, o articulista citado acima, assistindo às comemorações do 13 de Maio, comparou o regime da escravidão com a ideologia comunista, afirmando não haver mais "escravo negro", pois a Abolição libertou a raça negra do regime que a oprimia. Nesse período, surgiram, segundo ele, os "escravos brancos", ou seja os habitantes dos países dominados pelo comunismo (JB, 13/5/1955:5).

Nesse ano, as comemorações do 13 de Maio geraram sentimentos patrióticos piegas, sugerindo "liberdade" e "bondade" como "ideais da alma brasileira", vez que "entre nós cor

não significa inferioridade" (JB; 13/5/1955:3).

Cumprindo determinação de Secretário Geral de Educação e Cultura, a Biblioteca Municipal montou exposição bibliográfica sobre a data. A Associação Brasileira de Imprensa, em colaboração com a Cruzada Tradicionalista Brasileira, realizou sessão solene em homenagem ao 13 de Maio e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro homenageou o dia da libertação dos escravos discutindo sobre Castro Alves, o poeta da libertação.

13 DE MAIO DE 1956, 1957 E 1958:

PRIMEIRO MAPA DE UM QUILOMBO

1956 — Novo governo toma posse e, nesse ano, não há registro de comemorações significativas, realizadas nos locais públicos. A Cruzada Tradicionalista Brasileira promoveu, na Câmara dos Vereadores, conferência da romancista Tetrá de Tefé, que fez explanação bibliográfica sobre a Princesa Isabel, concluindo que esta personagem histórica era uma "apaixonada" pela libertação dos escravos a ponto de não permitir que se prendessem os negros que procuraram abrigo nos jardins do palácio onde morava (JB, 13/5/1956:6).

Em 13 de Maio de 1956, a lei contra o preconceito racial, de autoria do então deputado Afonso Arinos de Mello Franco, foi citada como exemplo para esclarecimento da opinião pública, que erroneamente atribuiu a autoria ao Chefe de Estado.

Como no ano anterior, o articulista Benevenuto Cardoso repetiu a mesma afirmação de que "escravos brancos sofrem

tanto como os negros de outro tempo" pela dominação do comunismo e da ditadura. Segundo ele, esses esperam uma "Lei Áurea" que os liberte da escravidão (JB; 13/5/1956:5).

1957 — O 13 de Maio foi assinalado por cientistas sociais que analisavam a escravidão e as mudanças sociais evidentes na sociedade brasileira naquela época. Edson Carneiro se ateve em classificar os trabalhadores escravos, concluindo que a escravidão proporcionou, a cada tipo de trabalhador, oportunidades diversas de ascensão social, inclusive preparando a massa inicial que, como demonstram os dados do Recenseamento de 1872, forjaria, no futuro, o proletariado nacional (JB, 12/5/1957:59:2).

Manuel Diegues Júnior mostrou a herança do negro e a "contribuição africana" no panorama da cultura brasileira, examinando as diversidades regionais e relativizando suas transformações.

Costa Pinto analisou a "mudança social e as relações humanas no Brasil". O autor opôs os padrões tradicionais às mudanças sociais de sua época e mostrou que, no plano conceitual, a feição principal e dominante dessa fase da transformação nacional é o que se pode chamar de marginalidade estrutural — a coexistência de dois padrões de organização social, o "velho" e o "novo" (JB, 13/5/1957:59:2). Ele indicou dois setores da vida social brasileira onde esta oscilação entre a ordem e a tensão social se evidenciavam no campo das relações raciais e no das relações de classe. No desenvolvimento da sua teoria, apresentou a categoria "CRIPTORACISMO", mostrando que a sua principal característica consiste em "marcar a im

portância que realmente se atribui ao fato racial nas relações sociais". E chamou atenção para o fato de que o parlamento brasileiro, considerando que "não há preconceito racial no Brasil", aprovar uma lei estabelecendo multas e penalidades para todos aqueles acusados de racistas. Com este exemplo "não é difícil prever os problemas que surgem na vida diária quando esta situação embora de modo menos formal se manifesta em muitas outras esferas das relações sociais entre brancos e não-brancos no Brasil" (JB, 12/5/1957:59:2).

Álvaro Gonçalves descreveu o "Quilombo da Jaíba", localizado no norte de Minas Gerais, citando Artur Ramos em nota como prova documental da genealogia dos quilombos.

Segundo a nossa principal fonte, "pela primeira vez era publicado o mapa de um Quilombo" (JB, 12/5/1957:3). Trata-se de um documento fotografado em Portugal sobre a planta do Quilombo do Buraco do Tatu, exterminado pelo governo colonial em 1763.

A Cruzada Tradicionalista Brasileira, em comemoração ao 13 de Maio, lançou, em solenidade especial, a idéia, unanimemente aprovada pela maioria que lotava o auditório da Câmara do Distrito Federal, de se erigir um monumento condigno à Princesa Isabel, sancionadora das Leis do Ventre Livre, dos Sexagenários e da Abolição.

O monumento deveria reproduzir o gesto de José do Patrocínio subindo de joelhos os degraus do Trono, enquanto a Princesa tinha os olhos postos no céu. No pedestal, ver-se-iam episódios de Palmares, de Jabaquara e do Leblon, mostrando o pendor da raça escrava pela liberdade. No meio, a figu

ra sublime da mãe velha alimentando o menino branco (JB, 15/5/1957:8).

Segundo os organizadores, o autor do monumento seria escolhido entre artistas brasileiros e estrangeiros radicados no país. O monumento, orçado em cem milhões de cruzeiros, seria erigido na Praça XV — antigo Largo do Paço — com recursos provenientes de donativos.

Os alunos do Liceu de Artes e Ofícios prestaram homenagem aos vultos da Abolição, com a presença de autoridades da educação e políticos.

1958 — No 13 de Maio desse ano, os intelectuais voltaram a escrever sobre a escravidão e abolição. Edson Carneiro constatou que, setenta anos depois da Abolição, a Princesa Isabel "permanece no coração do povo". Nesse ano, uma nota foi veiculada criticando o governo que, sempre tão festivo, não fazia qualquer comemoração do dia em que a Nação foi integrada como unidade de homens livres.

O espaço ocupado por intelectuais na imprensa entre 1957 e 1958 foi favorecido pela criação de um caderno no Jornal do Brasil intitulado "Estudos Brasileiros - Assuntos Internacionais", onde eram publicados os ensaios.

13 DE MAIO DE 1959: FERIADO NO EX-FERIADO,
FUTEBOL E ELEIÇÕES

Em maio de 1959, Fidel Castro visitou o Brasil e, no dia 13, foi decretado feriado meio-expediente na Capital Federal, em virtude da partida de futebol a ser disputada entre

Brasil e Inglaterra, em comemoração ao Dia da Abolição da Escravatura no Brasil.

Há muitos anos que não era declarado feriado o dia 13 de Maio. Segundo nossos dados, esta medida caracterizou uma manobra pré-eleitoral, feita pelo então Presidente da Republica. Foram enfatizados, nesse ano, os esforços envidados para a consolidação de uma "verdadeira democracia racial", considerada ameaçada através da "ação condenável de indivíduos e grupos de nossa coletividade". A pesquisa revela um significado nacionalista para a data da Abolição — o dia da Lei Áurea sendo interpretado como exemplo democrático, o agrupamento das categorias de classificação racial brasileira. O 13 de Maio foi divulgado como o "Dia da raça brasileira", sendo, portanto, o dia da "Princesa Isabel, dos negros e dos mestiços brasileiros — até dos nossos índios e brancos cada vez mais raros" (JB, 13/5/1959:3).

A partida de futebol entre Brasil e Inglaterra (11) foi, segundo Édison Carneiro, um jogo simbólico, que representou uma homenagem aos "pretos, ao 13 de Maio, principalmente porque a expectativa de *goals* sobre o adversário estava em Pelé e nos outros três craques brasileiros "descendentes dos escravos que os ingleses ajudaram a libertar" — Didi, Canhoteiro e Djalma Santos — que jogaram ao lado de sete jogadores "brancos". Só se justificaria o "feriado no ex-feriado", se a vitória fosse garantida pelos "autênticos mestres do futebol moderno — os negros".

Guerreira Ramos interpretou como "absurdo", o ato de ter declarado feriado devido a um jogo de futebol, quando o 13 de Maio já não era mais considerado nem feriado nacional

nem ponto facultativo. O sociólogo explicou que, embora o futebol seja uma modalidade esportiva que mereça atenção governamental, "pois exprime o valor eugênico da raça", não se justifica o seu esquecimento e assim se exprimiu:

"O esquecimento do 13 de Maio, data que deveria ser eternamente comemorada, por lembrar ter sido o Brasil, entre todos os países do mundo, quem deu a solução democrática ao problema das relações de raça — 13 de Maio não é só dos negros. É do próprio povo brasileiro."

O Diretor do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, o sociólogo Costa Pinto, lembrou que o feriado da Abolição fora abolido do calendário oficial por ser considerado um excedente que interferia no ritmo de trabalho do país. Costa Pinto admirou-se ao ver, depois de muitos anos sem comemoração, o 13 de Maio voltar a ser homenageado pelo governo e pela população, por força de um jogo de futebol entre brasileiros e ingleses, sendo inclusive decretado feriado de meio-expediente. Na sua opinião, o jogo deveria ser realizado à noite, em homenagem ao 13 de Maio, não devendo o feriado desse dia ser uma homenagem ao jogo. Costa Pinto, dessa forma, considerou que a "integração do negro brasileiro à sociedade é cotidiana", integração constantemente dificultada pelo sentimentalismo despejado sobre a questão racial brasileira (JB, 13/5/1959:8).

Em 1959, o Brasil comemorou a Abolição da Escravatura no mesmo dia em que os judeus de todo o mundo celebram o

aniversário da Criação do Estado de Israel. O 13 de Maio ficou, assim, por duplo título, "um dia tenebroso para os racistas — e uma data radiosa para os verdadeiros democratas" (JB, 13/5/1959:3).

Nas comemorações dos dois anos anteriores, ficou claro o corte profissional de alguns dos pioneiros cientistas sociais sobre o "problema do negro" no âmbito da antropologia brasileira, que, segundo Mariza Corrêa (1987), foi recolocado em cena em outros termos, mas ainda figurando como sinal diacrítico nacional (12).

13 DE MAIO: PRECONCEITO E DEMOCRACIA RACIAL

A partir de 1938, começou a ser discutida a importância do dia 13 de Maio ser considerado feriado nacional. Apesar do significado atribuído em 1888, ainda no cinquentenário da assinatura da Lei Áurea a luta pela oficialização nacional do feriado daquela data continuava sem êxito. Em alguns anos, o Presidente da República decretou feriado ou ponto facultativo, mas o 13 de Maio não figurou do calendário oficial, cedendo lugar ao 1º de Maio.

Embora as comemorações da Abolição da Escravatura seguisse sempre a mesma estrutura, a cada ano surgiam características novas, podendo-se mesmo afirmar que havia opiniões contrárias: enquanto uns utilizavam-se da data para repudiar o preconceito étnico, outros valiam-se dela para conclamar a democracia racial.

Os negros ilustres passaram a ser denominados "ho

mens de cor" e os não nobres ficaram sem classificação. Estes são exemplos do passado?

Pela primeira vez em nossas fontes começou a aparecer a categoria "afro-brasileira" e foi neste período que despontou o Teatro Experimental do Negro — TEN, por iniciativa de Abdias do Nascimento.

Mesmo com a crítica ao racismo dominante — ora ganhando, ora perdendo para o Estado o controle da festa —, esta data foi usada para expressar o repúdio ao preconceito e à dominação dos brancos sobre os negros. Palmares começou a ser referido pela imprensa e a revolta dos quilombos apareceu em notícias e ensaios jornalísticos. Entretanto, não se deixou de homenagear a Princesa, os abolicionistas e os escravos e até aqueles que criticavam durante o racismo elogiavam a Alteza Regente.

A lei contra a discriminação, promulgada com a Constituição, foi amplamente discutida e serviu como uma garantia de que existia — e ainda hoje existe — preconceito e não de mocracia racial.

O 13 de Maio não foi colocado em oposição ao 1º de maio, também por desejarem alguns se livrarem do comunismo, já que o "Dia do Trabalho" foi instituído na mesma data na União Soviética.

Houve, nesse período, um ressurgimento dos estudos sobre o negro e novos sociólogos se manifestaram criticando Gilberto Freire. A UNESCO, através do esforço de Costa Pinto, financiou o projeto que fez nascer no Brasil um corpo qualificado de pesquisas sobre o negro.

Sem dúvidas, o 13 de Maio sempre foi a data que religou e uniu pessoas e grupos e novos personagens sempre entraram no debate da festa que congrega pretos e brancos, monarquistas, republicanos e comunistas, católicos e positivistas, ex-escravos que descartam o período escravagista e novos sociólogos que apontam as desigualdades raciais. Parece, no entanto, que o espírito festivo domina o pensamento reflexivo e crítico e, no imaginário popular, o 13 de Maio é "dia dos escravos", festejado nos terreiros, quando voltam à comunidade os ancestrais, dando receitas para a cura de males espirituais e materiais. Na segunda parte deste trabalho, será discutida a apropriação da data 13 de Maio pelos terreiros e a realização dos cultos que internalizam e individualizam a festa, destituindo-lhe o caráter histórico e acentuando-lhe características religiosas e transformadoras.

SEGUNDA PARTE

A FESTA DOS PRETOS VELHOS

Nesta parte da dissertação, será descrito, em três capítulos, o desenrolar da festa do 13 de Maio por três décadas: os anos 60, 70 e 80.

Verificou-se que a estrutura comemorativa permaneceu a mesma também nesse período, ligando e religando grupos e segmentos diversos, e novos elementos foram acrescentados, ampliando tanto a natureza quanto o nível das comemorações. A Umbanda e os pretos-velhos; o Candomblé e os orixás; a "cultura negra"; os intelectuais, que se dedicam ao estudo e constituição do campo "africano" no Brasil, e os movimentos negros.

Até os primeiros anos da década de 70, os herdeiros da Princesa Isabel lutavam pela posse de seus despojos, também reivindicada pela Igreja, através da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, e pelo Estado. Como não interessava mais a nenhum setor da sociedade brasileira liderar as comemorações relativas à Abolição da Escravatura, a festa foi adotada pelo "povo de santo", que criou condições junto ao Estado para que seus rituais se sobressaíssem nas comemorações, enquanto os intelectuais se dividiam para ganhar lugar e legitimar as celebrações populares.

Apesar de o 13 de Maio continuar, por todos estes anos, como uma festa para a qual todos são chamados a participar, o movimento negro se opôs ao significado que imputavam a esta data, em esforço para construir novo símbolo.

CAPÍTULO I

OS ANOS 60

Os anos 60 serão descritos a partir da visão que, nesta festa, a estrutura organizacional comporta sempre novos personagens, o que reitera a ideologia da nação constituída por três raças. O Estado continuou sempre presente nas comemorações do 13 de Maio.

1960 — Começava a década de 60, quando Juscelino Kubitschek inaugurou Brasília e transferiu a capital da República para o Planalto Central. Segundo cálculos do Padre Luís Gregório Vieira, 25 mil pessoas visitaram a capela de Nossa Senhora da Lampadosa, construída pelos escravos.

Por ocasião das escavações realizadas para a construção dessa igreja, foi encontrada uma urna com ossadas de escravos, naquela data colocada junto ao Cruzeiro onde os fiéis fazem suas orações. Foi a partir da remodelação da Capela, em 1936, que pessoas passaram a acorrer, às primeiras segundas-feiras do mês e no dia 13 de Maio, ao Templo das Almas Cativas para prestarem, através de seus atos, a sua devoção (JB, 14/5/1960:7).

1961 — Jânio Quadros tomou posse na Presidência da República e, a 13 de Maio daquele ano, foi oficialmente fundada a Associação 13 de Maio, pelo vice-presidente da Portela, entre outros.

Para a festa de fundação da nova agremiação e posse da primeira diretoria, essa Associação promoveu, na sede nova do Clube de Regatas Flamengo, um interessante evento: a festa-concurso para escolha da primeira "Miss Escurinha" (1) da Guanabara, que, segundo os organizadores, não tinha fins lucrativos. Disputaram o título doze candidatas, entre elas

representantes do bloco carnavalesco "Quem Fala de Nós Não Sabe o Que Diz", do Grêmio Rui Barbosa, do Salão Dejá, do Palestino Futebol Club, do Engenho Novo, da Escola de Samba Unidos do Cabuçu, do Bonsucesso e de O Globo.

A comissão julgadora, constituída por escritores, jornalistas e artistas plásticos, julgou os quesitos beleza, desembaraço social e desfile. A vencedora recebeu como prêmio uma viagem a Caxambu, Minas Gerais, com direito a acompanhante, além de outros brindes oferecidos pelo Departamento de Turismo e por estabelecimentos comerciais.

1962 — a Associação Metropolitana de Estudantes Secundários - AMES, com o apoio da União Nacional dos Estudantes - UNE e com a participação da Orquestra Abigail Moura, do Teatro Experimental do Negro, promoveu ato público em comemoração ao 13 de Maio. Este evento foi prestigiado com a presença de várias personalidades, entre elas o Sr. Z. Cevenka, assessor do governo de Gana para assuntos atômicos, que se encontrava no Rio de Janeiro.

1963 — Nas comemorações do 13 de Maio deste ano, realizou-se a primeira Concentração do Homem de Cor, com o objetivo de comemorar os setenta e cinco anos da Abolição da Escravatura. A solenidade compôs-se de duas missas, uma em ritmo latino e a outra em ritmo oriental. O vigário da Diocese do Rio de Janeiro anunciou para o ano seguinte uma comemoração de maior vulto (JB, 14/5/1963:10).

Em 1963, foram divulgados vários assuntos nos eventos comemorativos ao 13 de Maio em São Paulo. Entre eles, estava a abertura das comemorações, feita pela Escola de Samba

Acadêmicos do Salgueiro, que havia sagrado-se campeã com o enredo "Chica da Silva" — mulata que se tornou fidalga ao tempo da escravidão em Minas Gerais. Foi criado, também, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o Movimento Universitário Negro - MUN, que tinha o objetivo de estudar os problemas brasileiros e de raça, com finalidades reivindicatórias de igualdades de direitos, oportunidades de apoio cultural e racial aos estudantes e famílias negras e às sociedades que visavam a melhoria e aprimoramento cultural do negro brasileiro (JB; 19/5/1963:20).

GOLPE MILITAR — ZUMBI: ÚLTIMO DOS REBELDES

1964 — No início de maio de 1964, o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba e, no dia 13 de Maio, foram veiculadas várias versões históricas sobre o Quilombo dos Palmares, nas quais são enfatizados o aspecto da rebeldia e das expedições e o ataque final que resultou na destruição de Palmares.

Em todos os três primeiros meses de 1964, a situação política do país era de muita tensão, pelas arbitrariedades militares que conspiraram o golpe de março do mesmo ano. O impasse em que vivia a sociedade naquele período não era, de forma alguma, favorável a comemorações. Tal circunstância motivou o periódico, fonte desta pesquisa, a divulgar o líder Zumbi como o "último dos rebeldes" (JB; 13/5/1964:4).

Diante dessa minada situação, em homenagem ao dia 13 de Maio, a Igreja, através do Padre Bertrand de Magerie S.

J., registrando suas opiniões sobre o cristianismo e a abolição da escravatura, citou o Documento Pontifício nº 140 e a carta que o Papa Leão XIII enviou aos Bispos do Brasil, falando sobre a Abolição. Segundo Joaquim Nabuco, Leão XIII era "possuído, dominado, inflamado pelo fervor anti-escravagista". Para o padre citado, o Papa da Rerum Novarum foi o "libertador" dos Escravos Brasileiros", conforme pedido de Joaquim Nabuco.

A leitura da Encíclica Rerum Novarum, no dia 13 de Maio de 1964, não poderia deixar de se revestir do significado político vigente. O Pe. Bertrand Magerie, diante das manifiestações políticas, afirmou que a sociedade viveu "sem derramamento de sangue a libertação do Brasil da iminente escravidição comunista que o ameaçava seriamente". Este sacerdote perguntava a si mesmo se, para libertar os "escravos sócio-econômicos" de 64, era preciso apoiar, defender e instaurar o regime comunista. Na sua visão cristã, o comunismo era um regime de escravidão que não favorecia às "novas leis áureas da harmonia social brasileira" (JB, 14/5/1964:5).

1964 — Este ano se iniciou com o Fundo Monetário Internacional - FMI concedendo crédito de 125 milhões de dólares ao Brasil, e, nesse ano, as comemorações do 13 de Maio foram concorridas e polemizadas.

NOITE DE MACUMBA; DIA DE PRETOS-VELHOS E
A INCONSTITUCIONALIDADE DO EX-FERIADO NO
RIO DE JANEIRO

A Federação das Indústrias da Guanabara - FIEG inin

gressou no Tribunal de Justiça com uma ação declaratória, visando tornar inconstitucional lei da Assembléia Legislativa do Estado, que instituía o feriado de 13 de Maio em 1965. Nesse ano, foi comemorado o Quarto Centenário da Cidade, oportunidade em que a Secretaria de Turismo incluiu num calendário paralelo uma programação específica sobre o dia da Abolição da Escravatura, a ser "realizada no Maracanã, sob o título de Noite de Macumba", organizada pela Confederação Espírita Umbandista (2). No afã de ver aquele estádio lotado, articulações políticas conduziram o Legislativo Estadual a instituir — sem sucesso — o ex-feriado nacional em feriado estadual naquele momento.

Argumentos contrários à instituição do feriado foram apresentados. A Federação das Indústrias da Guanabara lembrou, em sua ação, que a Lei nº 570/64 fora vetada pelo Governador Carlos Lacerda, mas o veto foi rejeitado pelo plenário da Assembléia do Estado e o feriado vigorou. Com isso, a ação da Federação das Indústrias foi julgada em sessão especial (JB, 11/5/1965:5). Para a "Noite de Macumba" foram convidados, entre outros, o Governador Carlos Lacerda e Pelé, que, em princípio, aceitaram o convite de participação, mas depois se desculparam por não comparecer, alegando contratempos ou compromissos assumidos anteriormente.

O não comparecimento das duas personalidades deu margem a várias interpretações. Pelé fora convidado para, além de prestigiar o espetáculo, coroar com o título de "Mãe Preta do Ano" a Mãe-de-Santo Maria Baihiana do Espírito Santo, popularmente conhecida como Mãe Senhora (3) do Axé Opô Afonjá

tradicional Terreiro de Candomblé baiano. Segundo a imprensa oficial, a "macumba do dia 13 não atraiu Pelé". A festa foi seguida de uma evocação à Guerra do Paraguai, sendo apresentada uma peça de teatro sobre um terreiro na qual as famílias dos escravos levados para o campo de batalha ficavam rezando por eles. Do quadro, faziam parte o lamento das lavadeiras, junto à Igreja de São Jorge, e o Tata de Igorossi (pai-de-santo), fazendo preces aos orixás, convocando seus filhos para a guerra. Numa teatralização sincrética, foi mostrado São Jorge e Ogum, em cenas de vitória das forças brasileiras na batalha de Humaitá, na Guerra do Paraguai. Um desfile apoteótico finalizou a "Noite de Macumba", sendo apresentados o panteão da Umbanda, do Candomblé, escravos, lavadeiras, carregadores de andor e a Princesa Isabel (JB, 14/5/1965:5).

A ausência do Governador Carlos Lacerda no "Festival de Macumba no Estádio do Maracanã" foi interpretada por alguns dos organizadores das festas como uma consequência da discussão que girava em torno da classificação do evento, se folclórico ou ritual. A mesma fonte identificou, na atitude do governador, uma ligação com o "pouco interesse" demonstrado pela Secretaria de Turismo sobre a festa, em que pese tê-la incluído no calendário oficial do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. A rainha do IV Centenário, que deveria receber homenagem especial dos Orixás, também não compareceu.

Apresentou-se, no Maracanã, a Orquestra Afro-Brasileira que, na ocasião, explicou a origem etmológica da palavra macumba ("instrumento musical africano que dá som de coisa raspada"), e o "conjunto folclórico" Afoxé Xapanã, com cento

e cinquenta figurantes, interpretou o quadro "A Senzala", em homenagem à Abolição da Escravatura.

A Confederação Espírita Umbandista declarou não haver nenhum sentido religioso na "Noite de Macumba" mas apenas folclórico, confirmando as declarações do Cardeal Dom Jaime Câmara, que afirmou à imprensa não estar o povo esclarecido sobre a promoção. A Confederação declarou, ainda, que o "Festival de Macumba" mostraria a plasticidade da "seita", configurando, assim, o que ela é sem rituais para santos da Igreja Católica, já que o título do espetáculo — "Macumba" — foi apenas uma sugestão para atrair um maior número de público. Aliás a Confederação enviara ofício ao Cardeal Dom Jaime Câmarra, no qual dava todo apoio às suas declarações e agradecia a colaboração por ele prestada para a realização da festa (JB, 13/5/1965:7).

O Maracanã, no dia 13 de Maio de 1965, se transformou num imenso "peji de Omulu", honrado por um significativo número de fiéis de terreiros do Rio de Janeiro e Salvador e pelo público em geral que pagou, para assistir à "Noite da Macumba", mil cruzeiros pela arquibancada, mil e quinhentos pela cadeira e dez mil cruzeiros pelo camarote de cinco pessoas. Por sinal, a "Noite de Macumba" não teve auxílio dos bônus do IV Centenário, pois tratava-se de uma iniciativa particular. A renda da festa foi revertida para a construção do "Hospital Umbandista", que ainda não fora construído (JB, 13/5/1965:7).

A "Noite de Macumba" teve tamanha dimensão que envolveu, além da Cidade de Salvador, uma cidade internacional, Oyó, na Nigéria, que se fez representar por uma trineta da

Princesa dessa cidade. Nesses termos, a festa do dia da Abolição da Escravatura foi também, pensando como Beatriz Góes Dantas (1988), um movimento de volta à África, liderado, ao que parece, na Bahia, pelo Axé Opô Afonjá, de tradição Nagô (Nigéria). Para a mesma autora, "a mística de valorização e volta à África encontra ressonância nos candomblés e nos pais-de-santo que não tinham condições de refazer, no sentido inverso, a viagem que um dia fora feita por seus ancestrais, seguindo um percurso que logo mais seria retomado pelos antropólogos que transitam incessantemente entre a Bahia e a Costa Ocidental da África" (op. cit., 1988:202-3). Afinal, a "Mãe-Preta", coroada neste ano, foi Mãe Senhora, do terreiro baiano no Axé Opô Afonjá, que era, segundo palavras de Prandi e Gonçalves (1989), "um terreiro que há mais de trinta anos vem se curvando de intelectuais e artistas baianos", terreiro este que serve de modelo para a restauração simbólica da mística africana (*), popularizada nos lugares de culto denominados de afro-brasileiros.

Em Niterói, cinco mil terreiros pediram permissão à Delegacia de Costumes para realizar cultos especiais até alta madrugada, em comemoração ao Dia do Preto-Velho — 13 de Maio; em Volta Redonda, foi celebrada missa de ação de graça, promovida pelo Clube Palmares, assistida "só por negros".

Na cidade do Rio de Janeiro, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos colheu mais de duas mil assinaturas para encaminhar ao Presidente Castelo Branco memorial em que solicitava a transladação, para Petrópolis, dos restos mortais da Princesa Isabel e do Conde

des a fim de cooperarem com a Irmandade. O memorial ressaltava o compromisso assumido pelo governo da República sobre os despojos da Princesa e seu cônjuge e considerava que a palavra de um homem público oriundo do militarismo constitui-se em dogma. O documento apelou, ainda, para a naturalidade do Presidente da República, evocando o ato oficiado pelo Governo Imperial com relação à Abolição da Escravatura no município de Resende no Estado do Ceará. É de se citar que, dentro os signatários desse memorial, há um major e um marechal.

A política de translação dos despojos da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, iniciada, como já vimos, em 1938, foi retomada em 1965 e definida em 1961, como veremos mais adiante, em 1971. Esta política envolveu o poder laico, o poder eclesiástico e os cultuadores do memorial imperial representado na Princesa Isabel, considerada a Redentora.

O Museu da Cidade, em comemoração ao dia 13 de Maio, organizou nesse ano exposição sobre escravatura. Foram exibidas, também, obras de artistas plásticos do século XVIII, dentre eles o mestre Valentim. O Museu de Arte Moderna expôs no Salão da Moda a Rosa de Ouro, presente do Papa Leão XIII à Princesa Isabel pela Abolição da escravatura. A peça foi exposta com policiamento especial, pois tratava-se de um ramo com nove rosas e seis botões de ouro maciço de valor inestimável.

Em 13 de Maio de 1965 foram publicados vários tre

chos da "Integração do Negro na Sociedade de Classes", de Florestan Fernandes, mostrando que esse dia não é a data máxima dos "negros brasileiros"; que o mito da democracia racial foi elaborado no sentido de impedir que a sociedade tivesse "consciência da realidade racial, convertendo-se numa formidável bandeira ao progresso e à autonomia do homem de cor" e que o processo de industrialização ofereceu ao negro a possibilidade de competir individualmente com o branco, e talvez propagar coletivamente o advento de uma nova abolição (JB, 13/5/1965:B:1).

1966 — O Alto Comando Militar decretou ato institucional, que vigorou até janeiro de 1966. Em maio deste ano a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e o Centro das Indústrias do Rio de Janeiro aguardaram a publicação da sentença da 6ª Vara Cível para dar entrada com o recurso no Supremo Tribunal Federal contra a sentença que manteve a lei promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, instituindo, como feriado estadual, o 13 de Maio. Em decorrência da lei, foi feriado o dia da Libertação dos Escravos em 1966.

As comemorações dos setenta e oito anos do aniversário da Abolição, envolveram tanto católicos quanto umbandistas. Texto jornalístico publicado dizia que o feriado era "por causa da libertação mas também há Nossa Senhora de Fátima" (JB, 13/5/1966:5).

Tradicionalmente, fiéis católicos procuravam a Igreja dos Capuchinhos na Tijuca para receberem bênção que, do ponto de vista da sua lógica, afastaria infortúnios trazidos pe

la superstição da "sexta-feira 13". O 13 de Maio desse ano caíra em uma sexta-feira, daí fiéis terem-se deslocado da Igreja dos Capuchinhos para a Igreja de São Benedito dos Homens Pretos a fim de serem abençoados. Ao contrário dos anos anteriores, a Igreja dos Capuchinhos teve, naquele dia, um movimento normal de fiéis, com freqüência bastante reduzida. Segundo dados reunidos, poucos foram aqueles que procuraram aquela Igreja para receberem bênção especial no dia 13 de Maio, antes procurando, para esse fim, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

O dado relevante para se pensar esse deslocamento de fiéis de uma igreja para outra, no dia 13 de Maio, está no fato de que a igreja que abriga a Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos, à época, vinha-se preparando para transformar o seu Consistório em "museu do negro", depois de ter sido sede da Academia de Medicina e do Instituto Histórico e Geográfico. Este museu, na década de 80, abrigava a devoção à "Escrava Anastácia". O mito deste culto gera acirradas contradições entre a Irmandade, a Diocese do Rio de Janeiro, fiéis e lideranças leigas propagadoras da "Santa Escrava Anastácia", o que acabou por levar ao fechamento do "Museu do Negro" (5).

Na capital paulista "homens de cor" homenagearam a "Mãe Preta" e o Presidente Kennedy, dos Estados Unidos, com uma missa e um *show* folclórico numa gafieira. O "Clube 220", entidade "negra", promotora do evento homenageou Kennedy por o considerar:

"O primeiro estadista contemporâneo a procurar

a integração racial definitiva". Esta mesma entidade elegeu neste ano a 'Bonequinha Café 1966' que depositou flores no monumento da 'Mãe Preta' e, à noite, foi a estrela do 'show folclórico' na gafieira Som de Cristal." (JB, 14/5/1966:11)

Nesse mesmo ano, a tese de Florestan Fernandes, cuja elaboração e defesa vinha desde 1964, foi divulgada no dia 13 de Maio como referencial teórico utilizado pela grande imprensa. A partir da forma idealizada por Joaquim Nabuco, da "União das Raças na Liberdade", o sociólogo opina ser necessário que o branco tome iniciativas fundamentais para facilitar e promover a integração do negro à sociedade brasileira, em condições de igualdade racial.

Maria Clotilde Hasselmann escrevendo sobre "A Bela Luta da Cor", em 13 de Maio de 1966, faz um panorama cruzando gênero com a questão racial, fazendo um recorte pelo dilema da "preta brasileira" que "ou é baiana, símbolo nacional da sua categoria como artista, ou é cozinheira". Segundo Hasselmann, o 13 de Maio é uma data festiva, que não passa sem algumas nuvens escuras de desconfiança e tristeza (JB, 13/5/1966: 1).

1967 — No mês de março, Costa e Silva foi empossado na Presidência da República, como mais um avanço da chamada linha dura do Exército que, arbitrariamente, piorava as relações institucionais e sociais entre poder civil, militares, movimento estudantil, Igreja e Estado. Nesse ano, a Secretaria de Educação do Estado resistiu em decretar feriado escolar no dia 13 de Maio, o que não impediu o corpo docente de

programar eventos, em suas salas de aulas, em comemoração à data.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos foi incendiada e entrou solenemente em reconstrução no dia da Abolição da Escravatura. A administração regional de Campo Grande, comemorando a Abolição, promoveu na Praça dos Pretos-Velhos, em Inhoaíba, festa de congratamento de Terreiros de Umbanda.

Em Recife, foi realizado o II Festival de Xangô. René Ribeiro falou da unidade sincrética entre "padres negros" e "padres católicos" (JB, 14/5/1967:10).

No dia 13 de Maio de 1967, a África do Sul foi lembrada pela imprensa oficial que considerou o *Apartheid* "uma escravidão marcada" (JB, 12/5/1967:5).

Vimos, neste capítulo, que a festa comemorativa à Abolição da Escravatura, também neste período, mesmo não sendo mais organizada pelo Estado, continuou patrocinada ou apoiada por ele. Os terreiros se tornaram presença marcante com seus eventos comemorativo-religiosos e houve anos em que os intelectuais "africanistas" participaram, inclusive recriando uma "cultura negra". Mesmo com estes acréscimos, as entidades que, desde a assinatura da Lei Áurea, festejavam a data continuavam participando das comemorações.

Notou-se uma perspectiva desenvolvimentista e Florestan Fernandes imprimiu nova crítica à ideologia da democracia racial.

A festa, no entanto, continuou disciplinada e o 13 de Maio se reforçava também como o Dia do Preto-Velho, cuja

origem e espírito da homenagem, de alguma forma, talvez remonte ao lanche oferecido aos ex-cativos, por ocasião da comemoração do aniversário da assinatura da Lei Áurea. A figura do preto-velho, que antes não aparecia na imprensa, tomou vulto em festa pública, patrocinada por recursos municipais e concursos de beleza negra começaram a surgir.

À Delegacia de Costumes cabia regular e permitir que os terreiros se apresentassem em praça pública.

Cinema novo, monarquistas, intelectuais, pretos-velhos, Igreja, irmandades e inúmeras outras entidades continuaram cultuando a Princesa, tornando-a como um dos principais símbolos da igualdade racial. As categorias preto, escuro, claro e negro começaram a ser mais freqüentes na imprensa.

O Treze de Maio estabeleceu-se como festa popular, disciplinada sem atrair as grandes concentrações comuns até o primeiro cinqüentenário.

CAPÍTULO II

OITENTA ANOS DE ABOLIÇÃO

— OS HERDEIROS DA PRINCESA

Neste capítulo, veremos a luta pela posse dos despojos da Princesa Regente Imperial interina, que significa a vitória da Igreja com o apoio do Estado sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos.

1968 — A Semana Comemorativa dos oitenta anos da Abolição da Escravatura foi aberta oficialmente com a celebração de missa em homenagem aos abolicionistas, na Igreja de Santa Efigência e Santo Elesbão, com a presença da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos; Orquestra Afro-Brasileira, Clube Renascença, Museu de Arte Negra, Grupo dos Palmares de Folclore e alguns integrantes de Escolas de Samba.

Além da celebração religiosa, a programação foi extensa, tendo ocupado os espaços do Museu da Imagem e do Som - MIS, onde foi lançado o livro de Martin Luther King, "Não Podemos Esperar", e de Abdias do Nascimento, "O Negro Revoltado". Houve, também, no mesmo espaço, a exibição do filme da Marcha sobre Washington, realizada em 1965 e liderada por Martin Luther King, a exibição do filme Ganga Zumba, de vários documentários e uma conferência. Na Associação Brasileira de Imprensa - ABI foi programado debate, aberto ao público, sobre a "posição do negro no mundo". O Governo do Estado, a Secretaria de Turismo e outras entidades convidadas foram homenageados com um jantar de confraternização.

No Teatro João Caetano, houve *show* de "artes negras Brasil-África" com apresentação de Zé Keti, Ataulfo Alves e suas Pastoras, o Trio ABC, conjuntos folclóricos e de Martinho da Vila. Este *show* foi seguido de desfile de moda com mo

tivos africanos e modelos utilizados pelos escravos quando a qui chegaram.

O Intercâmbio Estudantil Brasil-Portugal, a Editora e Livraria Inaia, os Lions Clube e a Sociedade de Amigos da Tijuca promoveram, no Museu Histórico Nacional, a exposição "80 Anos da Lei Áurea". Esta mostra exibiu documentos inéditos e uma série de conferências que envolviam desenvolvimento na cional, direitos humanos, justiça, imprensa, economia, educação, engenharia, literatura, artes plásticas e música.

A Assembléia Legislativa comemorou os oitenta anos atendendo requerimento do deputado Gama Lima e da sessão de comemoração, participou um representante da Embaixada do Senegal. Em discurso, o deputado Alberto Rajão declarou não ser válido esgotar-se a comemoração do 13 de Maio por simples festejos da assinatura da Lei Áurea. Segundo ele, este dia deve servir para que se descubra a atual situação do "negro" no Brasil e a sua marginalização e que o preconceito racial não é violento porque os "negros" não têm condições de competir com os brancos, exigindo os mesmos direitos que estes têm. Para este parlamentar, o importante não era a luta contra o racismo, mas contra todos os preconceitos, principalmente os de ordem econômica, que dá origem a outros, impedindo o acesso das grandes massas aos bens materiais e culturais, que só uma sociedade justa e igual pode proporcionar (JB, 14/5/1968:7). Em Niterói, um deputado da ARENA solicitou à Mesa Diretora a provação do projeto de sua autoria que concedia cidadania fluminense, *post-mortem*, a Martin Luther King.

A Câmara dos Deputados, em Brasília, comemorou o oc

togésimo aniversário da Abolição, com representantes da ARENA. Agnelo Rossi, depois de ter celebrado missa de Ação de Graças pelo dia da Abolição, exaltou "o amor humano no mundo degradando as lutas existentes na atualidade". Nesse ano, o Movimento Universitário Negro, liderado por graduandos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, reivindicou direitos iguais em todos os níveis. Em Curitiba - PR, o chefe da Agência de Colocação da Delegacia Regional do Trabalho revelou que "há acentuado racismo nas empresas do Paraná, muito embora de forma velada". No Ceará, um estudante do cor foi impedido de entrar no Clube de Regatas do Banco do Ceará, onde alunos do Colégio Castelo Branco promoviam festa comemoratativa ao 13 de Maio (JB, 15/5/1968:3).

O octogésimo aniversário da Abolição da Escravatura foi comemorado com ênfase nas representações de três categorias: raça, classe e cor.

PADRES NEGROS, UM PAPA ESGURA: SE NO CÉU OS
NEGROS TÊM O SEU LUGAR; PORQUE NÃO NA TERRA?

O Jornal do Brasil, identificando a cor da população suburbana carioca, esteve na Central do Brasil no horário do *rush* para constatar que, a cada cinquenta passageiros que chegavam pela manhã, dezoito eram "negros" e à tarde entre setenta e dois, trinta e um eram de cor "preta". Esta ambigüidade no uso das categorias "negro/preto", utilizada pelo repórter, relaciona-se com a dificuldade de classificar as pessoas segundo sua posição social. Quando ele fala de "negro"

está-se referindo ao cidadão anônimo e quando se refere ao "preto" está se referindo ao operário, ao favelado, ao lugar social das pessoas.

A reportagem registrou praticamente a inexistência de "negros" nas ciências no Brasil, mostrando ser resultado das poucas oportunidades de acesso às fontes de cultura e técnica. A reportagem registrou, também, observações sobre o campo religioso carioca e reclamou que, "apesar da democracia religiosa, é pequeno o número de padres negros e menor ainda os fatores nas religiões evangélicas". Um sacerdote, entrevistado por ele, afirmou serem as oportunidades iguais para todos. Na opinião deste sacerdote, grande parte de católicos brasileiros é "negra" e, com raras exceções, os "homens de cor" têm revelado vocação religiosa para sacerdócio.

Em 1968, o Diretor da "Semana Mundial dos Pobres" propôs "um dirigente geral da Igreja Católica de cor escura para substituir o Papa Paulo VI, esta extraordinária figura". Para ele, o Sumo Pontífice devia ser negro, pelas seguintes razões: em nome da pobreza dos negros; em nome das humilhações e incompreensão para com eles; em nome da Justiça Universal; em nome da morte do grande líder Martin Luther King; em nome da escravatura do passado e da atual e em nome dos mais altos princípios de Cristo" (JB, 12/5/1968:24). Segundo este católico, um papa negro para paroquear um bilhão de católicos, em 1968, teria que apresentar desprendimento, ensinamento, pureza, paz e verdadeiro amor aos seus semelhantes. Este cristão, empenhado em ver no Vaticano um papa negro, sugere, para campanha, o slogan: "Se no Céu os negros têm o seu lugar, por que

não na terra?"

PRECONCEITO DE COR RACIAL OU SOCIAL
NAS FORÇAS ARMADAS

O 13 de Maio de 1968 ocorreu em meio a proibição da Frente Ampla e a apreensão de periódicos, livros e similares, impostas pelo presidente Costa e Silva, em abril, e a Parada dos Cem Mil, em junho. Neste "ano que não acabou", foi instalada oficialmente a semana comemorativa dos oitenta anos da Abolição da Escravatura no Brasil.

Em resposta a um requerimento de informações de um parlamentar, o Ministro do Exército, através do general Aurélio Lira Tavares, afirmou à Câmara Federal que não existe nenhum preconceito de cor, racial ou social nas Forças Armadas ou nos estabelecimentos de ensino militares, dizendo ainda que o Exército "é um caminho onde se fundem todos os elementos inter-raciais que compõem o nosso povo" (JB, 12/5/1968:24). O general Humberto Peregrino justificou que a ausência quase total dos negros nos quadros mais graduados das organizações militares não é devida a nenhuma forma de discriminação, pois segundo palavras suas "o número de elementos capazes de cor negra que procuram a carreira militar é muito reduzido" (op. cit.).

Guerreiro Ramos, divulgando resultado de sua pesquisa sobre a "questão racial" no Serviço Público Federal, revelou um baixo percentual de servidores que se declararam "negros", em oposição a um alto índice dos que não admitiam sob

"nenhuma hipótese" o casamento com "negros" (JB, 12/5/1968: 24).

O octogésimo aniversário da Lei Áurea teve, em 1968, a participação de intelectuais que, em mesa redonda organizada pelos "Cadernos Brasileiros", discutiram os oitenta anos da Abolição (1) do ponto de vista da cor, da condição de vida, da escolaridade, do trabalho, da violência, das Forças Armadas, da administração pública, do comércio, da polícia civil, da carreira diplomática etc.

A Semana Comemorativa dos oitenta anos foi encerrada no próprio dia 13, com missa solene, na Igreja da Candelária, e *show* na Sala Cecília Meireles, com Clementina de Jesus acompanhada de uma "Orquestra Afro-Brasileira" (JB, 5/5/1968: 23).

1969 — Em comemoração ao 13 de Maio desse ano, diplomatas africanos, entre eles, o Embaixador da Nigéria, o Conselheiro do Senegal, Antonio Olinto, Zora Seljan, o cantor Dorival Caymi, Mestre Didi, a antropóloga Juana Elbein dos Santos e mais um conjunto de autoridades políticas e intelectuais estiveram em Campo Grande, subúrbio do Rio de Janeiro, para juntos prestigiarem a "Festa da Abolição e do Preto-Velho". Desta festa participaram mais de sessenta terreiros de Umbanda, entre eles Tata Tancredo da Silva Pinto, principal líder lendário e importante porta-voz dos praticantes de umbanda de orientação africanizada.

Todas as cerimônias foram em homenagem ao Preto-Velho e à Mãe-Preta, simbolizada por Mãe-Senhora, do tradicional candomblé nagô baiano — Axé Ogô Afonjá, cujo busto foi inau

gurado ao lado da estátua do Preto-Velho, homenageado com a Praça dos Pretos-Velhos em Campo Grande. A festa foi organizada pela Administração Regional e reuniu aproximadamente cinco mil pessoas.

JUSTIÇA, PELÉ E A REVOGAÇÃO DO
FERIADO 13 DE MAIO

Em 1969, a Princesa Isabel foi homenageada com solenidade cívica na Praça XV e com visita ao seu túmulo provisório e missa solene na Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos. Esta irmandade inaugurou, naquela data, exposição sobre a escravidão, que contou com a colaboração de, entre outros colecionadores, Edson Carneiro e o Museu Histórico Nacional.

Em 1969, o 13 de Maio foi comemorado em São Paulo com um evento que diz respeito à vida nacional brasileira. O ex-governador Abreu Sodré, em homenagem à data, ofereceu um almoço comemorativo. Entre os convidados estavam Pelé e Ademar Ferreira da Silva — ex-recordista mundial e olímpico do salto triplo.

Coube ao presidente do Clube 220, solicitar verbalmente ao ministro da Justiça, Gama e Silva, a revogação do ato que extinguiu o feriado de 13 de Maio, argumentando a importância do negro no desenvolvimento do país e a sua luta para integrar-se à sociedade brasileira. A nossa principal fonte identificou que o mais importante para justificar a volta desse feriado foi a comparação feita com o dia de Tiradentes

— 21 de abril —, que também havia sido abolido como feriado nacional, mas que a bancada mineira, em articulação no Congresso, conseguiu sua reinclusão no calendário nacional.

Segundo o Jornal do Brasil, o ministro da Justiça mostrou-se favorável à volta do feriado, prometendo que, pessoalmente, dirigiria pedido nesse sentido ao Presidente da República.

CAPÍTULO III

OS ANOS 70

IGREJA E IRMANDADE DOS PRETOS — DISPUTA
PELOS RESTOS MORTAIS DA PRINCESA: OU QUEM
É HERDEIRO?

Os anos 70 foram marcados pela disputa dos restos mortais da Princesa Isabel, que ocorreu na chamada era de obscurantismo, instituída pelo Governo Médici, seguindo a mesma estrutura organizacional liderada pelo Estado.

1970 — O octogésimo segundo aniversário da Lei Áurea teria como ponto máximo a cerimônia de transladação dos restos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro para Petrópolis. Entretanto, a cúria do Rio de Janeiro suspendeu a cerimônia, sob a alegação de não ter recebido nenhum comunicado oficial. A solenidade, neste dia, se restringiu a uma missa e à abertura da cripta para visitaçãõ pública.

Um conflito se estabeleceu, quando a Cúria Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro começou a disputar, com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, a posse-guarda dos restos mortais do casal imperial, ou melhor, os restos mortais da "Redentora".

A Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, insatisfeita com a veiculação na imprensa local da cerimônia de transladação sem a sua participação e, principalmente, sem a sua aquiescência, distribuiu a seguinte nota oficial, assinada pelo Monsenhor Feliciano Castelo Branco:

"O Cabido Metropolitano, através da Cúria Me

tropolitana esclarece: 1. haver recebido a honrosa incumbência de guardar as urnas dos despojos dos príncipes imperiais a ela entregue pelo Governo Federal; 2. essa incumbência obriga o Cabido ao compromisso de conservar os despojos em lugar de honra na cripta da catedral do Rio de Janeiro ao lado do despojos do Cardeal Joaquim Arcoverde; 3. esse compromisso será saldado pela entrega dos despojos a pessoa devidamente credenciada pelo Governo Federal e Família Imperial; 4. a Comissão oficial encarregada de programar as solenidades de transladação ficou de informar à Secretaria do Cabido os detalhes do programa de transladação direta dos despojos dos príncipes para o mausoléu que está em construção na catedral de Petrópolis; 5. esclarece que, quando ao se referir à custódia do Cabido pelos despojos quanto ao local da deposição, não se faça menção como sendo nos porões da catedral, mas sim que os despojos estão na cripta da Catedral do Rio de Janeiro, nome do local para onde se guarda as urnas dos prelados da Arquidiocese; 6. seria de bom alvitre que a imprensa averiguasse a procedência desse noticiário da importância e significação do que foi divulgado quando o Ministério da Educação e o das Relações Exteriores e o próprio Cabido não foram ouvidos ou consultados; 7. pelo exposto não é possível ao Cabido atender a pedidos de particulares; 8. ainda pelo acima exposto fica cancelada a Programação de Transladação que seria realizada no dia 13 de Maio. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1970."

Ressentida por não ter conseguido levar os restos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, que abriga a Irmandade, esta, através de seus membros, recep

cionou com muita magnanimidade, Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, que assistiu toda a missa solene e, na sacristia, cumprimentou todos os presentes. A programação, cuidadosamente preparada com dois meses de antecedência, não chegou a ser cumprida e a Cúria Metropolitana saiu vitoriosa nessa disputa, fazendo com que a Irmandade abdicasse da posse-guarda dos restos mortais do casal imperial, no interior das suas dependências.

TRANSLADAÇÃO DA PRINCESA —

HONRA DE CHEFE DE ESTADO

A transladação dos restos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu remonta à agenda das comemorações de 1969, como fora em anos anteriores. Uma história longa, que se iniciou em 1938, quando, através de decreto, começaram os entendimentos para a transladação desde que fosse cumprida a exigência da família Imperial: a construção de um mausoléu na Catedral de Petrópolis. A segunda parte desta história ocorreu quando, em 1945, teve início uma campanha nacional para que a transladação se efetivasse. Em 1946, um decreto presidencial fixou a localização do mausoléu: a Catedral de Petrópolis, sendo, em 1947, aberto crédito especial para a construção. Na sexta-feira da Semana Santa de 1952, o então Presidente Getúlio Vargas prometeu, no Palácio Rio Negro, promovê-la. A comissão criada conseguiu, então, a transladação para o Rio de Janeiro, em julho de 1953, onde deveria ficar, provisoriamente, até o final da construção do mausoléu, ocorrido em 1971

(14/5/1969:13).

Foi noticiado que o então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, presidiria uma comissão, em uma reunião no Palácio da Cultura, para instalação de uma comissão especial que cuidaria do programa de transladação dos restos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu.

Ao longo desse impasse houve, ainda, uma proposta de se chegar a um acordo e realizar a cerimônia de transladação no mês de julho seguinte, por ser o mês do aniversário de nascimento da Princesa Isabel. Mas ficou oficialmente marcado para o 13 de Maio de 1971, ano seguinte, a solução do compromisso.

1971 — As comemorações tiveram início no dia 9 de maio, quando os restos mortais deixaram, sob a bênção de D. José da Costa Pinto, a Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, para uma permanência de três dias na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, de onde nunca deveriam ter saído, segundo pensava e ainda pensa, ambigualmente, a sua atual diretoria.

As urnas ficaram expostas no interior da nave daquela Igreja e, durante os três dias, a visitação foi muito intensa.

A caminho de Petrópolis, os despojos foram conduzidos pelos batedores da Marinha, escoltados por dois carros blindados do Exército e acompanhados por dois netos do casal imperial e de representantes da Irmandade de Nossa Senhora e de São Benedito dos Homens Pretos.

Quando os esquifes deixaram a igreja, "centenas de

lenços brancos agitavam-se no ar e os sinos da igreja começaram a dobrar tocando por dez minutos até que os ataúdes desapareceram na esquina da Assembléia (Jornal do Brasil, 13 de maio de 1971).

Em Petrópolis, houve recepção de autoridades civis, militares e eclesiásticas. Bandas executaram hinos e um orfeão de alunos da rede oficial do município cantou o hino de louvor à Princesa Isabel. A guarda dos Dragões da Independência fez guarda aos ataúdes até o dia seguinte — tão homenageado 13 de Maio. Neste dia, o mausoléu foi então fechado e todas as autoridades presentes foram agraciadas com um requintado almoço de confraternização no Clube Metropolitano.

Em nome do Governo Federal, o Ministro da Educação proferiu oração, conferindo os despojos à guarda da autoridade diocesana, cabendo à Irmandade, não por outorga oficial, a guarda da réplica das imagens em tamanho normal da Princesa Isabel e do Conde D'Eu, desde então expostas e veneradas no modesto Museu do Negro na sede da Igreja e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, ao lado da venerada Escrava Anastácia.

Participou da transladação uma delegação da Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora, agremiação gaúcha fundada, segundo nossa principal fonte de pesquisa, em 1873 em Porto Alegre, por filho de escravos. Um dos membros da delegação era o Deputado Carlos Santos, primeiro governador negro do Rio Grande do Sul.

A transladação dos restos mortais da Princesa Isabel levou trinta e três anos para ser consumada. Quanto ao

envolvimento das três principais partes desse processo — o Estado, a Cúria e a Irmandade — cabem algumas observações no que diz respeito ao lugar da Irmandade numa escala de aferição de poder entre estas três instâncias. Deste ponto de vista, foi a mais fraca na disputa. Scarano (1978) esclarece em que "consistia essa Irmandade, transformada, mesmo antes de chegar ao Brasil, em associação preferida do homem de cor". Mas, qual era o interesse da Irmandade em ficar com os despojos da Princesa Regente que aboliu a escravidão? A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, de acordo com os seus princípios cristãos e ideológicos, sempre foi uma instituição que, à sua maneira, abrigou e defendeu os seus irmãos pretos. Entende-se que, por mais que houvesse interesse — até mesmo histórico —, o Estado brasileiro não iria, sob interesse algum, entregar os despojos de um titular máximo seu. A Princesa Isabel foi Regente Interina o que lhe conferiu, ao longo desses trinta e três anos, tratamento e honras de Chefe de Estado.

Por outro lado, a República, que instituiu o mito da democracia racial, se por decreto determinasse que os restos mortais permaneceriam para a eternidade no mesmo espaço da Irmandade, estaria, assim, reconhecendo oficialmente, com um gesto laico, a Irmandade como instituição dos pretos em um Estado em que desde a Proclamação da República se defendeu a democracia no campo das relações raciais.

A decisão final do governo brasileiro de sepultar definitivamente os restos mortais da última Regente do Império foi não só o de deixá-la perto de seus descendentes san

güíneos, como também o de não outorgar ao preto, organizado religiosamente, direitos leigos.

Em 13 de Maio de 1971, a Câmara dos Deputados, em Brasília, inaugurou, no Salão Negro do Congresso Nacional, exposição com mais de cem documentos históricos referentes à escravidão no Brasil, entre os quais uma moção do Congresso Nacional ao Governo Provisório, datada de 19 de dezembro de 1890, de autoria de Rui Barbosa, congratulando-se pela queima de documentos em que se falava da escravidão e se referia à "mancha negra" (JB, 13/5/1970:10: Ainda no ano que ocorreu a transladação, o Senado Federal inaugurou exposição de documentos relativos à vida e às três regências da Princesa Isabel.

1972 — Em março do ano do sesquicentenário da independência do Brasil, foi realizada a primeira transmissão de TV a cores no nosso país e, dois dias antes do dia da Abolição da Escravatura, foi inaugurada a maior refinaria nacional de petróleo, em São Paulo. Neste ano, a comemoração foi marcada pela re-inauguração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, destruída por incêndio em março de 1967 (1). Entre as autoridades presentes destacava-se o ex-governador Negrão de Lima, o Presidente do Tribunal de Contas e o crítico Agripino Grieco.

MADUREIRA E A LUTA DA RAÇA NEGRA

No subúrbio de Madureira, no Rio de Janeiro, foi comemorado o 13 de Maio com uma afetiva homenagem a Grande Otelo. O Colégio Atenas resolveu comemorar o Dia da Abolição

de forma pouco tradicional: por unanimidade, professores e alunos decidiram pensar em um nome que representasse a raça negra e a luta contra os preconceitos raciais. Segundo nossas fontes, um nome apenas foi lembrado: o de Grande Otelo. E Madureira inteira foi convidada.

A homenagem ocorreu em uma rua esburacada, sem asfalto, ao pé de um morro. Entre os convidados especiais foram registradas as presenças do administrador regional; de oficiais do Quartel do Corpo de Bombeiros; de Dona Sinhá do Terreiro "Deus está aqui" e colegiais com diferentes uniformes.

Grande Otelo foi recebido ao som de Black is Beautiful na voz de Simonal e emocionado falou de Luther King, das discriminações sofridas, dos papéis estereotipados que já representara. Afirmou, também, ser o racismo uma questão de educação, dizendo que "se você sabe entrar e sabe sair, você vence". O homenageado, emocionado, recebeu das mãos de uma criança uma caixinha com a seguinte inscrição: "Pequeno, homenageamos você, Grande Otelo, porque de ouro temos você, Sebastião Prata". E, com muita emoção, deixou essa mensagem aos negros do Brasil: "Estudem. Estudem sempre. Observem e aprendam. Os anos que hão de vir não são de brincadeira. O negócio, minha gente, é estudar e ir prá frente, cabeça levantada, consciência tranqüila, amor no coração e muita fé" (JB, 12/5/1972:15).

PELA PRIMEIRA VEZ PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PARTICIPA DE EVENTO ORGANIZADO POR NEGROS

As comemorações do 13 de Maio de 1972 têm uma dimensão nacional significativa para o campo das relações raciais. Nossa principal fonte empírica registra a participação, pela primeira vez, de um Presidente da República em uma comemoração organizada por "negros". O Presidente Emílio Garrastazu Médici foi convidado pelo Clube 220 para cerimônia comemorativa do dia 13 de Maio em São Paulo, realizada junto ao monumento à Mãe Preta, no Largo do Paissandu, para mais de dez mil pessoas. Foi, aí, exaltada a "integração racial alcançada normalmente no Brasil". O Presidente Médici, acompanhado da Primeira Dama e da Mãe Preta Símbolo de São Paulo, depositou no monumento uma coroa de flores (JB, 14/5/1972:1 e 22). Para o fundador e presidente do Clube 220, a participação do Presidente da República foi uma conquista à qual se referiu nos seguintes termos:

"Maior vitória ter conseguido fazer com que o Presidente de um país de maioria branca, prestigiasse em praça pública, pela primeira vez na História do Brasil, uma cerimônia organizada por negros." (JB, 12/5/1972:15, grifos nossos.)

Um forte sistema de segurança foi montado. Os membros do Clube 220 movimentavam-se com um triângulo no peito com o nome da agremiação no centro.

O que levaria um chefe de Estado em regime de dita

dura, com órgãos de segurança determinados a vigiar e punir os supostos inimigos do regime, a participar de uma cerimônia em homenagem ao Dia da Abolição da Escravatura, organizada por "homens de cor"? O Estado, quando quis comemorar o 13 de Maio, o fez enfatizando a escravidão, sem reconhecer a discriminação racial; no entanto, o Presidente Médici aceitou o convite de homens que são identificados pela imprensa oficial enquanto "negros", "pretos" e "de cor". Pacheco (1986) mostrou que mais de uma categoria utilizada para designar a cor das pessoas são significativas para revelar como características raciais são, no entanto, importantes formas de classificação, demonstrando também a grande margem que é merecida à manipulação de uma identidade racial.

Portanto, a pergunta feita pode ser vista de mais de um aspecto. Primeiro, o Presidente conquistou uma popularidade capitalizada no "Brasil Grande de Médici", reforçando-a com idas ao Maracanã, recepção aos restos mortais de D. Pedro I, abertura da Transamazônica e a inauguração da Ponte Rio-Niterói, padrões de megalomania e do ufanismo oficiais do seu governo. Segundo, no governo Médici, os órgãos de segurança eram mobilizados sem tréguas contra a esquerda; logo o convite partiu de um aliado, de um conivente, com a falta de liberdade política e dentro do clima de terror que se viveu durante seu governo. Pode o convite ter partido de manifestantes que denunciavam clandestinamente o racismo como os reminiscentes da Imprensa Negra Paulista e da Frente Negra Brasileira?

13 DE MAIO NÃO É O DIA DA RAÇA —

O DIA DO NEGRO É 20 DE NOVEMBRO

1973 — Neste ano, foi promulgado o Estatuto do Índio e no dia 13 de Maio, em Porto Alegre, o Grupo Palmares, integrado por doze "negros" universitários já graduados, denunciou que aquela data não merecia as comemorações que vinha recebendo como dia da Abolição da Escravatura, ou Dia da Raça, porque, segundo eles, o "negro" não tem porque se ufanar do 13 de Maio. E o texto afirmava que "o verdadeiro dia nacional do negro é o 20 de Novembro — dia tido como o dia da morte do líder Zumbi dos Palmares, identificado como símbolo da capacidade criadora e orgulho de uma raça" (JB, 13/5/1973:27).

Foi nesse ano que apareceu a primeira manifestação em oposição ao 13 de Maio. A sugestão partiu de um poeta e professor, de um assistente social, de uma arquiteta e de universitários que se reuniam semanalmente para debaterem e apresentarem idéias ligadas ao estudo do patrimônio histórico e cultural do negro no Brasil. Logo, esses ativistas tinham vinculações com as instituições de ensino superior, por onde circulava a produção intelectual do historiador Décio Freitas, especialista em Palmares. Não se pretende alongar esta discussão aqui, uma vez que será tratada na parte sobre 20 de Novembro.

No Rio de Janeiro uma apresentação do Balé do Senegal foi parte da comemoração do 13 de Maio de 1973. Segundo a soviética Tamara Taizlino, empresária do grupo, o balé foi impedido, pela direção do Teatro João Caetano, de "homenagear

as pessoas de cor no Brasil", cobrando-lhes vinte por cento a menos nos preços dos ingressos, na apresentação do dia 13 de Maio, que foi dedicada à Libertação dos Escravos. A empresa afirmava ter ouvido, do diretor daquela casa de espetáculos, que "as autoridades não permitem esse tipo de manifestação" (JB, 7/5/1973:5).

O fato gerou acusações e defesas de conotações racistas, com "desmentidos" que envolviam, além do Teatro João Caetano, o Teatro Municipal, o Embaixador do Senegal e a Fundação Cultural do Distrito Federal.

1974 — Em março desse ano, o General Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República e a oposição do MDB ganhou nas urnas em capitais e centros urbanos importantes. Dois meses depois, o 13 de Maio foi comemorado expressivamente no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, ou seja, nas capitais vitoriosas pelo MDB.

ES CRAVA ANASTÁCIA, AIA DA PRINCESA

No Rio, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos celebrou um conjunto de missas, dentre elas uma em louvor à Escrava Anastácia "que se supõe tenha sido aia da Princesa Isabel e a quem muitos fiéis atribuem graças" (JB, 12/5/1974:23). Naquele período, a Diocese permitia e reconhecia devoção a esta "Santa", vindo proibí-la com o surgimento das lideranças leigas divulgadoras desta "Santa".

O Museu do Escravo Negro, administrado pela Irmandade

de, abriu para a visitação oficial, tendo aumentado seu acervo com peças de origens africanas cedidas pelo Museu de Artes e Tradições Populares. Em comemoração ao Dia da Abolição da Escravatura, o Coral Excelsior se apresentou no Teatro Municipal.

De alguma maneira, o culto à Escrava Anastácia não se assemelha ao culto dos pretos-velhos — bons e pacíficos escravos, símbolo de resignação e servilismo? O fato de a crença popular ver em Anastácia uma aia da Princesa Isabel não contribuiu em nada para a sua santificação, uma vez que a Princesa se santificou ainda viva, quando fez o "milagre da abolição" e depois de morta foi descansar seus restos mortais e sua imagem em uma catedral. Se Anastácia, também num gesto servil, faz milagres (até hoje ela não foi libertada, uma vez que ainda conserva os instrumentos de tortura) a alteza real só não o faz, por não lhe serem pedidos, pois a ela respeitam o sono. As lideranças leigas, divulgadoras da Santa Anastácia não seriam os seus abolicionistas, que a transformariam em novo símbolo, não mais a graça, o favor, mas o milagre, a transformação.

Campos, cidade natal de José do Patrocínio e principal palco de atividades dos Abolicionistas, recebeu seus restos mortais, que foram exumados com a presença do Governador Chagas Freitas e de representantes da Casa da Misericórdia, Corpo de Bombeiros e Assembléia Legislativa.

Em Recife, o octogésimo sexto aniversário do dia 13 de Maio foi comemorado no Terreiro do Pai Adão, destacado pai-de-santo recifense. Este tradicional terreiro, considerado o

reduto religioso afro-pernambucano, recebeu sete terreiros de Umbanda e montou uma exposição didática sobre instrumentos, instrumentárias e culinária, que pertencem ao universo dos lugares de culto convencionado de afro-brasileiro. Esta comemoração foi considerada, assim como a de Campos - RJ, a que mais teve participação popular (JB, 14/5/1974:21).

Esta comemoração em homenagem ao dia 13 de Maio realizada em um terreiro classificado como ortodoxo revela uma visão oposta à do seu titular mais destacado — Pai Adão. Sua restrição à divulgação de assuntos relacionados ao terreiro era tanta que, mesmo sendo amigo do sociólogo Gilberto Freire, negou-se a participar do Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, organizado por ele, em 1934. Tendo sido esta a única exceção entre os diversos pais-de-santo de Recife (FERNANDES, 1937: 57).

Em Minas Gerais, o núcleo industrial de Contagem, que em 1974 era o segundo município de maior renda do Estado, parou para comemorar o 13 de Maio através dos descendentes dos Arturos. A festa contou com a participação principal dos Congados e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e com a colaboração de um antropólogo da Universidade Federal de Minas Gerais, que afirmou que "os congados mineiros celebram, como sempre fizeram desde 1888, o 13 de Maio com as suas celebrações do significado da figura da Princesa Isabel" (SABARÁ, 1990:69). Contagem tem suas origens no ciclo do ouro, com a chegada dos negros de Angola e Moçambique para trabalharem nas minas de ouro e na pecuária.

No Rio Grande do Sul, a cidade de Estrela, habitada

na sua maioria por descendentes de alemães, convidou o prefeito, a rádio, o jornal e o Presidente Geisel, que criado ali é considerado convidado permanente, não para comemorarem a Lei Áurea, mas para homenagear o dia em que a Rua 13 de Maio perdeu o codnome "Rua dos Brancos". Desta comemoração só os cento e sessenta moradores participaram.

O industrial Egnon Dietrich instituiu a festa com mais dois vizinhos no Dia da Abolição; a Rua 13 de Maio se transformou em um verdadeiro carnaval, semelhante ao Kerb alemão. Conta o idealizador que, em sessenta e cinco, o "Jornal Nova Geração" veiculou que a Rua 13 de Maio, "além de ser a rua mais curta da cidade, era, também, a mais torta, por acabar em zigue-zague, num barranco e que reunia o maior número de loucos". Os organizadores resolveram, então, promover uma festa de desagrado à 13 de Maio, virando tradição.

Essa festa foi em homenagem à Rua 13 de Maio e não à Abolição. Vale ressaltar que esta data nomina várias vias e logradouros públicos. Será que o repórter Alexandre Garcia registrou esta festa apenas por ter ocorrido em um Estado onde a oposição ganhou as eleições?

Em São Paulo, as candidatas ao título "Bonequinha do Café", após a celebração de uma missa organizada pela Associação Cultural do Homem de Cor, depositaram flores junto ao monumento à Mãe Preta e, em Salvador, a Sociedade Protetora dos Desvalidos, além de missa, promoveu conferências com um advogado negro e um engenheiro.

HOMENS DE COR NO PALÁCIO DA ALVORADA

1975 — A reivindicação do feriado nacional em 13 de Maio foi, mais uma vez, reafirmada ao Presidente da República. A diretoria da Associação dos Homens de Cor, em audiência no Palácio da Alvorada para convidar o chefe do governo para as comemorações do dia da Abolição da Escravatura, reiterou que o dia da Abolição voltasse a ser declarado oficialmente como feriado nacional. O Presidente Geisel, em princípio, a ceitou, mas esclareceu que a decisão sobre a sua ida até São Paulo para tomar parte nas comemorações do dia da Abolição de pendia da disponibilidade da sua agenda. O presidente da As socição dos Homens de Cor reconheceu não haver casos de se gregação racial a não ser, no seu ponto de vista, em casos es porádicos (JB, 7/5/1975:18).

CÂNTICO DA ABOLIÇÃO — HINO NACIONAL

Em 1975, Eduardo de Oliveira, conhecido como "o poeta da negritude", tinha esperanças que o "Hino 13 de Maio", de sua autoria, se tornasse o hino oficial da data em todo o país.

Segundo nossos dados, em 1966 essa peça musical foi proposta para ser oficializada, através de anteprojeto de lei apresentado pelo então deputado Teófilo de Andrade. A histó ria dessa composição durou trinta e três anos. Os primeiros acordos foram compostos pelo autor aos quatorze anos; aos de zenove o concluiu e com quarenta e sete, 1975, mantinha a es perança de vê-lo reconhecido.

O Hino 13 de Maio recebeu parecer favorável da Comissão Permanente de Constituição e Justiça e da Comissão de Cultura, Esporte e Turismo da Câmara. O "Cântico da Abolição" foi a plenário em meados do ano passado com a expectativa de ser aprovado por unanimidade. Por duas vezes foi apresentado no Teatro Municipal de São Paulo, sob a regência do maestro Gabriel Miglioni, sendo encaminhado ao Conselho Federal de Cultura para receber parecer do Prof. Andrade Muricy, da Câmara de Arte.

Segundo o periódico com o qual trabalhamos, o Hino 13 de Maio foi oficializado pelo Estado de Mato Grosso e registrado na Escola Nacional de Música na Universidade do Brasil (JB, 11/5/1975:12).

1976 — Em maio deste ano, a dívida externa brasileira aumentou com empréstimos devidos à Grã-Bretanha. Fome, desemprego, doença, alta do custo de vida e "tantas outras misérias" foram consideradas formas de escravidão durante a pregação da missa comemorativa ao 13 de Maio, celebrada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, também em comemoração ao aniversário da Criação da Corporação da Polícia Militar. O celebrante, mostrando a predileção de Cristo pelo Exército Romano em imagens que aparecem no Evangelho, observou aos oficiais militares e soldados ali presentes que eles deveriam conduzir, sobretudo, a carreira profissional seguindo a mensagem do Senhor, que, segundo o pregador, se resume em amar, servir, compreender e dar um basta à violência, às injustiças e a tudo que do seu ponto de vista seja nocivo à sociedade (JB, 14/5/1976:19).

Nesta mesma missa, foi celebrado também o quinquagésimo nono aniversário da aparição de Nossa Senhora de Fátima aos católicos em Portugal. Na igreja foi exposta uma imagem da Santa, mas os nossos dados revelam uma maior concentração de atenção a imagens, retratos e locais que facilmente evocavam a memória dos escravos. O altar de São Benedito era um ponto de aproximação para muitos, que ali se detinham alguns instantes diante dos retratos da Princesa Isabel e de José do Patrocínio, ambos expostos em lugar de destaque entre camélias, rosas, palmas e luzes acesas em profusão.

O Grupo de Teatro Artur Azevedo em Campo Grande no Rio de Janeiro reuniu junto ao Monumento aos Abolicionistas mais de cem alunos uniformizados para comemorarem os oitenta e oito anos da Libertação dos Escravos. O Administrador Regional, falando aos presentes, protestou contra o racismo, citando como exemplo o recente caso de discriminação racial ocorrido em Salvador, com repercussão de pronunciamento do Secretário de Segurança, da Arquidiocese e da administração do Edifício Maria Isabel. O Administrador Regional, falando sobre a escravidão aos alunos, enfatizou sobre uma certeza a ser adquirida: a de que o combate ao racismo deve ser permanente.

Pelo descrito pode-se ver que se a Princesa ficou com a Igreja e o Estado, a Irmandade ganhou sua aia, Anastácia. O povo cultua essa escrava e há também conflito com a Igreja sobre esse assunto.

Enquanto isso, surgem as críticas ao racismo brasileiro. Intelectuais e movimentos negros se posicionam e falam contra a situação de pauperismo e miséria dos negros.

Contrariamente ao regime de exceção que dominava o país, foi nesse período que os presidentes prestigiaram festas populares e os homens de cor subiram a rampa do Palácio do Planalto. Na Monarquia, sua presença em palácio era mais freqüente que na República (CARVALHO, 1988).

No próximo capítulo descreveremos o debate e a disputa entre a visão dos intelectuais e a insistência popular em cultuar o "dia dos escravos".

CAPÍTULO IV

O POPULAR E O ERUDITO NO DIA DOS
ESCRAVOS: QUEM É O DONO DA FESTA?

Neste capítulo será descrita a presença dos intelectuais na festa do 13 de Maio e sua luta pela africanização dos pretos-velhos.

Enquanto intelectuais reforçam a origem africana dos pretos, ex-escravos, o povo transforma o símbolo da pureza na gô em preta-velha, entronada em praça pública no subúrbio do Grande Rio.

Em 1976, o evento público denominado "Festa do Preto-Velho", organizado pela Administração Regional de Campo Grande e realizado em Inhoaíba, teve como objetivo valorizar a "cultura negra". Em comparação aos anos anteriores, para os organizadores os eventos até então realizados eram "apenas de cunho religioso, concentrando grupos de Umbanda de toda a cidade para homenagear seus ancestrais no maior ritual coletivo (público) umbandista do país". (JB, 14/5/1976:19).

Os organizadores da "Festa do Preto-Velho", nesse ano, destacaram a "cultura negra", incluindo na programação a apresentação da peça teatral "Cativeiro e Abolição". Essa inclusão demonstrou a escolha desta categoria para pensar o "negro" e a diferença entre "negros" e outros, como mostrou Maggie (1989), ao analisar os eventos transcorridos no ano do centenário da Abolição. Assim, um conceito de cultura é demonstrado por "um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos; um sistema de concepções por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida" (GEERTZ, 1978:103).

A Administração Regional de Campo Grande garantiu a

participação de trinta grupos umbandistas, além de três terreiros de Candomblé, para serem assistidos por um público estimado em quarenta mil pessoas. Esta foi a cerimônia principal da festa pública do preto-velho em Inhoaíba no ano de 1976. Ainda hoje caracteriza-se como uma apresentação rica em indumentárias, ritmos, cânticos e decoração, diferenciado da festa de Iemanjá no litoral, quando os terreiros realizam rituais, porém separadamente. Na Praça do Preto-Velho há um movimento apoteótico de unificação ritual.

Para quem desejasse, no dia 13 de Maio de 1976, o Arquivo Nacional distribuiu reproduções coloridas do original da Lei Áurea.

CULTURA NEGRA NO RIO

1977 — Por decreto, o Presidente Geisel colocou o Congresso Nacional em recesso e realizou as reformas constitucionais que ficaram conhecidas como "Pacote de Abril". Em maio, o Dia da Abolição foi comemorado durante vinte dias, sob o título "Cultura Negra no Rio", patrocinado pela Secretaria Municipal de Turismo e Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, através do Instituto Nacional de Folclore e da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

O Projeto "Cultura Negra no Rio" foi coordenado por um antropólogo, com o objetivo de "conduzir o público a uma conscientização das nossas raízes" e, para tanto, organizou uma programação que incluía: exposição de artesanato religioso do campo denominado afro-brasileiro, inclusive com a apresen

tação das indumentárias das divindades; apresentação de rodas de capoeira em Campo Grande e no Parque do Flamengo; lançamento de caderno e disco sobre samba de caboclo; apresentações de grupos de danças, jongo, samba de roda e samba de caboclo e, na sexta-feira 13 de Maio, a "Noite da Cultura Negra", no Maracanãzinho, com Clementina de Jesus, Conjunto Exporta Samba; bateria e ala das baianas da Escola-de-Samba Beija-Flor e de mais apresentações do gênero (JB, 11/5/1977:5).

Segundo a jornalista Lena Frias, o projeto "Cultura Negra no Rio" foi tecnicamente perfeito, não acrescentando nada além do que é convencionalizado por alguns como "cultura negra". Na crítica feita por ela, enquanto profissional da área de comunicação, afirmou que uma programação como esta não esclarece possíveis equívocos de interpretação. Para ela, o objetivo foi sério, embora a estrutura da promoção não revelasse nada de essencial da cultura africana no Rio", mostrando, no seu entender, apenas traços culturais materiais, sem conseguir interpretá-los, resultando em uma "apresentação folclórica a mais" que cumpriu uma programação restrita "a uma finalidade cívico-social, que é, presumivelmente a participação nos festejos do 13 de Maio" (JB, 13/5/1977:1, grifo nosso).

Lena Frias criticou a cultura material considerada afro-brasileira exortada no evento, referindo-se à fábula das três raças, reclamando:

"Uma cultura que se desenvolve, felizmente, com força e caráter próprios, a despeito de qualquer preciosismo de raiz e apesar das inúmeras posturas da negritude senhoriana assumidas mais nem menos recen

temente por uma faixa de negros do Rio." (op. cit.)

A jornalista citada notificou a centralização da programação na pessoa do antropólogo-coordenador e reclamou da ausência de "outras autoridades no assunto" que pudessem contribuir com enfoques diferentes. Lamentando que a Escola de Samba Quilombo tivesse ficado fora da programação, por ter sido classificada como profissional já que, segundo a organização, um dos critérios prioritários de participação era o aproveitamento de quadros amadores. Lena Frias mostrou que a data tem também comemoração no Quilombo e divulgou a programação (op. cit., grifo nosso).

A crítica que Lena Frias fez aos vinte dias da "Cultura Negra no Rio", em 1977, é um interessante exemplo da oposição entre folclore e cultura popular, mediada por uma visão em defesa dos bens culturais já reificados pelas lideranças dos movimentos negros da década de 70, que visavam e ainda visam a recuperação de uma África mitológica. Tentam fundamentar sua posição através da origem da genealogia e da religião, a exemplo da Quinzena do Negro, coordenada por Eduardo de Oliveira, em São Paulo, sob os auspícios da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado, através do Departamento de Artes e Ciências Humanas e apoio da Agência de Publicidade GANG. Essa quinzena promoveu, na Universidade de São Paulo, debates, conferências e filmes que privilegiavam, entre outros aspectos, os quilombos e os nagôs (JB, 28/5/1977:4).

Em Porto Alegre, um indivíduo ancião de "pele escura" comemorou a Lei Áurea correndo cinco voltas em torno da

Praça da Alfândega, conduzindo um buquê de rosas cujas pétalas atirava ao ar durante o percurso, concluindo sua corrida com dois discursos conclamando a juventude negra a assumir, tal como seus antecessores escravos, o compromisso sagrado com a liberdade conquistada em "13 de Maio de 1888" (JB, 14/5/1977: 14).

NOVENTA ANOS DE ABOLIÇÃO —

A VISÃO ACADÊMICA

1978 — Os noventa anos da Abolição da Escravatura foram comemorados na Escola de Samba Quilombo, em Coelho Neto, com apresentação de várias modalidades artísticas, entre elas capoeira, maculelê, jongo, afoxé, lundu e maracatu, além das apresentações dos grupos Olorum Baba Min, Vissungo, Conjunto Exporta Samba e os solistas Xangô, Aniceto e Paula do Salgueiro e Clementina de Jesus.

Para homenagear os noventa anos da Lei Áurea, o Museu Imperial de Petrópolis inaugurou, no dia 13 de Maio, exposição iconográfica sobre a Princesa Isabel e a Escravidão. Foram exibidos documentos históricos, jóias, quadros e fotografias da Princesa, contrastando com instrumentos de suplício como as gargalheiras, os viramundos, palmatórias, máscaras de ferro para os que trabalhavam nas minas não engolirem diamantes, ferros para marcar em brasa, troncos, chibatas e aquarelas originais de Debret retratando os suplícios. A presença da imprensa na campanha Abolicionista fez parte, também, da mostra.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ montou, com documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a exposição comemorativa dos noventa anos da Abolição na sala de conferências da Capela Ecumênica daquela Universidade.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos comemorou a data com uma exposição de arte no Museu do Negro, reunindo xilogravuras de Emmanuel Araújo, pinturas de Raquel Trindade, José Paixão e Moysés e esculturas de Claudionor Anis e Ana Moysés. Na mesma programação o Embaixador Raymundo Souza Dantas e o Deputado Gama Lima proferiram discursos e foram rezados o terço do Rosário e a ladainha de Nossa Senhora.

Em Salvador, o 13 de Maio de 1978 foi organizado pela Prefeitura Municipal, Sociedade Protetora dos Desvalidos e pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia que, juntos, promoveram o espetáculo "Canto da Liberdade", no Largo do Pelourinho.

As comemorações dos noventa anos da assinatura da Lei Áurea foram feitas, basicamente, através de exposições, que davam a versão oficial da história da abolição. O campo acadêmico ocupou grande espaço nessas homenagens, tanto cedendo espaço quanto organizando comemoração, e a pesquisa foi recortada sempre pela "Cultura Negra".

Nesse ano, Yeda Pessoa de Castro, da Universidade Federal da Bahia, estudando "A redescoberta do Banto", afirmou não haver "cultura negra, porque a cultura nacional é resultado de um prolongado processo de contatos interétnicos e inter

culturais, aos quais os africanos deram uma grande contribuição". Maria Maia de Oliveira Berriel propôs a valorização do negro a partir da década de trinta, influenciada pela antropologia norte-americana. Clóvis Moura, da Universidade de São Paulo, sobre os noventa anos da Abolição, afirmou que a história do negro ainda não foi escrita, não está nos livros. Está nos arquivos. João Baptista Borges Pereira, da mesma universidade, manifestou que o negro só deixará de ser considerado um tema menor, subalternizado, num plano sempre inferior ao índio na Antropologia e à classe operária na Sociologia, quando elementos da própria comunidade elaborarem suas próprias produções acadêmicas. Maria Amália Barreto, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, criticou que os estudos de natureza antropológica sobre a "cultura negra sejam concentrados na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo" (JB, 13/5/1978:4 e 6).

Nos noventa anos da Abolição, foram veiculadas notícias de várias terras remanescentes dos quilombos existentes no Brasil, com garantias pela Constituição à época em vigor do tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (art. 215, 5º), sendo divulgados: "Rincão dos Pantas", no Rio Grande do Sul; "Santana" no Espírito Santo; "Serra do Apan", no Paraná; "Fazenda Conceição dos Caetanos", no Ceará; "Cafundó", em São Paulo.

1979 — O oficial da cavalaria João Baptista de Figueiredo foi empossado no cargo de Presidente da República.

Em Minas Gerais, o Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal daquele es

tado promoveu a "Semana do Negro" sob a forma de um curso de extensão universitária, sendo convidado um professor da Universidade de São Paulo para discutir sobre a civilização Yorubã e Bantu e suas influências no Brasil.

NOS ANOS OITENTA

1980 — Este ano ficou na memória social brasileira pela contraditório abertura política, ausência de feijão na cesta básica, índices inflacionários inéditos e cartas-bomba. Entretanto, esses e outros elementos não foram suficientes para o 13 de Maio não ser homenageado.

Segundo a nossa principal fonte, o 13 de Maio é uma "época em que a arte negra ganha benesses oficiais e muitas homenagens. Depois, volta tudo à normalidade de sempre como em todo ano" (JB, 9/5/1980:9, grifo nosso).

Em 1980, a Escola de Samba Quilombo, que esteve ausente da programação oficial do ano anterior, foi o centro das comemorações, patrocinadas pela Prefeitura, Fundação Rio e Fundação Nacional de Arte - FUNARTE. A Quilombo fez cortejo de maracatu no Corredor Cultural e adjacências, mostrando também capoeira, maculelê e jongo. Dois *shows* foram realizados na Cinelândia: no primeiro, apresentaram-se Clementina de Jesus, Velha Guarda da Portela e a Banda Black Rio e, no segundo, Elza Soares, Luís Melodia, Leci Brandão, Dicró, grupos Panela de Pressão e Vissungo.

No dia 19 de maio, duas bombas explodiram, pouco depois de começar o *show* comemorativo ao Dia do Trabalho, matan

ticos que mais se afinem com suas ideologias. O parlamentar defendeu ainda a integração do negro em todos os meios de comunicação.

1982 — Este foi o único ano em que não apareceu nenhum registro referente ao 13 de Maio em nossa fonte primária. As comemorações realizadas no ano anterior na Serra da Barriga, como veremos no capítulo da terceira parte, causou impacto entre os ativistas dos movimentos negros e, conseqüentemente, na imprensa, que só divulgou algumas reivindicações militantes.

1983 — O ex-deputado federal pelo PDT, Abdias do Nascimento, invocou divindades africanas em uma monótona e vazia sessão numa sexta-feira, 13 de Maio (JB, 1983:) para denunciar o racismo. O ex-parlamentar, lamentando que o estoque original de bens simbólicos que são mutáveis, foi aclamado depois que subiu à tribuna, não para celebrar o 13 de Maio, mas para "denunciá-lo e desmenti-lo". Segundo nossa fonte primária, o ex-deputado federal foi contestado quanto à existência de racismo por um parlamentar do PMDB da Paraíba e outro do PDS da Bahia (JB, 14/5/1983:).

1984 — Os primeiros meses desse ano foram intensamente vividos pela campanha para aprovar a emenda Dante de Oliveira, que propunha "Diretas Já". Nesse ano, o Ceará comemorou com desfile de tropas da Polícia Militar e de alunos da rede oficial de ensino o primeiro centenário da Libertação dos Escravos no Estado, que proclamou a abolição quatro antes antes que a Princesa Isabel assinasse a Lei Áurea.

A homenagem à Abolição da Escravatura no Ceará con

tou com apoio e participação do governo estadual e aconteceu na Praça Castro Caueira, no centro de Fortaleza, no mesmo local em que a 25 de março de 1884 o governo da província assinara o ato abolicionista. O governo do Estado inaugurou placa comemorativa, encerrando dois dias de festas, que se seguiram com lançamento de livros sobre o tema e selos comemorativos (JB, 27/5/1984:12).

Com uma antecedência de quatro anos, o Ministério da Justiça criou, a 13 de Maio de 1984, uma comissão, presidida pelo príncipe Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança, composta por dez intelectuais brancos para organizar a programação comemorativa dos 100 anos da Abolição. Dez dias após a data considerada pelos ativistas negros como o dia da morte de Zumbi, o New York Time registrou a hipótese de ter havido acusações racistas pela não inclusão de um negro, o que estimulou o secretário da comissão a procurar por um intelectual negro com doutorado em História e especialista em escravidão no Brasil, qualificações que, segundo a revista americana, não são apresentadas pelos demais membros da comissão (HASENBALG, 1987:80).

Já em Salvador, o dia oficial da Abolição da Escravatura naquele ano foi considerado pelas entidades de combate ao racismo como não sendo o seu dia, motivo pelo qual protestaram pacificamente com o lema "Treze de Maio não é o nosso dia", inscrito em cartazes, panfletos e palavras de ordem no encerramento da Semana da Abolição, marcada por conferências, debates, espetáculos de música e dança. Neste dia, os ativistas baianos fizeram passeata destacada pela presença de mem

bro de blocos afros e todos os eventos na capital baiana foram marcados por denúncias de discriminação racial sofrida.

1985 — Este ano ficou inscrito na memória política e social brasileira como o ano em que foi garantida a eleição indireta de Tancredo Neves, seguida de inesperada e fatal doença que tirou de cena para sempre "O símbolo do maior, mais alegre e mais pacífico movimento popular de mudanças políticas já ocorrido no Brasil" (JB, 22/4/1985:1).

Nesse ano, foi divulgada, quantitativamente, a expansão das instituições que abrigavam os ativistas dos movimentos negros e realizado ato público contra a "falsa libertação" do 13 de Maio, um evento conjunto entre algumas destas instituições sediadas no Rio de Janeiro.

Millôr Fernandes, com humor, sugeriu, em charge, a comparação das senzalas do período da escravidão com as dimensões das áreas domiciliares destinadas às empregadas domésticas.

1986 — A Reforma Monetária marcou esse ano em que ocorreram também as eleições estaduais. No Circo Voador foi realizada a "Segunda Axé", dedicada à "cultura negra" com apresentações do Balé Saci (1), Conjunto ABC do Samba (2), Grupo Agbara Dudu (3), Grupo de Pagode Remelexo (4), Nova da Portela e Darci da Mangueira, além de uma oficina de dança. Tendo não viver até a data de seu aniversário em dezembro, o ex-escravo de cento e vinte anos comemorou antecipadamente a data do seu nascimento, no dia da Abolição da Escravatura (JB, 14/5/1986:15).

Em Salvador, o Movimento Negro Unificado da Bahia,

no dia 13 de Maio, denunciou a discriminação racial, destacando a população de menores que vive nos logradouros públicos. O movimento distribuiu panfletos com dados divulgados pelo periódico inglês The Economist que, escrevendo sobre o racismo no Brasil, afirmava que, de cento e cinquenta jovens levados a julgamento, apenas cinco por cento eram brancos. A revista questionou o mito da democracia racial, lembrando que sessenta milhões da população do país era constituída por "pessoas de cor" e citava "o lugar do negro de força de trabalho" do IBGE (JB, 14/5/1986:15).

A QUEIMA COMEMORATIVA DOS DOCUMENTOS

Eduardo Silva, na semana de 13 de Maio de 1986, escreveu sobre a chamada queima dos arquivos, citando equívocos cometidos por alguns autores tais como José Alípio Goulart, Nina Rodrigues e Gilberto Freire na interpretação da destruição dos livros de matrícula existentes no ministério da Fazenda, fonte primária para a "socialização das perdas" em caso de indenização pelos ex-senhores.

O historiador mostra que o ato de Rui Barbosa foi um ato político "de vida pulsante", que passou a ser considerado como uma "queima comemorativa" em homenagem ao Dia 13 de Maio.

Para Eduardo Silva, essa queima "não política", ou seja, comemorativa, "Enganadora" dos eventos em homenagem ao Dia da Abolição da Escravatura é ressaltada por três pontos:

"Primeiro que o gesto de Rui, antes de ser prova de ingenuidade ou de maquiavelismo contra a 'raça negra', foi um golpe contra a 'socialização das perdas' da escravidão; segundo, não impossibilitou, nem de longe, as pesquisas sobre as 'nossas origens'. A bibliografia sobre as matérias é imensa e continua dando provas de vitalidade e, terceiro, estamos longe de conhecer — já não digo levantar ou catalogar — mas conhecer mesmo essa massa documental considerável." (JB, 10/5/1986:11)

Nos três pontos salientados por Eduardo Silva, as categorias "raça negra" e "nossas origens" têm uma dimensão singular para os ativistas que não reconhecem o 13 de Maio como data própria, buscando nelas estoque pretensamente original de bens simbólicos para a construção de uma postulada identidade racial que garantirá o exercício de uma cidadania plena.

O PRETO-VELHO NA RUA

O 13 de Maio de 1986 ficou marcado por uma festa em praça pública, em homenagem ao Dia da Abolição dos Escravos.

Diana Brown, dissertando sobre Umbanda Política, mostra, em "Uma história de Umbanda no Rio", como os "umbandistas" tiveram êxito em incluir temas da Umbanda em celebrações públicas em "um outro importante feriado brasileiro", o Dia da Abolição — 13 de Maio. Como demonstra a autora, esta data passou a ser dedicada aos pretos-velhos, espíritos de escravos africanos; e uma tradição teve início nos primeiros anos da

década de 1960, com a inauguração de uma estátua em honra a um ex-escravo octogenário, num parque de Campo Grande, um dos mais populares bairros da cidade como foi descrito no capítulo anterior. Esta estátua tornou-se o ponto central de uma celebração pública do Dia da Abolição e deputados, autoridades e mesmo governadores davam apoio político e financeiro e lá compareciam para fazer discursos" (BROWN, 1985:38).

A festa dos pretos-velhos em Inhoaíba existe desde dezembro de 1983, reconhecida através da Lei Municipal nº 476, de autoria do Deputado Estadual e umbandista Átila Nunes, e foi incluída em um campo religioso fortemente estigmatizado — o chamado afro-brasileiro.

1987 — Este foi um ano de intensos trabalhos constitucionais e vésperas do centenário da Abolição. O historiador Afonso Marques dos Santos, comentando algumas publicações acadêmicas lançadas no liminar do centenário da Abolição, observou que:

"No mundo dos preconceitos brasileiros, a desvalorização do trabalho continua a andar de braços dados com os estereótipos racistas integrados à cultura de massas e difundidos abertamente pela mídia. São essas permanências que continuavam a dar uma temível atualização aos estudos sobre a escravidão e os seus desdobramentos na formação social brasileira." (JB, 2/5/1987:1:5)

Ainda em 1987, a antropóloga Moema Pacheco, analisando os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda, constatou que "o estudo das relações ra

ciais, tomado através das relações sociais do grupo como um todo, permitiu também que se verificasse que, quanto ao comportamento, formas de organização e representação, brancos e negros não se distinguem enquanto tais, apontando para a re discussão dos princípios que orientam o debate da questão do negro no Brasil" (1986:136 e JB, 13/5/1987:8, grifo nosso).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 13 de Maio desse mesmo ano, garantiu que o trompetista Barrozinho homenageasse os noventa e nove anos da Abolição, tendo o journalista Millôr Fernandes prestado, à sua moda, uma homenagem sincera. Na *charge* "O Dia da Libertação", com seu estilo humorístico, Millôr sugeriu graficamente que a cor, *a priori*, é um critério de julgamento social, baseado em estereótipos racistas que bloqueiam a liberdade. A *charge* sugere também que a possibilidade de liberdade plena foi apenas no dia 13 de Maio de 1888. A partir dessa data, ser cidadão em uma nação que implementou a política do branqueamento e a integração simbólica dos brasileiros não brancos, através da idéia de democracia racial (HANSENBALG, 1987:80), é o obstáculo no processo da construção da identidade reivindicada pelas lideranças dos movimentos reivindicatórios, conduzidos por militantes que se identificam como negros.

1988 — O CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

Em comemoração ao primeiro centenário da Abolição da Escravatura, o dia 13 de Maio foi feriado nacional, tendo o Presidente da República falado à nação. 1988 foi um ano

fértil em comemorações, com a programação do Estado se iniciando a 20 de março, através do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, organizada por comissão presidida e instituída pelo ministro da Cultura.

As comemorações se estenderam por todo o ano, sendo que, no mês de maio as festas foram mais intensas. Cada evento teve seu lugar na compreensão do significado do que se comemorava, quando ficou visível para a inteligência nacional, nos vários segmentos sociais, a oposição ideológica que ao dia 13 de Maio era fomentada pelos diferentes grupos organizados, identificados pela expressão movimentos negros. Esta expressão "é usada por estes grupos para definir não só as entidades mas também as pessoas que estão contra a discriminação racial e é, portanto, uma formulação do movimento social e não um conceito analítico" (MAGGIE; 1989:12).

O Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto com o Núcleo da Cor dessa mesma universidade, com apoio da Fundação Ford, desenvolveu o Projeto Abolição, catalogando mil setecentos e dois registros, mapeando um panorama nacional das comemorações com concentração nas capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Como disse Maggie (1989), evento foi tudo o que se produziu para "criticar", "repensar", "comemorar", ou "negar" o Centenário da Abolição.

Portanto, considerando a relevância do Catálogo do Centenário da Abolição (MAGGIE, 1989), é importante, nesta dissertação, apresentar algumas discussões referentes à importância do dia 13 de Maio no imaginário popular, a partir dos

eventos em homenagem a esse dia, fora do âmbito de oposição a essa data.

Como se pode observar, ao longo destes cem anos, o 13 de Maio foi encampado pelo Império, pela República, pelo Estado Novo, pela Ditadura Militar e pela considerada Nova República. Em todos esses regimes políticos, o Dia da Abolição da Escravatura no Brasil foi reafirmado como um exemplo de atualização da paz social e racial, que apresentava:

"visão do Brasil como uma grande *communitas*, onde raças, credos, classes e ideologias comungam pacificamente, ao som de samba e da miscigenação racial, aqui vista como um traço quase hereditário do caráter nacional português — na perspectiva de Gilberto Freyre (1933) e seus seguidores." (DA MATTA, 1977:21)

O conjunto das comemorações do 13 de Maio pelos mais diferentes segmentos sociais, e sobretudo o investimento do Estado na homenagem ao Centenário (5), mostra a popularidade do significado desta data. O civismo e a religiosidade conduziram desde o século XIX as comemorações do dia da Abolição da Escravatura, construindo uma imagem totalizadora da realidade social.

Como vimos, não há ganhadores nessa disputa. Se Mãe Senhora do Ilê Axé Opô Afonjá de Salvador é cultuada como símbolo da tradição nagô pelos intelectuais, o povo transformou Mãe Senhora em ancestral e símbolo de ex-escrava, santificando-a numa preta-velha. Remetemos, aqui, o leitor para o trabalho "Identidade nacional, religião, expressões culturais: a criação religiosa no Brasil" de Maria Laura Pereira de Queiroz (1988).

TERCEIRA PARTE

O ORGULHO DA RAÇA
ZUMBI? QUE ZUMBI?

"Esse é um movimento de amplas proporções, múltiplo, social, político e cultural. Passa pelas religiões afro-brasileiras, a escravatura, o quilombo, Zumbi, África. Vai longe. Traz o passado para o presente, por dentro da biografia e história, rebusca o mito." (OCTÁVIO IANNI)

Na terceira parte da dissertação, será descrita e analisada a história da construção do "Dia Nacional da Consciência Negra", o dia 20 de Novembro. Esta data é, para alguns, dia da morte do líder Zumbi dos Palmares.

O Quilombo dos Palmares foi a maior insurreição de negros no Brasil Colonial e sua escolha como símbolo de resistência negra pelos movimentos negros data da década de 70.

Na introdução desta parte serão descritas as interpretações dadas a Zumbi e a Palmares pela literatura especializada. No capítulo I será feita uma descrição dos eventos que culminaram na eleição do 20 de Novembro como dia que simboliza a luta do negro brasileiro e a criação do "Movimento Negro Unificado - MNU.

O capítulo II descreve a criação do "Parque Histórico Nacional e de Zumbi" e a festa do 20 de Novembro na Serra da Barriga. Nesse capítulo será descrita a inauguração do monumento a Zumbi no Rio de Janeiro e o projeto de lei para transformar o 20 de Novembro em feriado nacional.

Segundo Nina Rodrigues (1954), "afora alguns escritores coloniais, em que se encontra escrito Zambi, a grande maioria dos nossos historiadores escreve Zumbi por Zambi, erro ortográfico que o Visconde de Porto Seguro já havia corri

gido com o 'Dicionário Abreviado da Língua Conguesa de Canne cathin'. Nina Rodrigues considera essa grafia mais acertada, "pois é Zumbi e não Zambi a forma por que ele se conserva na tradição popular brasileira. Ainda hoje, principalmente nos estados do Norte do Brasil, conserva a significação de divindade ou santo dos negros da Costa" (RODRIGUES, 1954:56-57).

Nina Rodrigues conta que a impressão do Zumbi que recebeu na infância, através dos contos das amas de menino, "designaria um ser misterioso, algo de feiticeiro, escuro e retraído, só trabalhando e andando às desoras. Daí a sentença popular: Você está feito Zumbi, para crismar aquele que é natural macambúzio, ou tem mania de passar noites em claro, ou ainda prefere o trabalho às horas mortas". O autor registra que esta impressão pessoal corresponde à descrição que, do termo Zumbi dá o Visconde de Beaurepaire Rohan, no seu dicionário de vocábulos brasileiros e conclui apontando "a sua origem em língua bunda".

Nina Rodrigues, depois de observar o lugar do Zumbi no imaginário social, afirma que "se trata de um termo ainda hoje vivo entre nós na acepção religiosa africana".

Segundo o mesmo autor, no século XVII, e para negros chegados da África, não podia ser Zumbi "uma expressão absoluta e apartada da sua significação original e própria. De onde se apura e confirma a sua inspiração em crenças vivas dos negros, que constituíram e dirigiram Palmares, crenças que não podiam ser senão de africanos Bantus".

Câmara Cascudo, na sua "Geografia dos mitos brasileiros" diz que o termo vem do Quimbundo *nzumbi* — espectro,

duende, fantasma e confunde-se com seu homônimo Zumbi, vindo de *nzâmbi*, divindade, protestade divina e por translação aos chefes sociais. Segundo Cascudo, Zumbi foi também o título do chefe dos rebeldes pretos que se refugiavam no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas (1983:308).

Cascudo registra que Zumbi "é um neguinho, confusão com Saci, que aparece nos caminhos e é o companheiro de Caipora, em Sergipe. É pequenino, ágil, nu, procurando as crianças que vão apanhar frutas silvestres para desnorteá-las, dando assobios finos e prolongados, ou surrá-las, como o Curupira". Para ele, o Zumbi corre especialmente através do mato ralo, a capoeira, vendo-se rápido e impressionante, seu vulto cor de ébano lustroso. Segundo Câmara Cascudo, Sílvio Romero "funde o Zumbi com o Lobisomem sergipano, sem aduzir material convincente" (op. cit., 308).

Luís da Câmara Cascudo narra que, no Rio de Janeiro, o Visconde Beaurepaire-Rohan fala num "Zumbi da meia-noite — diabinho atormentador, espécie dos *diabls vauvents*, de Montrange, perto de Paris, *farfadets* maliciosos e zombeteiros (op. cit., 308). Segundo ele, Pereira da Costa, transcrevendo Nina Rodrigues, acrescenta que o "vocabulário *zumbi* ficou também na tradição popular para designar um ente fantástico, que, segundo a credence vulgar, vagueia no interior das casas em horas mortas; um lugar ermo, sem meios de comunidade..."

Câmara Cascudo considera um Zumbi um topônimo muito conhecido em todos os estados do Norte do Brasil e também no Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte etc. Como pertencente ao ciclo da angústia infantil, Zumbi não é tão vul

gar (op. cit., 309).

Vale Cabral, citado por Cascudo (1956), estuda várias versões do Zumbi que, para os angolenses, "é gente que morreu, alma do outro mundo". Na "Geografia dos mitos brasileiros" as versões estudadas que ampliam o mito mostram: primeiro que, na tradição oral de outras nações africanas, Zumbi "é fantasma, Diabo que anda de noite pelas ruas e quando os negros vêem uma pessoa astuciosa que se mete em empresas ariscadas, dizem: 'Zumbi anda ele', isto é, o Diabo anda metido no corpo dele". Segundo, no Rio de Janeiro, configurava o verbete "Zumbi-da-meia-noite, espectro que vagava alta noite pelas ruas e que intimidara muita gente" conforme menção no dicionário citado por Nina Rodrigues em 1905. Terceiro, lingüisticamente, o termo africano significa alma "ê terei domani zumbi — Eu hoje vi uma alma" e também "otirurum" ao invés de Zumbi. Um informante explica que o Zumbi "muitas vezes se revela em pequena estatura humana e cresce à proporção que alguém dele se aproxima para curvar-se em forma de arco sobre a pessoa. Às vezes, oculta-se e impede a um cavalheiro prosseguir, tomando-lhe as rédeas do animal. Os animais de montaria o conhecem e evitam passar pelos lugares onde ele estiver, o que é denunciado por um ronco surdo do próprio Zumbi". A quarta versão mostra que Zumbi "é alma de preto transformada em pássaro que fica ao escurecer na porteira das fazendas, dos pastos ou nos lugares ermos, gemendo e chamando os transeuntes pelos nomes, e, às vezes, ao meio-dia, canta e lamenta a vida que levou como escravo e diz 'Zumbi... biri... ri... coitado... zumbi... biri... ri... coitado' (sul da pro

víncia de Minas Gerais).

O estado de Alagoas, onde existiu o Quilombo dos Palmares, foi, segundo Edson Carneiro (1866), um estado negro semelhante a muitos que existiam na África do século XVII. Alagoas é ainda o estado onde, como veremos mais adiante, foi lançada a pedra fundamental no topo da Serra da Barriga para a construção do Parque Histórico Nacional — Zumbi dos Palmares.

Luís da Câmara Cascudo registra que "os mitos africanos e mesmo mestiçados, com matiz mais carregado, são raríssimos e sem popularidade". Segundo ele, o Zumbi alagoano, o que tem prestígio, não é o Zumbi baiano, nem o que recorda o título do chefe gloriosamente vencido no Quilombo dos Palmares, a Tróia Negra do século XVII. Para ele, o Zumbi que se vulgarizou, além do lado heróico, foi um ente que tomou forma inteiramente nova no folclore brasileiro: um zumbi que significa a materialização do espírito dos animais mortos.

Cascudo, com auxílio de Téo Brandão, arrola e elucida os mitos de Alagoas, onde no imaginário social, aparece o Zumbi de cavalo. Esse Zumbi "sinônimo da alma dos animais que estira sua estatura até matar de pavor quem viola, na hora da meia-noite, o local onde morreu um cavalo, está aguardando sua inevitável articulação aos estudos que se fazem na Europa. Será um índice da existência da credice nesta parte da América do Sul".

Edson Carneiro (1946), escrevendo sobre História do Quilombo de Palmares, afirma que, em requerimento ao rei, a morte de Zumbi foi datada em 20 de Novembro de 1695. Carneiro ar

rola os erros existentes na Torre do Tombo — "Relação das Guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678". Entre os erros está a grafia do nome do chefe do Quilombo como Zambi, quando todos os papéis oficiais da época dizem Zumby (op. cit., 60).

O último chefe-rei palmarino Zumbi teve, segundo a história descrita por alguns desses autores, sua cabeça exibida em praça pública, para satisfação dos ofendidos e para amedrontar os negros que considerava, imortal o chefe palmarino, Carneiro (1966:118). É na análise de Theo Brandão (1978), que estudou, sobretudo, as manifestações culturais no estado que sediou o Quilombo dos Palmares, que fica demonstrado que Zumbi é ignorado pela população que não guarda a menor lembrança da república e nem da guerra por ele movida, estabelece qualquer ligação entre o fato histórico e o folguedo denominado Quilombo (BRANDÃO, 1978:5). O mesmo registrou Artur Ramos (1935:71).

As investigações de Theo Brandão levaram-no a comprovar que os participantes do folguedo não sabiam que acontecimento histórico estava sendo representado (op. cit., 5). Para ele, essa ignorância, por parte dos brincantes dos Quilombos, do sentido histórico atribuído aos folguedos pelo público erudito, bem como vários outros fatos que têm sido aduzidos mais recentemente, levaram os destacados folcloristas Renato Almeida (1942) e Oneyda Alvarenga (1950) a ressaltarem o autoctonismo alagoano do folguedo de sua pretendida origem histórica palmarina (BRANDÃO, 1978:5). Segundo o mesmo estudo, os folcloristas citados, ajustando o folguedo à realidade

ou quase à realidade da história palmarina, chamam atenção que o próprio nome de Quilombo, quase só usado em Alagoas, tenha sido por eles, e não pelos brincantes, colocado no auto, concomitantemente à presumida mudança do enredo (BRANDÃO, 1978:6).

Theo Brandão registra na sua monografia sobre a dança Quilombo de Alagoas que, como os demais folguedos regionais, é uma diversão que tem por objetivo a remuneração dos brincantes por parte dos assistentes.

Roger Bastide, em "As Religiões Africanas no Brasil", explica que nos candomblés de tradição angolana substituíram Oxalá por Zumbi ou Zambi, divindades do céu (1955:88).

Marco Aurélio Luz (1972) registrou que, "nos terreiros de macumba, Zumbi é considerado como espírito mau..." (1972:73). O autor mostra algumas versões sobre a categoria zumbi, inclusive o registro de umbandistas se referirem aos exus como zumbis. Para ele, o Zumbi é o adversário implacável do deus da guerra da Umbanda, Ogun, o São Jorge, que nos candomblés da Bahia é Oxossi (1972:74).

Carl Degler (1971) chega a dizer que os brasileiros, ao contrário dos norte-americanos, há muito já sabem e reconhecem que os pretos fazem parte de sua história (1971:21). Segundo ele, todos os brasileiros "cultos" sabem a respeito de Palmares e de seu heróico líder Zumbi que, conforme a "lenda romântica, preferiu enfrentar a morte, saltando de um rochedo, a ser capturado por soldados brancos que destruíram o Quilombo dos Palmares" (op. cit., 22). Degler sugere que nem todos os negros são apenas Zumbi ou Henrique Dias e mostra na literatura brasileira o "negro acomodado", citando exemplos de Jor

ge Amado, Artur Azevedo, José de Alencar e Artur Ramos, entre outros.

A Biblioteca do Exército (1988) publicou o "Reino Negro de Palmares" e dedicou o último capítulo desta obra à lenda do rei Zambi, uma versão romanceada do líder de Palmares.

Florestan Fernandes, em 1988, chegou a dizer que o 20 de Novembro é uma data de comunhão viva e ao mesmo tempo de auto-emancipação coletiva, representando o repúdio da capitulação passiva, a condenação do "branco indeciso", equivalente psicológico do "negro de alma branca"; a busca de caminhos que incluam a igualdade racial entre as reivindicações estruturais do movimento operário, da resolução nacional e democrática (1988:28).

Para Fernandes, essa data transcende à comunidade negra, atingindo todos os oprimidos e, em particular, os trabalhadores que possuem empregos, participam do movimento sindical e lutam organicamente pelo advento do socialismo" (1988:28).

Florestan Fernandes considera o 20 de Novembro como o 1º de maio na evocação dos laços econômicos, morais e políticos que prendem os oprimidos entre si e subordinam todas as suas causas a uma mesma bandeira revolucionária (1988:29).

O autor acentua o significado político recorrente no discurso do ativista organizado e registra que a data em questão foi instituída no dia 7 de julho de 1978, em Salvador, pelo Movimento Negro Unificado, que criou o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia da Comunidade Afro-Brasileira. Segun

do Florestan Fernandes o 20 de Novembro procura ser uma contraposição ao 13 de Maio, data oficial da Abolição (1988:27).

A literatura sobre o assunto só começou a se referir com mais profundidade a Zumbi como líder do Quilombo e herói do movimento de libertação a partir dos anos 70.

Até essa data, a discussão dos autores refugiava-se na dualidade dessa figura ora descrita como alma dos mortos, ora como ancestral bantu, líder e representante político do povo negro.

Nina Rodrigues em "A Tróia Negra" (1905) se dedicou a apontar as ambigüidades e contradições relativas aos dados históricos apresentados por alguns historiadores, discutindo o termo Zumbi e seu significado no imaginário popular e destacou os diferentes Palmares.

Zumbi é conhecido popularmente como diz Cascudo, como alma penada. Nos anos 70, a literatura sociológica começou a explorar o Zumbi líder e representante da resistência e da consciência negra.

CAPÍTULO I

O DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

"O que é mais importante: o 13 de Maio ou o 20 de Novembro?"

- Pois bem, 13 de Maio, com a Princesa Isabel, o negro foi marginalizado. E 20 de novembro, com o Zumbi dos Palmares, após lutas incessantes, se recusa a ser novamente escravizado." (REVISTA ÉBANO, ano II nº 14. mai/jul/82)

Neste capítulo, será descrita a história da luta pela constituição de uma data que pudesse representar os valores e demandas dos movimentos negros, em oposição à data tão popular e nacionalmente projetada — o 13 de Maio.

Este capítulo foi construído a partir de material documental e de material colhido em trabalho de campo, onde se fez observação participante, além de entrevistas e coleta de histórias de vida.

O GRUPO PALMARES

Em 1971, foi criado na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Grupo Palmares. Composto de doze pessoas, todas universitárias ou graduadas, o Grupo era coordenado pelo poeta e professor Oliveira Silveira, auxiliado por Helena Machado (arquiteta), Marli Carolino (universitária) e Antonia Carolino (assistente social). Seu objetivo era preservar o patrimônio histórico e cultural do negro, para "que ele (o negro) conheça a verdadeira história do seu povo no Brasil, e, sacudindo seus complexos, passe a participar de outras maneiras na sociedade brasileira, consciente do seu valor — o que é diferente de uma integração à conta de uma alienação cultu

ral" (JB, 13/5/1973:).

Para o Grupo Palmares, a data 13 de Maio não merece as comemorações que recebe, como dia da Abolição da Escravatura ou "Dia da Raça", porque o negro não tem porque se ufanar dela, sendo o verdadeiro dia nacional do negro o 20 de Novembro, aniversário da morte heróica de Zumbi dos Palmares, símbolo de capacidade e orgulho da raça". Segundo entender desse Grupo, "a morte de Zumbi" simboliza a luta do negro pela própria liberdade, atitude bem diferente do passivo recebimento de uma liberdade-dádiva". Por isso, o Grupo Palmares sugeriu que a todo dia 20 de novembro fosse comemorado o dia da raça negra — Dia Nacional do Negro.

O Grupo realizava atos comemorativos ao 20 de Novembro, desde a sua fundação, no Clube Floresta Negra, desenvolvia trabalhos que seus próprios integrantes chamavam de "conscientização cultural" e fazia questão de enfatizar que não possuía nenhuma afinidade com o movimento americano *Black Power*.

Lélia Gonzales (1982) apresentou uma versão na qual não aparece o nome do Grupo Palmares como precursor na criação dessa data. Nessa versão, refere-se a autora aos poucos militantes que vinham de outros estados para as primórdias reuniões de articulação, visando a fundação do Movimento Negro Unificado à Discriminação Racial, incluindo, então, o estado do Rio Grande do Sul.

As articulações para a fundação do futuro Movimento Negro Unificado - MNU tiveram início em 1976, enquanto que o Grupo Palmares, já em 1971, havia lançado, em Porto Alegre, a campanha "Negro do Sul não quer mais Abolição como data de ra

ça". Esta campanha teve veiculação nacional em 1973.

Segundo a autora citada mais acima, o Departamento Cultural da Prefeitura de Salvador (BA) organizou, na primeira semana de maio de 1978, um curso sobre "Noventa anos de A bolição: uma reflexão, denúncias e posicionamento contra o ra cismo". O resultado desse, segundo Gonzales (1982), "foi a criação de um grupo com o exclusivo objetivo de articular de maneira explicitamente política a questão racial".

Em 1978, portanto, noventa anos depois da assinatu ra da Lei Áurea, foi criado o Movimento Negro Unificado Con tra a Discriminação Racial - MNUCDR, como resultado das várias iniciativas na luta de combate ao racismo ao longo de todas essas nove décadas.

No dia 4 de novembro de 1978, resistindo a várias tentativas oficiais de impedir sua realização na capital baiana, a II Assembléia Nacional do Movimento Negro Unificado Con tra a Discriminação Racial aconteceu, estabelecendo o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra e sugeri rindo que, nos anos seguintes, fossem realizados atos públicos passeatas e outras formas de manifestações enquanto expressões de sentimento da "comunidade negra" (op. cit., 1982:57).

Esta mesma autora diz que "20 de Novembro transfor mou-se num ato político de afirmação da história do povo negro, justamente naquilo em que ele demonstrou sua capacidade de organização e de uma proposta alternativa... uma vez que grupos e entidades negras de todo o país se mobilizavam em tor no dessa data magna. E o 13 de Maio, cada vez mais, caracteriza-se como data oficial de órgãos governamentais, ou seja,

como papo de branco" (op. cit., 1982:57, grifo nosso).

Em 1979, um ano depois do lançamento do 20 de Novembro, foi realizado um encontro nacional, sdeiado em Belo Horizonte, objetivando uma auto-avaliação e encaminhamento das propostas preparativas para a realização do Iº Congresso do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial - MNUCDR, a ser realizado no Rio de Janeiro.

O Iº Congresso contou com a participação das delegacias dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Sua duração foi de três dias e seu fórum de discussão foi norteadado pela conjuntura política daquele momento. O grupo de mulheres negras discutiu questões pertinentes à sua condição e o tema cultura negra foi objeto de reflexões que resultaram em severas críticas, impregnadas de emoção, ao chamado processo de comercialização. Ao final, foi provada a reivindicação da profissionalização dos produtores de cultura negra e a execução das campanhas: "Mais empregos para os negros" e "Contra a violência policial".

Neste mesmo Congresso, considerando a ampliação do "Programa de Ação" e prioritariamente a luta do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial - MNUDCS, este teve seu nome simplificado para Movimento Negro Unificado - MNU.

Lendo a "Carta de Princípios" do Movimento Negro Unificado - MNU, observei que não há justificativa para o repúdio ao 13 de Maio, assim como também não as há em relação ao reconhecimento do 20 de Novembro como símbolo de luta e de identidade étnica do negro brasileiro.

CAPÍTULO II

O PARQUE DE ZUMBI

Em 1981, dois anos depois da criação do Movimento Negro Unificado, entidade que mais envidou esforços para o reconhecimento do dia 20 de Novembro como uma data-símbolo do negro brasileiro, a Universidade Federal de Alagoas realizou um seminário sobre o "Parque Histórico Nacional de Zumbi", organizado pela sua Coordenadoria de Extensão Cultural. Participaram desse evento representantes da Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, governo do Estado de Alagoas, da Prefeitura Municipal de União de Palmares (AL) e representantes de grupos negros do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás e Alagoas. Neste seminário foi constituído o Conselho Geral do Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional.

Em janeiro do mesmo ano, a Universidade Federal de Alagoas havia criado o Centro de Estudos Afro-Brasileiros - CEAB-UFAL, com o objetivo de pesquisar de forma sistemática a história da República dos Palmares. Quatro meses depois, a 13 de Maio, foi organizado o plano de atividades para 1981. No mês de julho, em São Luís do Maranhão, reuniu-se o Conselho Geral do Memorial Zumbi, Parque Histórico Nacional. Na semana de 16 a 20 de novembro, foi realizado, na Universidade Federal de Alagoas, o "I Simpósio Nacional sobre Quilombo dos Palmares".

A dimensão política do "Projeto Zumbi: Parque Histórico Nacional" gerou divergências e disputa entre aqueles que queriam levar o "Projeto" para a exclusiva responsabilidade da Fundação Nacional Pró-Memória e aqueles que queriam deixá-lo

sob os auspícios da Universidade Federal de Alagoas. Depois de muita tensão e desagrvos, o Projeto ficou sob a responsabilidade da Fundação Nacional Pró-Memória, do Ministério da Cultura (atualmente extinto).

O ASSENTAMENTO DA PEDRA

Em 1981, foi realizado o assentamento da pedra fundamental no topo da Serra da Barriga. Para Nina Rodrigues os Quilombos dos Palmares distribuam-se por uma extensão de mais de 60 léguas, na vasta zona de palmeiras que, cortadas de outras matas, corre ao longo da Serra da Barriga, da parte superior do rio São Francisco quase de norte a sul, até o sertão do cabo de Santo Agostinho no estado de Alagoas (op. cit., 1954:13), precedido de rituais religiosos fúnebres realizados por importantes mães e pais-de-santo baianos. Esta cerimônia religiosa foi realizada em absoluto sigilo. As pesoas diziam que não se podia falar sobre "aquilo que vai acontecer de madrugada lá em cima da Serra" ou "sobre o que aconteceu na Serra" (1). O assentamento foi feito no local onde supostamente o líder Zumbi dos Palmares teria sido assassinado em 20 de Novembro de 1695.

O encerramento das comemorações do dia 20 de Novembro de 1981, na Serra da Barriga, foi marcado por uma situação hostil, envolvendo a Prefeitura de União dos Palmares e militantes do movimento negro. Estes alegavam descumprimento de acordo, por parte da Prefeitura, no que dizia respeito ao apoio logístico, e demonstravam motivação para permanecerem

mais algumas horas na cidade. A tensão foi relaxada com a dispersão provocada pelo súbito aviso da imediata partida dos ônibus especiais e o desligamento da energia elétrica pública, tendo os participantes ido para Recife, a fim de participarem da celebração da "Missa dos Quilombos".

Esta missa havia sido sugerida por Dom Helder Câmara, atual arcebispo aposentado de Olinda (PE), a Dom Pedro Casaldáglia, Bispo de São Félix do Araguaia (GO), e ao seu parceiro de poemas e de militância, Pedro Tierra, que juntos prepararam o texto que conduziu a Missa (BRAND, 1981). A participação do chamado movimento negro nesta missa ficou restrita, se é que se pode considerar assim a participação de coro, percussão e dança.

Em 1985, as comemorações do 20 de Novembro na Serra da Barriga foram marcadas pela oficialização do seu tombamento e, no ano seguinte, o que mais marcou a festa foi o lançamento de uma medalha em homenagem a Zumbi dos Palmares, cunhada pela Casa da Moeda do Ministério da Fazenda, que a colocou à venda para colecionadores, museus e instituições culturais. Os cunhos da medalha foram inutilizados no ato do lançamento e entregues ao Conselho Memorial Zumbi.

Desde o assentamento da pedra fundamental na Serra da Barriga são realizadas anualmente comemorações do 20 de Novembro no topo da Serra. As comemorações são diversificadas de ano para ano: além das regulares celebrações religiosas e outras atrações, já ocorreu por exemplo, um campeonato de corrida rústica.

Entretanto estas comemorações são organizadas e pro

movidas pela administração direta da hierarquia pública federal e nunca chegaram a ter repercussão nacional do ponto de vista da representatividade majoritária dos movimentos negros, apesar de a Serra da Barriga ser hoje um lugar conhecido por todos os militantes e entidades dos movimentos negros nacionais. O Conselho Memorial Zumbi, através da Fundação Nacional Pró-Memória do Ministério da Cultura sugeriu a programação e organizou as comemorações convidando, com critérios próprios, lideranças negras e intelectuais especialistas em relações raciais e dos considerados cultos afro-brasileiros.

Qual seria então a diferença básica entre as comemorações oficiais do 20 de Novembro e do 13 de Maio? Por que as entidades que repudiam o 13 de Maio com a justificativa de ser uma data oficial buscam reconhecimento social no poder público?

ZUMBI ATRÁS DA IGREJA

O 20 de Novembro, até 1984, no Rio de Janeiro, sempre teve como ponto alto de sua comemoração os atos públicos e passeatas. A partir desse ano, as comemorações foram ampliadas, com a inserção de cursos visando à "conscientização", encontros que promovem e estimulam os debates e eventos com espetáculos de dança, teatro e *shows* musicais que revivem a cultura "africana" (2).

Em 1986, realizaram-se na cidade do Rio de Janeiro várias comemorações, destacando-se a inauguração do monumento Zumbi dos Palmares, erguido na Avenida Presidente Vargas, nas

proximidades da tradicional Praça Onze — "Berço do Samba, a pequena África Carioca" —, e do atual e arrojado Sambódromo. O monumento foi, neste local, erguido, em cumprimento ao disposto na Lei nº 698, de 13 de dezembro de 1983, de autoria do ex-deputado José Miguel, ao contrário do que previa o Projeto de Lei nº 26/83, apresentado pelo mesmo ex-deputado, que propunha: "O monumento a Zumbi dos Palmares deve ser erigido preferencialmente entre Monumento dos Pracinhas e o Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo.

O monumento é uma cabeça, em bronze, três metros de altura, réplica da imagem de um antigo rei da importante e tradicional cidade de Ilê Ifé, na Nigéria, datada de mais 2.000 A.C. Segundo os organizadores, "o monumento simbolizará indiretamente, a reverência devida a Oxalá, o Grande Orixá culto de ponta-a-ponta no país".

Embora referenciada ao 20 de Novembro, a inauguração foi realizada em 9 de novembro, uma semana antes das eleições de 1986. O PDT, partido do autor do projeto-lei, capitalizou a solenidade com exaustiva distribuição de propaganda eleitoral. Esteve presente toda a comitiva do ex-governador Brizola acompanhado de ex-candidatos, não havendo nenhum discurso político. Todas as manifestações verbais foram de cunho religioso. A atração máxima da festa foi a presença de grandes mães e pais-de-santo, vestidos ritualmente e portando todos um turíbulo que incensava a solenidade para "que o mal saísse e a felicidade entrasse", e, ao som de cem atabaques, foi invocada a proteção de todo o panteão dos cultos afro-brasileiros considerados.

Outro momento de demonstração de fé foi quando a conhecida e veterana cantora Carmem Costa cantou faixas de seu disco recém-lançado em que apresentava cânticos tradicionais da Igreja de Nossa Senhora da Glória no Rio de Janeiro. Em seguida, o cantor, compositor e político Gilberto Gil pediu a todos ali presentes que, de joelhos, rezassem pela morte da conhecida Mãe Menininha do Gantois e, de improviso, fez lembrar que o monumento a Zumbi dos Palmares está de frente para os fundos da Igreja da Candelária gritando: Viva Zumbi! e Viva a Princesa Isabel.

XIXI NOS PÉS DE ZUMBI

Houve um descontentamento em torno da manipulação partidária dessa inauguração do busto de Zumbi, mas não ocorreu nenhuma manifestação de repúdio a este ato. Passado algum tempo, um pequeno grupo de poetas negros cariocas lançou um manifesto por escrito, tornando público que o dia "10 de novembro será o dia de se fazer xixi ao pé do monumento". Esta foi então a única manifestação explícita de repúdio à antecipação da data de inauguração.

Durante as apurações das eleições de 1986 ocorreu no monumento a Zumbi, recém inaugurado, a segunda comemoração, no próprio dia 20 de Novembro. Nesta, houve muitos discursos, estando presentes no palanque os candidatos com possibilidades de eleição e liderança dos movimentos negros locais. Foi uma celebração reunindo diferentes ideologias e partidos que permeiam os movimentos negros.

FERIADO NACIONAL

O ex-deputado federal Abdias do Nascimento apresen tou, durante o seu mandato, o Projeto de Lei nº 1550-85, que declarava feriado nacional o dia 20 de Novembro, não obtendo aprovação no plenário.

A proposta do projeto de lei foi encaminhada junto a uma lista de 115 entidades específicas e gerais, dentre as quais três ostentavam, como segundo nome, 13 de Maio. A depu tada constituinte Benedita da Silva, do PT/RJ, paralelamente ao seu trabalho na Assembléia Constituinte, apresen tou o Proje to de Lei nº 293/87, que "declara feriado nacional o 20 de Novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, consagra do pela comunidade afro-brasileira como Dia Nacional da Consciência Negra" (art. 1º) e que "a data em apreço, inserida no calendário dos acontecimentos nacionais, será comemorada em todo o país" (art. 2º). O projeto de lei é acompanhado de uma justificativa que apresenta uma versão histórica do Quilombo dos Palmares, historicamente datado de 1630. Esse proje to de lei foi recentemente aprovado na Câmara dos Deputados, aguardando agora a apreciação do Senado Federal, onde, se apro vado, será transformado em lei.

CONCLUSÃO

NEM 13 NEM 20

Qual a diferença entre a celebração dessas duas datas e o que significam?

O 13 de Maio nesses 100 anos de história parece ter se consolidado como uma data presente no imaginário popular. Uma data reverenciada por muitos grupos e que foi sendo disciplinada, transformando-se em uma data oficial que reúne, sincretiza e religa grupos. Demonstrou-se, no decorrer da dissertação, que o dia da Abolição da Escravatura é reconhecido nacional e oficialmente e está presente no imaginário como uma data de todos — ricos e pobres, monarquistas e republicananos, brancos e pretos e até dos movimentos negros que 100 anos depois participaram das comemorações, mesmo através de críticas.

O dia 20 de Novembro, muito próximo do 15 de Novembro, parece, ao contrário, ser uma data que, ao invés de religar, opõe: negros e brancos, cultos e incultos, politizados e não-politizados.

Sua gênese é diversa e oposta ao 13 de Maio. A data da Abolição é marco histórico e registra uma festa popular de início sem apoio do Estado. O 20 de Novembro tem uma gênese não propriamente em um acontecimento, mas em uma interpretação de um acontecimento.

A data é construída e já nasce sob a égide do Estado, tanto na Serra da Barriga como na construção do monumento a Zumbi no Rio de Janeiro.

O 13 de Maio, embora até hoje não seja feriado, é lembrado por todos, enquanto que o 20 de Novembro, mesmo sendo conhecido apenas por um grupo restrito de pessoas "cultas",

como diz Degler, já nasce com um projeto de se tornar feriado nacional.

O 13 de Maio é data comemorada nas escolas, pelas prefeituras, militares, nos largos, nas igrejas e com apoio do Estado. O 20 de Novembro é comemorado por um grupo restrito de pessoas e no entanto é também data apoiada pelo Estado, através do Ministério da Educação e Cultura.

Mas o 13 de Maio religa e o 20 de Novembro opõe. Pela descrição, fica demonstrado que, em todas as direções, o 20 de Novembro cria dissensões quer entre os próprios participantes dos movimentos negros, quer entre os vários setores do Estado, como a Prefeitura de União dos Palmares, em Alagoas, e o Ministério da Cultura.

Qual é o interesse em discutir e descrever essas datas?

Nesta dissertação fez-se uma discussão do significado atribuído a duas datas que fazem parte do calendário de festejos nacionais.

O objeto de estudo não foi portanto a própria Abolição da Escravatura nem tampouco o Quilombo dos Palmares no século XVII. O objetivo do trabalho é descrever os festejos e celebrações do dia da Abolição — o 13 de Maio, nos cem anos que se sucederam desde 1888, e a repercussão dessas comemorações no imaginário popular e religioso, que celebra o dia dos Pretos-Velhos na Umbanda.

Como o 13 de Maio é, a partir dos anos 70, referido na literatura sociológica e nos movimentos negros em oposição ao 20 de Novembro, estruturou-se, na terceira parte, uma des

crição das celebrações do 20 de Novembro.

Descobriu-se que, enquanto o 13 de Maio é festa popular, o 20 de Novembro é festa dos "cultos" e de uma elite negra que luta contra a discriminação racial e tem o Estado, o seu principal aliado.

Como o 2 de julho na Bahia, que, segundo João José Reis (1987), foi uma festa da ordem e ao mesmo tempo festa popular, pode-se dizer que o 13 de Maio continua impregnado de seu cunho popular, apesar de ser uma data da ordem. O mesmo não se pode dizer do 20 de Novembro. Nascido de uma crítica, ele se mantém como festa do Estado.

N O T A S

INTRODUÇÃO

- (¹) Usa-se neste trabalho "movimentos negros" no sentido de senso comum de grupos que se organizam para combater o preconceito e a discriminação racial brasileira. Esses movimentos em geral assumem uma identidade afro-brasileira. Neste sentido, de agora em diante, usa-se movimento negro sem aspas. Não será discutido também o debate teórico sobre movimentos sociais pois não é esse o objeto do trabalho. Ver, a esse respeito, "Um perfil das entidades dedicadas à questão do negro no Brasil" in Catálogo de Entidades de movimento negro no Brasil - Micênio Santos e Sonia Giacomini et alii. Comunicações do ISER, 29, 1988, RJ. Esgotado.
- (²) A Batalha, O Município, O Nacional, O Jornal, O Independente, A Noite, Novos Rumos, Echo Popular, O Debate, O Despertador, O Domingo, O Jacobino, O Libertário, Tribuna do Povo.

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I

- (¹) Entre elas: Sociedade dos Abolicionistas Sul-Rio Grandense, Sociedade Libertadora Sergipana, Clube Libertador do 1º Distrito de Santa Rita, Caixa Libertadora José do Patrocínio, Ferreira de Menezes e Joaquim Nabuco e a Confederação Abolicionista (JB, 14/5/1904:1).

- (²) Supõe-se que COMEMORATIVA seja a abreviação de Sociedade Comemorativa das Datas Nacionais com duração de três anos.
- (³) Sobre os ARTUROS, ver GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida — Negras Raízes Mineiras — Os Arturos. EDFJF/RIO Ministério da Cultura, 1988. Juiz de Fora/MG.
- (⁴) Cem anos depois — 1988, a Secretaria Municipal de Educação e a sua Coordenação de Assuntos Educacionais e Culturais estimularam a Equipe de História, em conjunto com a Coordenadoria de Apoio ao Educando, a realizarem a "Caminhada Estudantil pela Verdadeira Abolição", questionando "O que Zumbi diria à Princesa Isabel?"

Esta caminhada foi encampada por alguns grupos dos movimentos negros no Rio de Janeiro, particularmente pelo Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN. Através de circular da Secretaria Municipal de Educação, enviada às suas unidades, aos professores de História da sua rede de ensino e aos Grêmios Estudantis existentes, os realizadores recomendam o enriquecimento da reflexão sobre a questão da caminhada.

A passeata concentrou-se no Sambódromo e seguiu para o monumento a Zumbi dos Palmares, na Avenida Presidente Vargas, onde foi realizado um ato cultural com o objetivo de refletir sobre a situação racial e o significado da Abolição. Segundo a fonte primária desta pesquisa, participaram cerca de quarenta e três escolas, reunindo aproximadamente mil crianças que, acompanhadas por carros de som, "dançaram como se fosse dia de carnaval" (JB, 11/5/

1988:3).

Mas o que há de comum e de diferente entre as passadas dos séculos XIX e XX? As duas passadas tiveram estruturas semelhantes, tendo a primeira mais repercussão social do que a segunda e tendo a segunda, como dado de diferença, a presença de organizações negras protestando contra o racismo.

- (5) Participaram, entre outros, os seguintes jornais: Paiz, Brésil, Republicain, Gazeta de Notícias, La Voce del Popolo, Jornal do Commercio, La Union Espanola, Jornal do Brasil, La Patria, Industrial, Courriere d'Italia, Diário do Commercio, Messenger, Gazeta da Tarde, L'Etoile du Sud, Tempo, Semana Sportiva, Sport, Diário de Notícias, Comércio do Porto. A redação do Mequetrefe e do Estação declararam, em carta, aderir a qualquer resolução tomada pela comissão da imprensa.
- (6) Desfilavam na seguinte ordem: 3ª Guarda Nacional, com 19 Uniforme, precedida de sua banda de música; contingente do Corpo de Marinheiros Navais, precedido de sua música; o batalhão Tiradentes, com música de um dos corpos da guarnição; alguns distintos cavalheiros, representantes do esporte, montando soberbos animais; banda de clarins e música, com fardamento à fantasia, precedendo inúmeros carros com os sócios e estandartes do Fenianos e de alguns grupos do mesmo; um carro com sócios e estandartes do Centro do Partido Operário; vários carros com os representantes de diversas associações, levando os respectivos estandartes, entre os quais os da corporação da imprensa, o do

Clube Operário 23 de Novembro e outros, o do Corpo de Bombeiros; a Corporação dos Carteiros do Correio Geral, precedida da música do 2º Batalhão de Infantaria da Brigada Policial; carros com sócios e estandartes de diversas associações, entre as quais a Federação Operária; o 1º Regimento de Cavalaria, composto de Carabineiros e de lanceiros, precedida de numerosa banda de clarins e de música; 23º e 24º Batalhão de Infantaria de Linha, precedidos das respectivas bandas de música; uma ala do 2º Regimento de Artilharia e grande massa popular que fechava o préstito (JB, 14/5/1982:2).

- (7) Esta comissão foi dirigida pelo abolicionista Senador João Cordeiro e tinha como membros um bacharel, um capitão e os senhores José Ponciano de Oliveira e Lourenço Martins Vianna. Nas fontes consultadas, não é mencionado nenhum outro dado sobre a Comissão Popular.
- (8) Fizeram parte destas Comissões: as paróquias de Sacramento, São José, Santo Antônio, Candelária, São Cristóvão, Santana, Espírito Santo, Santa Rita e Glória.
- (9) Na fonte consultada desta pesquisa não aparece nenhum outro dado sobre esta Sociedade, além do seu 1º Secretário (major) e de sua sede provisória que também são mencionados.
- (10) Formavam o préstito: o Exército, a Academia Livre de Direito, o Instituto Comercial, o Colégio Militar, oficiais da Brigada Policial e da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a Sociedade Beneficente Italiana, o Círculo Operário Italiano, a Escola Militar, os Acadêmicos Paulistas, o

Instituto Profissional, a União Beneficente Protetora dos Cocheiros, o Clube Fenianos, a Associação de Auxílios Mútuos do Pessoal do Jornal do Brasil, a Sociedade Juvenil 17 de Março, o Centro da União Espírita do Brasil, o Teatro Recreio Dramático, a Sociedade de Homenagens aos Heróis Portugueses, Alfândegas e as Docas Nacionais e outras entidades.

Capítulo II

- (1) Este cemitério é onde se acham sepultados quase todos os abolicionistas (JB, 14/5/1907:3).
- (2) Esta liga era estruturada com uma "comissão central", composta de cinco membros masculinos, entre eles um militar (major), e com uma "comissão geral", esta composta de "pessoas de maior importância" (JB, 13/5/1908:4).
- (3) No material pesquisado, não há dados que remetam a uma análise de categorias recorrentes no discurso militante atual, tais como: "beleza negra", "mulata". Nesse ano, em carta enviada à redação do Jornal do Brasil, uma intelectual estrangeira, naturalizada brasileira, propôs que fosse erigida uma estátua à Princesa Isabel, "a Redentora". A vencedora, já que se tratava de um concurso, foi premiada com guarda-chuva de seda e com cartão de ouro (JB, 13/5/1908:4).
- (4) Sobre as conseqüências sociais da Abolição, ver Carlos Ha⁴senbalg, 1988.
- (5) Sobre as imagens do negro na publicidade, ver Carlos Ha

senbalg, 1982, 1988.

- (6) Sobre a Guarda Negra, ver Brazilian Army and Politics (1840-1894), Princeton, 1973.
- (7) Foram criadas escolas em "todos" os municípios dos Estados do Rio de Janeiro, Acre, Goiás e Piauí.
- (8) Ver, a esse respeito, "O Lugar do Negro na Força de Trabalho", de Lúcia Helena Garcia et alii, 1985, IBGE, Rio/RJ.
- (9) Sobre as conseqüências sociais da Abolição, ver Carlos Hasenbalg, in Estrutura Social, Mobilidade e Raça, 1988.

Capítulo III

- (1) Ver, a esse respeito, Lúcia Helena Garcia et alii, 1985, IBGE, Rio/RJ.
- (2) Desfilaram e usaram da palavra: União Geral dos Empregados do Distrito Federal, Federação Nacional dos Marítimos, Associação Comercial, Classes Industriais, Cruzada Nacional de Educação, Sindicato dos Comerciantes Lojistas, União dos Sindicatos da Construção Civil de Empregados do Distrito Federal, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, Sindicato dos Funcionários de Caxias e Instituto de Aposentadorias e Pensões, União dos Trabalhadores Metalúrgicos, União dos Trabalhadores do Livro e Jornal Academia Paris, Associação dos Construtores Cívicos, Aliança dos Operários.
- (3) Entre essas damas, achavam-se a Senhora Carolina Nabuco, filha de Joaquim Nabuco, e Dona Júlia Pinheiro, ex-senho

ra de escravos.

- (4) Ver, a esse respeito, "O Lugar do Negro na Força de Trabalho", IBGE, Rio de Janeiro, 1985.
- (5) Um estudo comparativo entre a escravidão e as relações raciais no Brasil e nos EUA poderá ser encontrado in "Nem Preto nem Branco", Carl N. Degler Editorial Labor do Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1977.
- (6) Catálogo Centenário da Abolição CIEC/Núcleo da Cor/IFCS/UFRJ, Publicações Avulsas, nº 2, Rio de Janeiro, 1989.
- (7) Sediavam e organizavam eventos, entre outros: Academia Brasileira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rotary Clube, Instituto São Francisco, Grêmio Científico e Literário Pedro II, Escola Superior de Comércio, Secretarias do Interior, Segurança, Abastecimento, Estatística e Turismo, 2ª Divisão da Diretoria de Obras Públicas, Grêmio Literário Paula Freitas, Casa de Minas Gerais, Jockey Club Brasileiro, Colégio Leblon, Ginásio Metropolitano, Escola Orsina da Fonseca, Sociedade Universitária de Incremento Cultural do Brasil, Marinha, Escola Laura Aguiar, Academia Carioca de Letras, Associação Brasileira de Imprensa, Centro Irmã Catarina, Igreja Positivista, Igreja Santa Cruz dos Militares.

Capítulo IV

- (1) Projeto de Lei nº 22/1946, de 9 de outubro de 1946, anexado em 1947 ao Projeto de Lei nº 321/1947-48. A lista elevaria para onze o número de feriados nacionais.

- (2) Sobre a cor como um princípio de identificação racial, ver Teixeira Pacheco, Museu Nacional - UFRJ, 1986.
- (3) Não há dados sobre esta Comissão no material pesquisado.
- (4) Não há maiores dados sobre este Centro de Cultura Afro-Brasileira no material pesquisado.
- (5) Não há dados sobre esta Sociedade de Homens de Cor.
- (6) Não há maiores informações sobre esta "Semana dos Palmares" no material pesquisado.
- (7) Sobre o I Congresso do Negro Brasileiro, ver Abdias Nascimento in "O Negro Revoltado", Editora Nova Fronteira, 1982.
- (8) Não há maiores informações sobre este Comitê de Estudos do Problema Monárquico no material pesquisado.
- (9) Não há outros dados sobre esta União dos Homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil no material pesquisado.
- (10) No material pesquisado não aparecem mais informações sobre esta Orquestra Afro-Brasileira.
- (11) Sobre o futebol como drama nacional, ver Roberto da Matta, 1982 e 1989.
- (12) Ver, por exemplo, Marisa Corrêa, "História da Antropologia no Brasil (1930-1960)", Vértice/UNICAMP, 1987 e "A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil", FFLCH/USP, 1982 (mimeo).

SEGUNDA PARTE

Capítulo I

- (1) Sônia Maria Giacomini está finalizando sua dissertação de

- mestrado sobre "Aprendendo a ser mulata: Um estudo sobre a identidade da mulata profissional". Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.
- (2) Sobre estudos de federações e congêneres, ver "Umbanda Política", Editora Marco Zero/ISER, 1985 (vários autores) e Vergolino e Silva, in "Tambor de Flores: Uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará (1965-1975)", Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP, 1976.
- (3) Sobre esta Mãe-de-Santo ver Axé Opô Afonjá, Mestre Didi, Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962 e História de um Terreiro Nagô, Max Limonad, 1988, São Paulo.
- (4) Para uma discussão sobre a categoria reafrikanização, ver Beatriz Góis Dantas (1988), Prandi e Gonçalves (1989), Jocélio Teles dos Santos (1989).
- (5) Sobre o mito "Escrava Anastácia", ver Rosângela Martins Lambert Silva (1985), in Cadernos de NEPES/UERJ e vídeo "Anastácia: Escrava e Santa", direção de Juatan Bebel e pesquisa de Micênio Santos (1988).

Capítulo II

- (1) Participaram Thales de Azevedo, Florestan Fernandes, René Ribeiro, Edson Carneiro, Nunes Pereira, Manuel Diegues Júnior, Lauro Salles, José Luiz Werneck da Silva, Bolívar Lamounier, Moema Toscano, Luiz Luma, Nice Rissone, Abdias Nascimento, João Baptista de Matos, Romeu Crusoé, Raymun

do Souza Dantas, José Correia Leite, Sebastião Rodrigues Alves, Oscar de Paula Assis, David E. Neves, Manoe, Maurício Albuquerque, José Calazans, Trajano Quinhões, Marcos Santarrita, Rubem Rocha Filho.

Capítulo III

- (1) A restauração foi feita pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a colaboração de Lúcio Costa, Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Eugênio Sales, do ex-Presidente Juscelino Kubitschek e de vários bancos.

Capítulo IV

- (1) Não aparecem em nossas fontes outros dados sobre esse Balé Saci, além da denominação.
- (2) Sobre esse Conjunto em nossas fontes aparece apenas a denominação.
- (3) Este Grupo integra o universo das entidades de movimentos negros do Rio de Janeiro e organiza anualmente a "Noite da Beleza Negra".
- (4) Sobre esse grupo, em nossas fontes aparece apenas a denominação.
- (5) Ver, a esse respeito, os trabalhos de Schwarcz (1989) e Birman (1989), entre outros.

TERCEIRA PARTECapítulo II

- (1) Apesar de estar presente na festa, foi impossível assistir aos rituais. O máximo que consegui obter de informação foi que, naquela madrugada, foi evocado o egum de Zumbi, através dos rituais fúnebres, denominados de axexê. Segundo alguns adeptos do Candomblé entrevistados nesta pesquisa, a cerimônia não poderia ser outra, uma vez que o homenageado já se encontrava morto.
- (2) Entre outros, por exemplo, o "Festival Internacional Qui zomba", que teve à sua frente o cantor Martinho da Vila.

BIBLIOGRAFIA

- BASTIDE, Roger - 1973. Estudo Afro-Brasileiro. Perspectiva, São Paulo.
- _____ - 1978. O Candomblé da Bahia. Brasiliana, São Paulo.
- _____ - 1985. As Religiões Africanas no Brasil. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo.
- BIRMAN, Patrícia - 1990. "Beleza Negra" in Estudos Afro-Asiáticos nº 18. Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1983. O que é Umbanda. Brasiliense, São Paulo.
- BORGES, Vany Pacheco - 1988. O que é História. Editora Brasiliense, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre - 1974. "Gênese e Estrutura do Campo Religioso". In: Economia das Trocas Simbólicas. Perspectiva, São Paulo.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues - 1977. Peões, Pretos e Congos - Trabalho e Identidade Étnica em Goiás. Editora Universidade de Brasília, Goiânia/GO.
- _____ - 1980. Os Deuses do Povo. Brasiliense, São Paulo/SP.
- _____ - 1981. Sacerdotes de Viola. Vozes, Petrópolis/RJ.
- _____ - 1985. A Festa de Santo Preto. FUNARTE, Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1989. "O negro de hoje visto pelo branco de agora". In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 17, Rio de Janeiro/RJ.
- BROWN, Diana - 1985. "Uma história da umbanda no Rio". In: Umbanda e Política. ISER, Marco Zero, Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1986. Umbanda: religion and politics in urban Brasil. UMI Research Press, Michigan.
- CARNEIRO, Edson - 1964. Ladinos e Crioulos - Estudo sobre o Negro no Brasil. Civilização Brasileira/INL/MEC, Rio de

- Janeiro/RJ.
- _____ - 1966. Quilombo dos Palmares. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1981. Religiões Negras e Negros Bantus. Civilização Brasileira/INL/MEC. Rio de Janeiro/RJ.
- CASCUDO, Luiz da Câmara - 1983. Geografia dos Mitos Brasileiros. Livraria Itatiaia, Editora EDUSP, São Paulo/SP.
- CARVALHO, José Murilo de - 1987. Os Bestializados. Companhia das Letras, São Paulo/SP.
- _____ - 1988. "As Batalhas da Abolição". In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 15. Rio de Janeiro/RJ.
- CHEVALIER e GHENHANT. Dicionário de Símbolos.
- CONRAD, Robert - 1975. Os últimos anos da Escravidão no Brasil. Civilização Brasileira/MEC, Rio de Janeiro/RJ.
- COPANS, Jean - 1974. "Da Etnologia à Antropologia". Antropologia - Ciência das Sociedades Primitivas? Lisboa.
- CORRÊA, Mariza - 1987. História da Antropologia no Brasil (1930-1960). Editora da UNICAMP/Vértice, Campinas/SP.
- CUNHA, Manuela Carneiro da - 1987. "Religião, Comércio e Etnicidade: Uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos, no século XIX": In: Antropologia do Brasil. Brasiliense, São Paulo/SP.
- DANTAS, Beatriz Góis - 1988. Vovó Nagô e Papai Branco: Usos e abusos da África no Brasil. Graal, Rio de Janeiro/RJ.
- DEGLER, Carl N. - 1971. Nem Preto nem Branco: Escravidão e relações raciais no Brasil e nos E.U.A. Editorial Labor do Brasil, Rio de Janeiro/RJ.
- DAVIS, Wade - 1986. A Serpente e o Arco-Iris. Jorge Zahar E

- ditor, Rio de Janeiro/RJ.
- DA MATTA, Roberto - 1983. Carnavais, Malandros e Heróis. Zahar, Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1984. Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social. Vozes, Petrópolis/RJ.
- _____ - 1988. "Brasil & EUA; ou as lições do número três". In: Religião e Identidade Nacional. Graal, Rio de Janeiro/RJ.
- DA MATTA, Roberto et alii - 1985. "A Imagem do Negro na Cultura Brasileira". In: Os Afro-Brasileiros. Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE.
- DOUGLAS, Mary - 1976. Pureza e Perigo. Perspectiva, São Paulo/SP.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) - 1987. Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos. Global Editora, São Paulo/SP.
- FERNANDES, Florestan - 1978. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Editora Ática, São Paulo/SP.
- _____ - 1989. Significado do Protesto Negro. Cortez Editora/Autores Associados, São Paulo/SP.
- FRY, Peter - 1982. Para Inglês Ver: Identidade e política na cultura brasileira. Zahar, Rio de Janeiro/RJ.
- GIACOMINI, Sonia - 1988. Mulher e Escrava: Uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Vozes, Petrópolis/RJ.
- _____ - 1988. "Uma dupla leitura; macumba, cultura negra e ideologia do recalque". In: Comunicações do ISER, 7(28): 55-71, Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1990. "Aprendendo a ser mulata - Um estudo sobre a identidade da mulata profissional". Fundação Carlos Chagas.

No prelo.

- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães e PEREIRA, Edimilson de Almeida - 1988. *Negras Raízes Mineiras - Os Arturos*. EDUFFFJF/Ministério da Cultura, Juiz de Fora/MG.
- GOMES, Olívia Maria dos Santos - 1989. "Impressões da festa: blocos afros sob o olhar da imprensa baiana". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 16, Rio de Janeiro/RJ.
- GEERTZ, Clifford - 1978. *A Interpretação das Culturas*. Zahar Editores, Rio de Janeiro/RJ.
- GRIECCO, Donatello - 1987. Domingo, 13 de maio de 1988. Editora Record, Rio de Janeiro/RJ.
- HASENBALG, Carlos - 1979. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Graal, Rio de Janeiro/RJ.
- HASENBALG, Carlos e VALDE SILVA, Nelson do - 1988. *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. IUPERJ/Vértice, Rio de Janeiro/RJ.
- HASENBALG, Carlos et alii - 1989. "Notas sobre miscigenação racial no Brasil". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 16. Rio de Janeiro/RJ.
- IANNI, Octávio - 1987. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Brasiliense, São Paulo/SP.
- LÉVI-STRAUSS, Claude - 1952. *Raça e História*. Biblioteca Ciências Humanas, Lisboa.
- _____ - 1967. "O Feiticeiro e sua Magia". *Antropologia Estrutural*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro/RJ.
- LARAIA, Roque de Barros - 1988. *Cultura um conceito antropológico*. Zahar Editor, Rio de Janeiro/RJ.
- LOPES, Helena Theodoro et alii - 1987. *O Negro e a cultura no*

- Brasil. UNIBRADE/UNESCO, Rio de Janeiro/RJ.
- LIRA, Marisa - 1956. Calendário Folclórico do Distrito Federal. Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Rio de Janeiro/RJ.
- LUZ, Marco Aurélio & LAPASSADE, George - 1972. O Segredo da Macumba. Paz e Terra, Rio de Janeiro/RJ.
- MAGGIE, Yvonne - 1975. Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito. Zahar, Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1988. Medo do Feitiço: Relações entre magia e poder no Brasil. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1989. "Cor, Hierarquia e Sistema de Classificação: A diferença fora do lugar". In: Catálogo Centenário da Abolição. CIEC/Núcleo da Cor/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ.
- MAGGIE, Yvonne & MELLO, K.S. Sé - 1989. "O que se cala quando se fala do negro no Brasil". UERJ, Rio de Janeiro/RJ.
- MEYER, Marlyse & MONTES, Maria Lucia - 1985. Redescobrimo o Brasil: A festa na política. J.A. Queiroz Editor, São Paulo/SP.
- MELLO E SOUZA, Laura de - 1987. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. Companhia das Letras, São Paulo/SP.
- MACIEL, Cleber da Silva - 1987. Discriminações Raciais: Negros em Campinas 1888-1921. Editora da UNICAMP/SP.
- NASCIMENTO, Abdias - 1980. O Quilombismo. Vozes, Petrópolis/RJ.
- OCTAVIO, Rodrigo - 1893. Festas Nacionaes. F. Briguiet e Cia. - Editores, Rio de Janeiro/RJ.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro - 1977. "Coexistência das Reli

- giões no Brasil". In: Revista de Cultura, nº 7. Vozes, Petrópolis/RJ.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso - 1976. Identidade, Etnia e Estrutura Social. Livraria Pioneira Editora, São Paulo/SP.
- OLIVEN, Ruben George - 1988. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Vozes, Petrópolis/RJ.
- ORTIZ, Renato - 1978. A Morte Branca do Feiticeiro Negro. Vozes, Petrópolis/RJ.
- PACHECO, Moema de Poli - 1986. Família e Identidade Racial: Os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda. Dissertação de Mestrado do PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ.
- PIERSON, Donald - 1971 (1942). Brancos e Pretos na Bahia (estudo de contato racial). Nacional, São Paulo/SP.
- RAMOS, Artur - 1951 (1934). O Negro Brasileiro - Etnografia Religiosa. Nacional, São Paulo/SP.
- _____ - 1954. O folclore negro do Brasil. Casa do Estudante, Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1971. O Negro na Civilização Brasileira. Casa do Estudante, Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1979. As Culturas Negras no Novo Mundo. Brasiliense/INL/MEC, São Paulo/SP.
- ROCHA, Everardo P.G. - 1986. O Que é Mito. Editora Brasiliense, São Paulo/SP.
- RODRIGUES, Nina - 1954. A Tróia Negra: Erros e lacunas da história de Palmares. Progresso Editora, Salvador/BA.
- _____ - 1977. Os Africanos no Brasil. Nacional, Rio de Janeiro/RJ.

- REIS, João José - 1987. "O Jogo Duro de Dois de Julho: O 'partido negro' na Independência da Bahia". In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 13. Rio de Janeiro/RJ.
- SAHLINS, Marshall - 1979. Cultura e Razão Prática. Zahar, Rio de Janeiro/RJ.
- SANTOS, Juana Elbein dos - 1976. Os Nagôs e a Morte. Vozes, Petrópolis/RJ.
- _____ - 1979. "O negro e a abolição". In: Revista de Cultura, nº 3. Vozes, Petrópolis/RJ.
- SANTOS, Micênio - 1984. "Caboclo da África ou do Xingu?" Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE.
- _____ - 1987. "Flor de Maio". In: Comunicações do ISER, nº 27, ano 1989. Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1988. "O 13 de Maio". In: Comunicações do ISER, nº 28, ano 7. Rio de Janeiro/RJ.
- _____ - 1989. "Raízes Negras no Médio Amazonas". In: Populações e Desenvolvimento, nº 155. Edições BENFAN, Rio de Janeiro/RJ.
- SANTOS, Micênio e GIACOMINI, Sonia et alii - 1988. "Um perfil das entidades dedicadas à questão do negro no Brasil". In: Catálogo de Entidades de Movimento Negro no Brasil, ISER, Rio de Janeiro/RJ. Esgotado.
- SENA, Custódia Selma - 1985. Movimento Camponês do Nordeste, Uma interpretação. Dissertação de Mestrado do PPGAS/UnB, Brasília/DF.
- SILVA, Anaíza Vergolino e - 1976. O Tambor das Flores - Uma análise da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros do Pará. Dissertação de Mestrado do Programa

- Pós-Graduação em Antropologia Social/UNICAMP (mimeo)/SP.
- SKIDMORE, Thomas - 1976. Preto no Branco (raça e nacionalidade do pensamento brasileiro). Paz e Terra, Rio de Janeiro/RJ.
- SCARANO, Julita - 1978. Devoção e Escravidão. Brasiliana, nº 357, São Paulo/SP.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz - 1987. Retrato em Branco e Negro - Jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XX. Companhia das Letras, São Paulo/SP.
- _____ - 1989. "De festa também se vive: Reflexões sobre o centenário da Abolição em São Paulo". In: Estudos Afro-Asiáticos nº 18, Rio de Janeiro/RJ.
- SILVA MELLO, A. da - 1958. Estudos sobre o negro. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro/RJ.
- SODRÉ, Nelson Werneck - 1966. A História da Imprensa no Brasil. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro/RJ.
- VAINER, Carlos B. - 1989. "Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias". In: Estudos Afro-Asiáticos, nº 18, Rio de Janeiro/RJ.
- VIOTTI DA COSTA, Emília - 1986. A Abolição. Global Editora, São Paulo/SP.

JORNAIS

Grande Imprensa:

JORNAL DO COMMERCIO - de 13 a 30 de maio de 1888 e a 1.^a quinzena de maio até 1890 (2 anos).

JORNAL DO BRASIL - 1ª quinzena do mês de maio de 1891 a 1988 (98 anos).

Movimentos Negros:

NÊGO - Boletim Informativo do Movimento Negro Unificado. Sem data. Janeiro de 1983 nº 4; maio de 1988 nº 12 e abril de 1988 nº 14. Salvador/BA.

SOS/RACISMO - Jornal do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra - IPCN. Maio de 1988, ano I, nº 2, Rio de Janeiro/RJ.

CONSCIÊNCIA NEGRA - Jornal do Grupo União e Consciência Negra - Secretaria Nacional, março/abril de 1987, ano I, nº zero, Goiânia/GO.

JORNAL DA RAÇA NEGRA - Grupo União e Consciência Negra de Petrópolis. Novembro de 1987, ano I, s.n.

CHICO REI CLUBE - Novembro de 1987, ano I, nº 2 e maio de 1988, ano I, nº 5, Poços de Caldas/MG.

RAÇA E CLASSE - Órgão Informativo e de Divulgação da Comissão do Negro do PT-DF. Maio/junho de 1988, ano I, nº 4, Brasília/DF.

JORNAL MAIORIA FALANTE - Maio/junho de 1988, ano II, nº 7, e edição especial e novembro/dezembro de 1988, ano II, nº 10, Rio de Janeiro/RJ.

Oficiais:

JORNAIS DO CONSELHO DA COMUNIDADE NEGRA - Órgão Informativo

do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Agosto/setembro de 1986, ano II, nº 7, São Paulo/SP.

MUTIRÃO - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ano I, nº 7, Rio de Janeiro/RJ.

CARTILHAS

"CARTILHA DO CEDENPA - Raça Negra: A Luta pela Liberdade". Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará. Abril de 1986, Belém/PA.

"13 DE MAIO DE 1988 - A Princesa esqueceu de assinar nossa carteira de trabalho" - Paulo Colina, Movimento Negro Unificado e Grupos Ilê Aiyê e Ginga, Salvador/BA.

FOTOGRAFIAS

79 FOTOGRAFIAS SOBRE A "FESTA DA ABOLIÇÃO - 1967" ou inauguração da Praça do Preto Velho em Inhoaíba, Rio de Janeiro, gentilmente cedidas pela idealizadora da "Festa", durante entrevista.

REVISTAS

POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - ano XXII, nº 47, março/abril de 1988.

EDUCAÇÃO DE HOJE - ano 3, nº 11, março/abril de 1989.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

"A FESTA DAS CRIANÇAS. COMEMORAÇÃO DA LEI DE 13 DE MAIO QUE ABOLIU A ESCRAVIDÃO NO BRASIL". Imprensa Nacional, 1888.

"A ABOLIÇÃO NO PARLAMENTO: 65 ANOS DE LUTAS". Anais organizados pela Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.

ACERVO ICONOGRÁFICO DA BIBLIOTECA DO MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS/RJ.

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1988.

ÁLBUM DOS PRESIDENTES - A história vista pelo Jornal do Brasil. Edições do Centenário da República - 1989.

AGENDA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL, 1886 - 1986.

CALENDÁRIO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO JORNAL DO BRASIL - maio de 1888.

PROGRAMAÇÃO PARA TRANSLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DA PRINCESA ISABEL - Comissão Nacional, Ministério da Educação e Cultura - Portaria nº 3.266 de 20 de maio de 1970 e Comissão Municipal - Portaria nº 446 de 20 de outubro de 1970.

DOCUMENTOS DOS MOVIMENTOS NEGROS

CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO - Manifesto Nacional do M.N.U. - Movimento Negro Unificado. Executiva Nacional, janeiro de 1988, Belo Horizonte/MG.

"ATA DA REUNIÃO DO PLENÁRIO DA ORGANIZAÇÃO DA MARCA (contra a farsa da abolição) realizada no dia 5 de março de 1988". Igreja da Matriz, São João de Meriti/RJ (mimeo).

"TEXTO-DEBATE Nº 7" - Movimento Negro - II Encontro Estadual de Negros do Rio de Janeiro (mimeo).

"MOVIMENTO NEGRO: OS CONTRAS" - Carlos Veríssimo, Rio de Janeiro, 1987 (mimeo).

ANEXO I

AGENTES SOCIAIS QUE, ENTRE OUTROS, PARTICIPARAM DAS
CELEBRAÇÕES DO 13 DE MAIO

1888

Senado Federal
Bandas de música
Sociedades abolicionistas
Câmara Municipal
Congresso Acadêmico (Escolas Superiores da Corte)
Empregados municipais
Escola Militar
Mosteiro de São Bento
Instituto dos Meninos Cegos
Clube Abolicionista Abrahão Lincoln
Imprensa fluminense
Corpo de Bombeiros
O Exército
Instituições religiosas
Colégio Pedro II
Funcionários da Estrada de Ferro D. Pedro II
Oficiais de Mar e Guerra
Corte Imperial
O povo

1889

Igreja
1ª Brigada do Exército
Corpo de Imperiais Marinheiros

Batalhões e Regimentos do Exército
 Arsenal de Guerra
 Instituto Histórico
 Classe operária

1890

Populares
 Esquadrão de Carabineiros
 Exército
 Regimento Policial da Capital Federal
 Confederação Abolicionista
 Governo do Rio de Janeiro
 Diretor da Fazenda
 Escolas públicas, particulares e militares
 Instituições acadêmicas e científicas
 Bandas de música militares
 Teatros

1891

Turf Club
 Conferação Abolicionista
 INSR e SBHP
 Igreja São Joaquim
 Partido Operário da Freguesia de São Cristóvão
 Associação Beneficente D. Izabel - A Redentora
 Ministério da Fazenda
 Theatro Recreio Dramático
 Apostolado Positivista

Federação Operária

7º Batalhão de Infantaria

11º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional

Alfândega

Quartéis da Guarda Nacional (Organizados)

Imprensa

Bandas Militares

Lyceu de Artes e Offícios

Clube do Engenho Velho

Sociedade Propagadora das Belas Artes

1892

Jockey-Clube - Grande Prêmio 13 de Maio

Comissão da Imprensa Fluminense e Internacional

Theatro Phenix Dramática

Theatro Santa Thereza

Theatro S. Pedro de Alcântara

3º Batalhão da Guarda Nacional

Corpo de Marinheiros Navaes

Batalhão Tiradentes

2º Batalhão de Infantaria da Brigada Policial

1º Regimento de Cavalaria

23º e 24º Batalhões de Infantaria de Linha

2º Regimento de Artilheria

Representantes do Sport

Club dos Fenianos

Centro do Partido Operário

Club Operário 23 de Novembro

Corpo de Bombeiros
Carteiros do Correio Geral
Federação Operária

1893

Imprensa
Bandas militares
Colégio S. Sebastião
Centro Operário
Jornal do Brasil
Sociedades Abolicionistas
Quartéis da Guarda Nacional
Presidente do Estado de São Paulo
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

1894

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito dos Ho
mens Pretos
Fortalezas e fortes do Rio de Janeiro

1895

Jornal do Brasil
Sociedade Libertadora Bahiana
Theatro S. Pedro
Escolas municipais

1896

Academias paulistas

Theatros: S. Pedro de Alcântara, Nacional, Apollo, Recreio
 Dramático, Lucinda, Eden Lavradio e Circo Pery e Coelho
 Collegio Cornelio, de Campos
 Imprensa
 Marinha
 Igreja do Rosário

1897

Centro Operário
 Guarda Nacional
 Imprensa local e de S. Paulo
 Serviços públicos
 Entidades Abolicionistas
 Irmandade N.S. Rosário e S. Benedito

1898

Serviços públicos
 Guarda Nacional
 União Cívica
 Centro Operário Socialista
 Irmandade N.S. do Rosário e S. Benedito
 Igreja de S. Joaquim
 Devotos de N.S. Conceição e S. Pedro Chaves

1899

"Sociedade Commemorativa das Datas Nacionaes"
 Imprensa
 "Sociedade União Literária"

Lyceu de Artes e Officios

Capitanias da Alfândega

Bandas militares

Destacamento Militar de S. Paulo

1º Regimento Cavallaria, 2º Regimento Artilharia, 3º e 4º

Batalhões de Infantaria, Guarda Nacional, 2º Regimento

Naval

Batalhão de Infantaria da Marinha

Theatro Recreio Dramatico

Escola Polytechnica

Sociedade Indústria Agrícola Rodeiense

Sociedade Humanitária do Brasil

Jardim Botânico

Usina Hedychiens Coronarium

Educadora

Instituto Histórico

Casa de S. José

Escola Normal

Collegio Abilio

Instituto Profissional

Collegio Militar

Corporações militares

Câmara Municipal de S. Paulo

Destacamento Militar de S. Paulo

Instituto Commercial

Sociedade Beneficenza Italiana

Cercolo Operario Italiano

Animatographo

União Beneficente Protectora dos Cocheiros

Club dos Fenianos

S.B.P.C.

Associação de Auxílios Mútuos do Pessoal do Jornal do Bra
sil

Sociedade Juvenil 17 de Maio

Centro da União Spirita do Brasil

Sociedade Brasileira Homenagem aos Heróis Portugueses do
1º dezembro de 1640

Catssino Espanhol

Velo-Sport

Jardim Botânico

Faculdade de Direito de São Paulo

Faculdade de Medicina

Igreja S. Francisco de Paula

Igreja N.S. do Rosário e S. Benedito

Devotos particulares de N.S. Conceição e S. Pedro Chaves

1900

Moradores do Largo da Batalha e Beco do Moura

1901

Imprensa

Jornal do Brasil

Faculdade de Direito do Lyceu de Artes e Officios

Bandas militares e civis

1º Regimento de Cavallaria, 2º Regimento de Artilheria, 7º
e 23º Batalhões de Infanteria, 1º, 10º e 21º Batalhões

de Infantaria

Sociedade Beneficente Proteção Operaria

Igreja de N.S. do Rosário e S. Benedito

1902

Esquadra naval

Jornal do Brasil

Conselho Municipal

Imprensa paulista

Repartições públicas paulistas

Club Treze de Maio - São Paulo

1903

Collegio Abilio

1904

Bandas Militares (1ª Batalhão Infantaria, 10ª Batalhão, 9ª
Cavalaria e 22ª)

Imprensa

Archivo Geral do Estado

Theatro Maison Moderne

Repartições públicas

Sociedades Abolicionistas: Sociedade Abolicionista Sul-Rio
grandense, Sociedade Libertadora Sergipana, Club Liber
tador do 1º Districto de Santa Rita, Caixa Libertadora
José do Patrocínio, Ferreira de Menezes e Joaquim Nabu
co e Confederação Abolicionista

Presidente do Estado do Rio

Club da Guarda Nacional

Igreja N.S. do Rosário e S. Benedito

Justiça do Estado

1905

Bandas de música militares do 24º Batalhão, 1º Regimento
Cavalleria, 1º Batalhão Infanteria, 9º Batalhão Cavalla
ria

"Theatro Maison Moderne"

Quartel do Corpo de Bombeiros

Grêmio Jurídico

Grêmio Nacional Beneficente Floriano Peixoto

Imprensa

Repartições públicas

Igreja de N.S. Rosário e S. Benedito

Viúva de José do Patrocínio

1906

Comissão organizadora dos festejos

Imprensa

Centro Republicano Conservador

União Cívica Brasileira

Brigada Policial

Repartições públicas

Princesa Izabel

Corpo de Bombeiros

1907

Liga Patriótica

Lyceu de Artes e Offícios

Presidente da República

"Light and Power"

Bandas de música do Exército, Polícia e Marinha e civis

Apostolado Positivista

Floriculturas

Igreja N.S. do Rosário e S. Benedito

Família de José do Patrocínio

Imprensa

1908

Imprensa

Comissão Central

Repartições públicas

Theatro Lucinda

Instituto Histórico

Liga Patriótica

Armada Nacional

Liga de Educação Cívica

Parque da Bocca do Matto

Club dos Fenianos do Meyer

Escritora D. Hedwiges R.V. Schreiner

1909

Companhia Light and Power

Imprensa

Repartições públicas

Teatros e cinemas

Apostolado Positivista

Liga de Educação Cívica

Parque da Bocca do Matto

Banda de música do Exército

Igrejas: Glória, Candelária, São José, Santíssimo Sacramen

to, N.S. Rosário e S. Benedito, S. Francisco de Paula,

Santa Ephigenia

Floriculturas

Amigos de Monteiro Lopes

1910

Escolas Rodrigues Alves e Deodoro

Banda do Instituto Profissional Masculino

Entidades militares

Gremio da Bocca do Matto

Theatros

Igreja de N.S. Rosário e S. Benedito

1911

Lyceu de Artes e Officios

Imprensa

Centro Cívico Monteiro Lopes

Templo da Humanidade

Igreja de N.S. do Rosário e S. Benedito

1912

Instituto Historico e Geographico Brasileiro
Imprensa
União Republicana
Igreja de N.S. do Rosário e S. Benedito

1913

Imprensa
Centro Mineiro
Centro de Estudos Sociaes
Pintor Decio Villares
Collegio Abilio
Igreja de N.S. do Rosário e S. Benedito
Sociedades abolicionistas

1914

Centro Cívico
Centro de Estudos Sociaes
Imprensa
Apostolado Positivista
Igreja de N.S. do Rosário e S. Benedito

1915

Imprensa
Repartições públicas
Templo Positivista
Igreja N.S. do Rosário e S. Benedito
Organizações Abolicionistas

1916

Centro Cívico Sete de Setembro
 Grêmio Nacional Beneficente Floriano Peixoto
 Instituto Historico e Geographico Brasileiro
 Centro União dos Empregados da E.F. Central do Brasil
 Colmeia Sociedade Nacionalista
 Lyceu de Artes e Officios
 Escola Cayru
 Gremio Philomatico
 Banda de Centro Anacleto de Medeiros
 Igreja N.S. do Rosário e S. Benedito
 Igrejas Baptistas
 Imprensa

1917

Centro Cívico Sete de Setembro
 Imprensa
 Sociedade Mútua Beneficente Progresso do Engenho de Dentro
 Associação Cristã de Moços
 Grêmio Nacional Beneficente Floriano Peixoto
 Escola Normal
 Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito
 Egrejas Baptistas

1918

Grêmio Floriano Peixoto
 Associação Cristã de Moços
 Liga de Educação Cívica

Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito
 Apostolado Positivista
 Imprensa

1919

Imprensa
 Centro Carioca
 Partido Communista do Brasil
 High-Life Club
 Club Ginnastico Portugues
 Collegio S. Vicente de Paula, em Petrópolis
 Centro Republicano de Anchieta
 Centro Republicano de Engenheiro Leal
 Grêmio N. Floriano Peixoto
 Prédios públicos
 Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito
 Templo Positivista

1920

Imprensa
 Acção Social Nacionalista
 Banda Militar
 Bloco do Progresso de Nilópolis
 Grêmio Nacional Beneficente Floriano Peixoto
 Jardim Zoológico
 Centro Maranhense
 Centro Cívico Sete de Setembro
 Riachuelo Club

Ameno Rosedã
 Central Club
 Centro de Estudos Sociaes de Nictheroy
 Repartições públicas
 Irmandade N.S. Conceição de Nilópolis
 Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito
 Templo da Humanidade

1921

Acção Social Nacionalista
 Grêmio Democrático Nacionalista
 Imprensa
 Tiro da Associação dos Empregados do Commercio
 Gymnasio Pio Americano
 Associação Christã de Moços
 Abrigo do Marinheiro
 Tiro de Guerra nº 15
 Grupo Escolar 13 de Maio
 Centro Fluminense de Commemorações Cívicas
 Lyceu de Humanidades
 Embaixada do Brasil em Portugal
 Tiro de Guerra 525 (de Imprensa)
 Theatro Natureza
 Liga dos Jovens Patriotas
 Cino Sytio Brasileiro
 Commercial Club
 Instituto Lafayette
 Sociedade de Nilópolis

Templo da Humanidade
 Irmandade N.S. do Rosário e S. Benedito
 Templo Positivista

1922

Associação Christã de Moços
 Imprensa
 Instituto Historico e Geographico
 Associação dos Empregados do Commercio do Rio de Janeiro
 Tiro da Imprensa
 Escola Polytechnica
 Grêmio Floriano Peixoto
 S.D.R. Santa Luzia
 Federação dos Homens de Cor
 Centro dos Estudantes Preparatorianos
 Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito

1923

Centro da Federação dos Homens de Cor
 Grêmio Nacional Beneficente Floriano Peixoto
 Grêmio Literário Bethencourt da Silva
 Collegio Baptista
 Collegio da Companhia Santa Tereza
 Gymnasio Pio-Americano
 Sociedade Edificadora Monte Pascoal
 General Gomes de Castro
 Escola Affonso Penna
 Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito

Templo da Humanidade
 Irmandade N.S. do Rosário e S. Benedito
 Templo Positivista

1922

Associação Christã de Moços
 Imprensa
 Instituto Historico e Geographico
 Associação dos Empregados do Commercio do Rio de Janeiro
 Tiro da Imprensa
 Escola Polytechnica
 Grêmio Floriano Peixoto
 S.D.R. Santa Luzia
 Federação dos Homens de Cor
 Centro dos Estudantes Preparatorianos
 Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito

1923

Centro da Federação dos Homens de Cor
 Grêmio Nacional Beneficente Floriano Peixoto
 Grêmio Literário Bethencourt da Silva
 Collegio Baptista
 Collegio da Companhia Santa Tereza
 Gymnasio Pio-Americano
 Sociedade Edificadora Monte Pascoal
 General Gomes de Castro
 Escola Affonso Penna
 Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito

1924

Imprensa

Centro da Cultura Brasileira

Entidades Militares

Grêmio Floriano Peixoto

Centro da Federação dos Homens de Cor

Grêmio Pio-Americano

Templo da Humanidade

Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito

1925

Grêmio Nacional Brasileiro Floriano Peixoto

Grêmio Cândido de Oliveira

Grêmio Literário Bethencourt da Silva

Grêmio Literário Paula Freitas

Centro da Federação dos Homens de Cor

Imprensa

Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedicto dos Homens Pre
tos

1926

Batalhão Naval

Imprensa

Partido da Mocidade

Grêmio Literário Bethencourt da Silva

Turf Derby Club

Gymnasio Pio-Americano

Collegio Icarahy

Tiro 7

Instituto La-Fayette

Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedicto

1927

Sociedade dos Homens de Cor

Grêmio Literário Brasil-Portugal

Destacamento militar

Imprensa

Gymnasio Pio-Americano

Banda da Escola Militar

Instituto La-Fayette

Igreja Positivista do Brasil

1928

Imprensa

Grêmio Pio-Americano

Grêmio Literário Bethencourt da Silva

Mocidade Fluminense e a Abolição

Centro Cívico Anchieta

Federação dos Homens de Cor

Centro Espírita "Deus, Jesus, Maria e José"

1929

Abrigo de Menores

Grêmio Literário Santa Thereza

Grêmio Avelino Lopes

1930

Liga de Defesa Nacional
Imprensa
Comissão Executiva da Liga de Defesa Nacional
Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
Rádio Club
Gymnasio Pio-Americano
Escola 15 de Novembro
Instituto Central do Povo
Lyceu Literário Portuguez
Igreja Positivista do Brasil

1931

Museu Histórico
Gymnasio Brasiliense
Collegio Baptista
Instituto Lafayette
Grêmio Pio-Americano
Egreja do Rosario
Igreja Positivista
Imprensa

1932

Casa Amaro da Silveira e Companhia
Instituto João Alfredo
Lyceu Literario Portuguez
Club Benjamin Constant
Sociedade dos Homens de Cor

1933

Club Cívico Benjamin Constant

Imprensa

Egreja Positivista do Brasil

Biblioteca Popular do Meyer

Collegio Sylvio Leite

Irmandade dos Homens Pretos

Irmandade de Nossa S. do Rosário e S. Benedicto dos Homens
Pretos

1934

Associações cristãs e cívicas

1935

"Patrionovistas" de todo o país

Imprensa

Delegações republicanas

Liceu de Humanidades e Escola Normal

Sociedade de Proteção e Defesa do Ensino Profissional do RJ

Escola Brasileira de Paquetá

Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedicto dos Homens Pretos

1936

Casa da Castro Alves (São Paulo)

Rádio Jornal do Brasil

Imprensa

Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedicto dos Homens Pre
tos

1937

Imprensa

Cruzada Nacional de Educação

Comissão Executiva dos Prefeitos Municipais

Alunos de escolas municipais

Automóvel Clube

Casa Castro Alves

Escola Geral de Polícia

1938

União Geral dos Sindicatos de Empregados

Federação dos Marítimos

Cruzada Nacional de Educação

Corpo de Fuzileiros Navais

Imprensa

Corpo de Bombeiros

Ministérios do país

Escola Superior de Comércio

Marinha

Teatro Municipal

União dos Trabalhadores Metalúrgicos

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Teatro João Caetano

Academia Brasileira de Letras

Sindicato dos Lojistas

Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres

Secretarias públicas

Diretoria de Obras Públicas

Escola Souza Aguiar

Rotary Clube

Instituto São Francisco

Gremio Scientifico e Literario Pedro II

Gremio Literario Paula Freitas

Tenda Jorge

Casa de Minas Gerais

Municipalidade de Miracema

Congresso Afro-Campineiro (Campinas)

Bandas do Corpo de Bombeiros e Polícia Municipal

Jockey Club Brasileiro

Colégio Leblon

Escola Orsina da Fonseca

Sociedade Universitária de Incremento Cultural do Brasil

Academia Carioca de Letras

Associação Brasileira de Imprensa

Municipalidade de São Paulo

Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito dos Homens Pre
tos

Igreja Positivista

Centro Irmã Catarina

Igreja Santa Cruz dos Militares

Assembléia Fluminense (Niterói)

1939

Sociedade Acadêmica - São Paulo

Liga Bahiana Contra o Analfabetismo - Bahia

Instituto Brasileiro de Cultura

Interventor de Recife

Ginásio Rio Branco

1940

Secretaria de Educação e Cultura

Banda de Música da Polícia Municipal

União Negro-Brasileira

Tempo da Humanidade

Imprensa

1941

A Igreja - publicando "Religião e Liberdade" (JB, p. 6)

1942

Instituto Profissional Quinze de Novembro

Centro de Estudos Universitário

1943

Direção Nacional da Juventude Brasileira

PRD-5 - Rádio Difusora da Prefeitura do Distrito Federal

Homens de Cor

Imprensa

1944

Liga de Defesa Nacional

Escola de Teatro da Federação Fluminense (Niterói)

Centro de Cultura Afro-Brasileira

Sociedade de Homens de Cor

Sociedade Brasileira Fraternal

Imprensa

Centro Cívico Benjamin Constant

Instituto de Educação

Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito dos Homens de Cor

Igreja Positivista do Brasil

1945

Abdias do Nascimento

1946

Serviço de Educação Física e de Intercâmbio Escolar

PRD-5 - Rádio Roquete Pinto da Prefeitura

Convenção Nacional do Negro Brasileiro

Escola Nacional de Música

Escola José do Patrocínio

Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito

Imprensa

1947

Biblioteca Nacional

1948

Banda do Corpo de Bombeiros

Escola Técnica Visconde de Cairu

Câmara do Distrito Federal

1949

Serviço de Educação Cívica e Intercâmbio Escolar

1950

Associação Cultural Castro Alves

1951

Estado

1952

"Comitê de Estudos do Problema Monárquico", Secção do RJ

1953

Departamento de História e Documentação da Prefeitura
Imprensa (01 reportagem sobre ex-escravos)

1954

Associação dos Homens de Cor
Teatro Experimental do Negro

1955

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Educação e Cultura
ABI
Cruzada Tradicionalista Brasileira

1956

Cruzada Tradicionalista Brasileira

1957

Imprensa

Clube Estudantil e Recreativo Bethencourt da Silva

Cruzada Tradicionalista Brasileira

Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos

1958

Édison Carneiro

1959

Partida de Futebol entre Brasil e Inglaterra

Guerreiro Ramos

Centro Latino-Americano de Ciências Sociais

Costa Pinto

1960

Capela de N. Senhora da Lampadosa - padroeira dos escravos

1961

Capela N.S. da Lampadosa

Escola de Samba Portela

Associação 13 de Maio

Clube de Regatas Flamengo

Grêmio Rui Barbosa

Salão Oyá

Palestino Futebol Club

Escola de Samba Unidos do Cabuçu

Jornal O Globo

Bloco Carnavalesco "Quem Fala de Nós Não Sabe o que Diz"

1962

Associação Metropolitana de Estudantes Secundários
Teatro Experimental do Negro (orquestra)

1963

Escola de Samba do Salgueiro (Rio de Janeiro)
Clube 220
Associação Cultural do Negro
Imprensa
"Homens de Cor"
Igreja de N.S. da Conceição (Rio de Janeiro)
Igreja de N.S. do Rosário (São Paulo)

1964

Quilombo dos Palmares - Zumbi

1965

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Museu da Cidade
Museu de Arte Moderna
Assembléia Legislativa (Niterói)
Governo de Belo Horizonte
Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos
Escola Deodoro
Clube Dom Orieno
Clube dos Palmares (Volta Redonda)

1966

Associação José do Patrocínio (Belo Horizonte)
 Irmandade de N.S. Rosário e São Benedito dos Homens Pretos
 Igreja N.S. do Rosário (S. Paulo)
 Clube 220 (S. Paulo)

1967

Escolas estaduais
 Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito
 Administração Regional de Campo Grande
 Ginásio do SESC (Recife)

1968

Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito
 Irmandade de Santa Efigênia
 Orquestra Afro-Brasileira
 Museu de Arte Negra
 Grupo dos Palmares
 Grupo de Teatro Berioska
 ABI
 Museu da Imagem e do Som
 Teatro João Caetano
 Sala Cecília Meireles
 Igreja da Candelária
 Palácio Tiradentes
 Intercâmbio Estudantil Brasil-Portugal
 Editora e Livraria Inaiã
 Lions e Sociedade de Amigos da Tijuca

Assembléia Legislativa

Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Niterói)

Câmara dos Deputados (Brasília)

1969

Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos

Igreja da Candelária

Igreja dos Homens Pretos (São Paulo)

Ministério da Justiça

Administração Regional de Campo Grande

Teatro Rural do Estado

1970

Câmara dos Deputados (Brasília)

Câmara dos Vereadores (São Paulo)

Clube 220 (São Paulo)

Igreja de N.S. Rosário e S. Benedito

Igreja do Rosário dos Homens de Cor (São Paulo)

1971

Imprensa

Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora (Rio Grande do Sul)

Senado (Brasília)

Associação Cristã de Moços

1972

Imprensa

Colégio Atenas (Madureira)
 Clube 220 (São Paulo)
 Presidente da República Garrastazu Médici
 Banda da Polícia Militar (São Paulo)
 Batalhão Nove de Julho (São Paulo)
 Governador Laudo Natel (São Paulo)
 Instituto Histórico e Geográfico
 Igreja de N.S. do Rosário dos Homens Pretos (São Paulo)
 Irmandade de N.S. Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos

1973

Balé do Senegal
 Grupo Palmares (Rio Grande do Sul)

1974

Imprensa
 Sociedade Protetora dos Desvalidos (Salvador, Bahia)
 Comunidade de Campos
 Moradores da Rua 13 de Maio (Rua dos Loucos) em Estrela, RS
 Museu do Escravo Negro
 Teatro Municipal
 Coral Excelsior
 Terreiro de Pai Adão (Recife)
 Assembléia
 Irmandades de São Jorge e de S. Benedito (Campos)
 Igreja do Rosário e S. Benedito dos Homens Pretos
 Igreja do Rosário (Contagem, Belo Horizonte)
 Secretaria de Turismo da Prefeitura de Contagem (Belo Hori

zonte)

Comissão Mineira do Folclore

1975

Associação dos Homens de Cor (São Paulo)

1976

Arquivo Nacional

Administração Regional (Campo Grande)

Secretaria de Segurança de Salvador

Arquidiocese de Salvador

Igreja de N.S. do Rosário

Polícia Militar

1977

Secretaria Municipal de Turismo do Rio de Janeiro

Funarte

Empresa de Correios e Telégrafos

Conjunto Exporta Samba

Clementina de Jesus (cantora)

Escola de Samba Beija-Flor

Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

MAM

Riotur

Museu da Imagem e do Som

Museu de Arqueologia da USP

Quilombo (Escola de Samba)

1978

Escola de Samba Quilombo

Grupo Olorum Baba Min

Centro Afro-Brasileiro

Grupo Vissungo

Conjunto Exporta-Samba

Cantores

Grupo Chapéu de Palha

Faculdade Hélio Alonso

PUC

Teatro da Galeria

Museu da Imagem e do Som

Teatro Maison de France

SESC da Tijuca

Prefeitura Municipal (Salvador)

Sociedade Protetora dos Desvalidos (Salvador)

Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA (Salvador)

Afoxé Filhos de Gandhi (Salvador)

Imprensa

UERJ

Arquivo Público do Estado do Rio

Museu Imperial de Petrópolis

Irmandade de N.S. do Rosário e S. Benedito dos Homens Pre
tos

Museu do Negro

1979

Departamento de Ciências Sociais da UFMG

USP

1980

Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Rio

Funarte

Fundação da Casa do Estudante

Teatros: Municipal de Niterói, Artur Azevedo, Ipanema, Leopoldo Fróes, Gafieira Carinhoso

Universidade Santa Úrsula

1981

Clube 220 (São Paulo)

Federação Joaquim Nabuco (Recife)

Igreja do Rosário dos Homens Pretos (São Paulo)

1982

Movimentos Negros

1983

Abdias do Nascimento

Câmaras dos Deputados

Governo do Estado do Ceará

Ministério da Justiça

Movimentos Negros de Salvador

1984

Governo do Estado do Ceará

Entidades de Negros da Bahia

1985

Lideranças Negras
Frente Nacional Afro-Brasileira
Millor Fernandes

1986

Circo Voador
Balé Saci
Conjunto ABC do Samba
Afoxé Agbara Dudu
Movimento Negro Unificado (Salvador)

1987

TV Bandeirantes
Imprensa
Trumpetista Barrosinho
Millor Fernandes

1988

IPCN
Imprensa
Biblioteca Nacional
Artistas Negros: Grande Otelo, Milton Gonçalves, Zezé Mota,
Martinho da Vila, Dicro, dentre outros
Prefeitura do Rio
Rioarte

Riotur

UFRJ

Secretaria Estadual de Cultura

Dom Eugênio Sales

Dias Gomes

Zózimo Bubul (cineasta)

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ

Alunos de escolas municipais

Secretarias de Educação e de Cultura

Instituto de Hematologia do Rio

Fiocruz

CUT

OAB

Entidades religiosas

Galeria Claudio Bernardes

Escola de Samba Mirim Império do Futuro

Comunidade do Catumbi

Casa do Estudante Universitário

Museu Imperial (Petrópolis)

Sindicato dos Alfaiates e Costureiros do Rio

Prefeitura de Niterói

Fundação Mario Peixoto (Mangaratiba)

Fundação Rio

Millor Fernandes

Constituintes

Presidência da República

Sociedade Beneficente São Martinho

Orquestra Sinfônica Brasileira

Orquestra de Câmara da Cidade do Rio de Janeiro
Associação de Canto Coral
Superintendência de Museus da Funarj
Emissoras de televisão
Museu de Arte Moderna
Instituto de Educação
Museu Nacional de Belas Artes
Secretaria das Relações Sociais (São Paulo)
Movimento Negro Unificado - MNU - (São Paulo)
Comitê de Questionamento do Centenário da Abolição
Movimento Negro do Litoral Norte do Estado (RS)
Artistas negros norte-americanos
Casa de Cultura Afro-Brasileira (Sergipe)
Instituto Social Filosófico e Cultural Anastácia
Templo Universal de Madureira
Museu dos Escravos (Igreja do Rosário)
Capela de N.S. Aparecida (Corcovado)
Igreja de N.S. Teresa de Jesus (Porto Alegre)
Pastoral do Negro (Porto Alegre)

